

ORGANIZADORES

Rodrigo dos Santos
Augusto Borges
Cássia Maria Popolin
Tiago Boruch

DIALOGANDO

HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA:
VESTÍGIOS E POSSIBILIDADES



Pedro & João
editores

DIALOGANDO
HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA:
VESTÍGIOS E POSSIBILIDADES

**Rodrigo dos Santos
Augusto Borges
Cássia Maria Popolin
Tiago Boruch
(Organizadores)**



Dialogando
História Cultura / Memória
Vestígios e Possibilidades



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Rodrigo dos Santos; Augusto Borges; Cássia Maria Popolin; Tiago Boruch [Orgs.]

Dialogando história, cultura e memória: vestígios e possibilidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 201p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-469-4 [Digital]

1. Diálogos. 2. História. 3. Cultura. 4. Memórias. I. Título.

CDD – 900

Capa: Petricor Design

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
Rodrigo dos Santos	
Augusto Borges	
Cássia Maria Popolin	
Tiago Boruch	
PREFÁCIO	11
Alexandra Lourenço	
HELENA KOLODY: IMAGENS POÉTICAS, TEMPO E MEMÓRIA	16
Tiago Boruch	
Sandra C. A. Pelegrini	
ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: O PAPEL DAS DIFERENÇAS NA MANUTENÇÃO DAS IDENTIDADES IMIGRANTES NO BRASIL	33
Henrique Schlumberger Vitchmichen	
EXPATRIAÇÃO TRAUMÁTICA: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DAS IRMÃS ALTMANN REFUGIADAS EM ROLÂNDIA-PR	47
Wilson de Creddo Maestro	
Gustavo Leme de Souza	
Marco Antonio Neves Soares	
JANINA EGERT: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DAS CARTAS RECEBIDAS POR UMA IMIGRANTE DO SEGUNDO PÓS-GUERRA (1949-1990)	59
Rodrigo dos Santos	

UMA DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIA Renan Rodrigues	71
A MICRO HISTÓRIA COMO FONTE METODOLÓGICA: TRADIÇÃO POPULAR E RELIGIOSIDADE NO NORTE DO PARANÁ João Paulo P. Rodrigues	83
HISTÓRIAS DE PESCADOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA ORAL COMO RECURSO METODOLÓGICO E O DESAFIO DE (RE)INTERPRETAR O PASSADO Simone Aparecida Queizi	95
ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: UMA ANÁLISE DE <i>A PÉCORA</i> E AS VÁRIAS FACES DE UMA MESMA PERSONAGEM Edson Santos Silva Giovana de Paula Santos	110
ESTUDO SOBRE A ORIGEM DO ROMANCE NO <i>SATYRICON</i> DE PETRÔNIO Aldinéia Cardoso Arantes	124
<i>CARLOTA RAINHA</i> , DE ROBERTO ATHAYDE: A HISTÓRIA PORTUGUESA NA DRAMATURGIA BRASILEIRA Edson Santos Silva Mariana Dittert	137
MÚSICA, MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL Roberta Miglioli	150

MOVIMENTO LUMPA: REGISTROS ÉTNICO- RACIAIS DE COMPORTAMENTOS SOCIAIS Jefferson Olivatto da Silva	159
A NOVA DIREITA NO BRASIL E A UTILIZAÇÃO DE SÍMBOLOS JUDAICOS: UM ESTUDO RECENTE Helena Ragusa	170
SEGUINDO O TREM: ANÁLISE DA MATÉRIA “ETENÍAS DA POPULAÇÃO DO PARANÁ” NA REVISTA CORREIO DOS FERROVIÁRIOS Solange Aparecida de Oliveira Collares Rodrigo dos Santos	183
SOBRE AS AUTORAS EOS AUTORES	195

APRESENTAÇÃO

Rodrigo dos Santos¹

Augusto Borges²

Cássia Maria Popolin³

Tiago Boruch⁴

“[...] A memória não é boa e nem má. A memória simplesmente é: não podemos decidir se teremos ou não memória, e só conseguimos controlar parcialmente o seu conteúdo e o seu funcionamento” (PORTELLI, 2016, p. 45).

Em abril de 2021 a partir de uma chamada do evento XV Semana de História, X Seminário de Estudos Étnico-Raciais e VII Jornada de Integração Graduação e Pós-Graduação, organizada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) realizamos a proposição do Simpósio Temático: História, Cultura e Memória. O nosso objetivo era promover um espaço de debates a partir das pesquisas desenvolvidas/concluídas no doutorado na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Depois de algumas discussões virtuais, principalmente por meio de um comunicador instantâneo, devido a pandemia que vivemos e as distâncias que nos separam (estamos em três lugares distintos: Guarapuava, Irati e Londrina), chegamos ao nome do simpósio e posteriormente ao e-book.

Entendemos a escrita da história como uma reconstrução de um passado, entre tantos possíveis, respondendo anseios do

¹ Doutor em História pela UEM. E-mail: digao_santos9@hotmail.com / rodrigoguarapuava@gmail.com.

² Doutorando em História pela UEM. E-mail: augustoborges12@gmail.com

³ Doutoranda em História pela UEM. E-mail: cassiapop16@gmail.com

⁴ Doutorando em História pela UEM. E-mail: boruch.tiago@gmail.com

presente, pois ela só faz sentido se tiver isso como propósito. Para isso, utilizamos as discussões de Bloch (2001), pensando a história, e conseqüentemente sua escrita, como uma ciência dos seres humanos em um tempo e um espaço.

A segunda categoria empregada no título que deu nome ao simpósio e a essa obra é a cultura, que pode ser percebida a partir de Certeau (1998; 2012) de forma múltipla, plural e circular, não sendo visualizada apenas como erudita e popular, ou ainda, somente nas artes ou literatura, mas nas práticas cotidianas de sujeitos que sobrevivem, lutam e sonham.

Enquanto a memória, pode ser problematizada por Le Goff (2003) e Candau (2011), considerando também as proposições de Portelli (2016) e Pollak (1989; 1992) pensando-a como construções, silenciamentos e esquecimentos. A memória não é história, mas pode ser utilizada como uma fonte para sua escrita.

O objetivo desse material é fomentar novas reflexões, além das que já estão aqui presentes, tendo como princípio os Estudos Culturais, dialogando com duas, ou mais interfaces, entre história, cultura e memória, nas diversas áreas de conhecimento, oriundas das mais variadas fontes: literatura, fotografia, cinema, música, imprensa e entrevista; priorizando questões identitárias, imigratórias e patrimoniais.

Por fim, queremos agradecer aos autores e autoras da obra, e convidamos a leitura, desejando reflexões proveitosas.

Ainda em tempos de pandemia,
Agosto de 2021.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PREFÁCIO

Alexandra Lourenço¹

Em abril de 2021, vários pesquisadores e pesquisadoras se reuniram para compartilhar conhecimentos acerca do tema HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA. Os estudos demonstram os benefícios de uma discussão interdisciplinar, com perspectivas da historiografia, da literatura e da sociologia. Inspirados nos estudos culturais, contemplaram múltiplos discursos e variadas histórias em contextos diversificados. Como fruto deste encontro e dos fecundos debates realizados, surgiu a possibilidade da elaboração deste e-book. Em tempos de pandemia, momentos como esses são para além dos ganhos culturais, bálsamos para a alma.

O evento ocorreu na XV Semana de História, X Seminário de Estudos Étnico-Raciais e VII Jornada de Integração Graduação e Pós-Graduação a partir da proposta do Simpósio Temático coordenado pelo Dr. Rodrigo dos Santos, Me. Augusto Borges, Me. Cassia Maria Popolin e Me. Tiago Boruch. O simpósio propunha uma reflexão sobre a escrita da história, memória e silenciamento.

Neste sentido, esse e-book pode ser compreendido, tanto como um exercício de registro do vivenciado no encontro, quanto como uma forma de resistência ao silenciamento que as políticas públicas atuais buscam impor a pesquisa científica no Brasil, com os cortes de financiamentos cada vez mais frequentes. Basta recordar que os recursos destinados a pesquisa começaram a declinar em 2019 e, em 2021, o principal responsável pelo financiamento das pesquisas no Brasil, o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e

¹Doutora em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa, Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/ campus Irati) e coordenadora da XV Semana de História, X Seminário de Estudos Étnico-Raciais e VII Jornada de Integração Graduação e Pós-Graduação. E-mail: alexandra@unicentro.br

Tecnológico (CNPQ), teve o menor orçamento do século XXI. Desta forma, realizar pesquisa no Brasil tem sido, cada vez mais, resultado de uma verdadeira resistência desta categoria. Em tempos nos quais a Ciência é desprezada, encontros como o proposto pela Semana de História provam a força das trocas acadêmicas e do poder que tem a Universidade Pública.

Essa obra é também, mais uma peça no quebra-cabeça da adaptação nos tempos de pandemia. Em 2020, fomos afetados pela pandemia causada pela Covid-19. Passamos a viver momentos de incertezas e de vulnerabilidades. Diante deste cenário, várias atividades foram suspensas na universidade. O isolamento social e o ensino remoto foram algumas das saídas encontradas para seguirmos em frente. Da mesma forma, o desenvolvimento de atividades acadêmicas virtuais se tornou uma realidade. A pandemia e a Covid-19 ainda fazem parte das nossas vidas em 2021, porém não podemos deixar de usufruir do direito de refletir acerca da sociedade na qual vivemos. E se observa nesse contexto um grande ganho: a potência dos afetos. Afinal quem disse que conhecimento não pode ser tutelado também pela(S) ternura (S).

Reunindo os diversos trabalhos que frutificaram deste encontro foi organizado esse e-book. Neles são apresentadas interessantes discussões tendo como viés: a história, a imigração, questões étnico-raciais, símbolos culturais e política. E ainda: história oral, micro-história e a relação entre história e literatura nas análises de romances, poesias e dramaturgia. Também encontramos um leque de possibilidades para pensar a “identidade”, seja nas análises de obras de imigrantes, nas músicas brasileiras ou nas discussões acerca das relações étnico-raciais. Sob diferentes enfoques a identidade é problematizada.

A partir do tema imigração, podemos encontrar uma estimulante análise sobre a relação entre o texto poético e o contexto histórico na construção da narrativa nas poesias kolodyanas, realizada por Tiago Boruch e Sandra C. A. Pelegriani. Salientando a importância dos conflitos étnicos e da resistência como forma de construção da identidade dos imigrantes no Brasil,

o trabalho de Henrique Schlumberger Vitchmichen aponta para a compreensão da identidade como algo que não é dado naturalmente, mas construída e reconstruída a partir do que é vivenciado pelos grupos.

No contexto das relações imigratórias entre o Brasil e a Alemanha no início do século XX, o texto de Wilson de Creddo Maestro, Gustavo Leme de Souza e Marco Antônio Neves Soares, ao trabalhar com entrevistas e memórias das irmãs Altmann, resgata a importância da Colônia Roland, no norte do Paraná, na recepção dos judeus perseguidos pelo nazismo. Na perspectiva dos estudos culturais, o capítulo de Rodrigo dos Santos parte da análise de duas cartas de uma polonesa imigrante que chegou ao Brasil nos pós Segunda Guerra, para abordar uma fecunda discussão sobre o uso das memórias na historiografia e a especificidade dos migrantes desta guerra.

Por fim, apresenta capítulos voltados a discussão teórica e metodológica, como o trabalho desenvolvido por Renan Rodrigues em que podemos encontrar em boa discussão acerca do nascimento e desenvolvimento da história oral, assim como as possíveis críticas ao uso da fonte oral. O capítulo de João Paulo P. Rodrigues ao analisar uma manifestação cultural religiosa propõe uma reflexão sobre o uso da metodologia da Micro História. E retornamos a discussão a partir da importância da metodologia da história oral realizada por Simone Aparecida Queizi ao nos apresentar as envolventes narrativas populares de uma comunidade ribeirinha do distrito de Porto Ubá.

No que diz respeito ao tema Literatura, mais especificamente, Edson Santos Silva e Giovana de Paula Santos trazem um envolvente resgate de uma peça que teve sua publicação proibida no Período da ditadura salazarista em Portugal. A Pécora, da portuguesa Natália Correia, ao criticar o uso abusivo da fé do povo português por aqueles que estão no poder, explora, ainda, a relação entre Estado e igreja no período de oficialização das “aparições de Fátima”. Desta forma, a peça ficcional pode ser também compreendida como uma projeção de um contexto histórico

específico a partir do qual a autora procura realizar mais questionamentos do que fornecer respostas.

Buscando construir uma possível relação entre o romance antigo e o moderno, o capítulo de Aldinéia Cardoso Arantes nos traz os elementos desta polêmica sobre as raízes do romance. Para a autora, o próprio Cervantes atesta a existência de uma continuidade na trajetória da antiguidade à modernidade. Ela nos transporta para os escritos gregos para compreendermos o espaço ocupado pelo romance *Satyricon*. Inserido na relação entre história e dramaturgia, o capítulo de Edson Santos Silva e Mariana Dittert nos apresenta a produção do dramaturgo carioca Roberto Athayde com especial atenção a obra *Carlota Rainha*.

No capítulo de Roberta Miglioli encontramos uma problematização do que seria uma música “genuinamente brasileira”. A autora utiliza as músicas nacionais produzidas entre os anos de 1967 e 1969, inseridas no movimento Tropicalismo, como fonte para problematizar a questão da identidade brasileira.

O capítulo de Solange Aparecida de Oliveira Collares e Rodrigo dos Santos buscou analisar o contexto histórico e o espaço cultural e simbólico no qual a Revista *Correio dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC)* foi desenvolvida. Utilizando a revista como fonte histórica, a pesquisa problematizou as narrativas acerca da formação étnico-racial no Paraná.

A questão étnico-racial foi discutida para além do Paraná. O texto de Jefferson Olivatto da Silva explora a questão étnico-racial na apropriação ou africanização do cristianismo protagonizado pelo movimento *Lumpa*, na história da África contemporânea. Busca observar quais relações sócio-históricas foram desenvolvidas na trajetória do movimento e sua possível identificação com o modelo matriarcal.

Observando as conexões entre cultura e política, o capítulo de Helena Ragusa analisa a apropriação dos símbolos judaicos no contexto atual das novas direitas no Brasil. A pesquisa demonstra, também, que a construção do “judeu imaginário” não é um fenômeno novo no cenário político brasileiro, mas remonta ao período varguista.

Este texto nos instiga a leitura pela imersão em um tema presente no contexto político que estamos vivenciando no Brasil atual.

Por fim, devido a grande variedade de estudos apresentados no tocante a memória e história e pela abordagem interdisciplinar adotada, esse ebook deve ser apreciado, principalmente, por pessoas que pesquisam, ensinam e se interessem em compreender os espaços de práticas e produção cultural pois, essa produção soma-se aos esforços científicos realizados nas humanidades.

HELENA KOLODY: IMAGENS POÉTICAS, TEMPO E MEMÓRIA

Tiago Boruch¹
Sandra C. A. Pelegrini²

História e poesia, narrativas que se aproximam

Ao relacionarmos História e Poesia partimos do pressuposto de duas formas de narrativas, ligadas por similitudes desde a antiguidade. O texto poético nos remete a diferentes formas de narrativas com múltiplas interpretações, entre os quais se inclui contextos históricos específicos. Deste modo, criamos uma reconstrução de sentidos expostos nos versos poéticos, referidos ao pensar histórias e diferentes conceitos, como a noção de tempo presente nas poesias kolodyanas³.

A poesia como fonte histórica engloba diferentes conceitos e atravessa fronteiras estéticas, nesse ponto trabalharemos com a fonte em caráter de influência involuntária que segundo José D'Assunção Barros (2012, p. 140), implica compreendê-la como uma “fonte histórica [...] produzida voluntariamente ou involuntariamente”.

Helena Kolody⁴(1912-2004) foi poetisa e professora, nascida no Estado do Paraná, na cidade de Cruz Machado, viveu em diversas

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro, doutorando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: boruch.tiago@gmail.com

² Doutora em História social pela Universidade de São Paulo – USP, Professora na Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br

³ Outros autores como: Antônio Donizeti da Cruz e Paulo Augusto Tamanini, utilizaram o termo em suas pesquisas referentes à Helena Kolody.

⁴ Para maiores informações sobre a vida e carreira de Helena Kolody, consultar: VENTURELLI (1995).

idades do interior⁵ até constituir sua vida e carreira na capital de Curitiba. Com influências do modernismo e do simbolismo, a poetisa se ateve a temas como: a natureza, a imigração ucraniana, o sentido da vida, a modernidade e o tempo. Encontramos em suas composições poéticas diferentes sentidos históricos que conduzem o leitor para um repertório narrativo que articula História e Poesia.

A narrativa poética tem um papel no desenvolvimento da sensibilidade estética e na construção sensorial da história. Esse artigo contempla o sentido do tempo nos poemas kolodyanos e as diferentes representações sensíveis e subjetivas do cotidiano entre História e Poesia.

Segundo Beatriz de Moraes Vieira (2005, p. 12):

A linguagem poética é capaz de dar expressão a modos de ser que a visão comum oblitera, suspendendo os valores referenciais da linguagem ordinária e científica. Em outras palavras, o discurso poético não é centrado sobre si mesmo como parece, mas liberta um poder de referência de segundo grau que é propriamente a referência poética.

Nessa direção, procuramos encontrar as referências históricas presentes nas entrelinhas dos versos dos poemas de Helena Kolody, e assim compreender de que maneira o tempo está representado em seu discurso⁶. Indagamos sobre quais são as representações e imagens temporais recriadas nos poemas kolodyanos, e de que forma a autora utilizou-o tempo e a memória para criar cenários poéticos históricos.

A construção poética de Kolody revela detalhes de sua vida que evidenciam sensibilidades entre o cotidiano e o tempo. Seus escritos imprimem um estilo próprio que exalta vários aspectos e temáticas. Assim encontramos em sua poesia um fio condutor de história sensível que retrata diferentes mundos e personagens,

⁵Referimo-nos às cidades paranaenses de: Cruz Machado, Jacarezinho, Rio Negro, e Ponta Grossa e a cidade de Santa Catarina: Três Barras.

⁶ O presente texto não tem a intenção de contar a história de vida da autora e sim analisar parte de suas narrativas e as minúcias históricas.

mostrando que a análise do poema é uma fonte enriquecedora aos olhos do historiador.

O estudo da literatura dentro de uma perspectiva historiográfica, engloba significações e imaginários. Para Sandra Jatahy Pesavento (1998, p. 12-13), “a história, tal como a literatura, constrói seu discurso pelos caminhos do imaginário”. Desta forma, percebemos uma ampla liberdade no texto literário e uma busca de subjetividades criadas pelo autor em experiência a algo vivido; já na história, precisamos reiterar de fato as significações por meio de comprovações documentais. Sendo assim, o texto poético cumpre esse papel de intermediário entre a fonte e os imaginários. Ao refletirmos sobre as experiências de Helena Kolody, a partir da ideia de que sua obra se remete ao seu mundo vivido, percebemos a representação do imaginário em função do real, ao conciliar seu universo social em seus poemas.

Outro aspecto a ser abordado diz respeito ao fato de que o texto literário poético e a história interagem de formas distintas, pois implicam o entendimento e a recepção dos leitores, as múltiplas interpretações e as visões que podem ocorrer. Neste sentido, o texto ficcional e histórico representa uma interposição receptiva que segundo Gabriela de Lima Grecco (2015, p. 120):

Os textos históricos, por sua vez, assim como os textos de ficção, criam uma dependência relativa à recepção e às interpretações dos seus leitores, embora seja claro que a leitura do texto histórico tem certo fechamento às livres interpretações, diferentemente do texto literário.

A poesia como fonte interpretativa na história requer o uso de diferentes metodologias de análise. Sem dúvida, como chama a atenção Hayden White, devemos levar em consideração a relação do poeta com sua escrita, analisando várias interfaces que a cercam. White aponta uma disparidade entre o discurso ou seu modo de enunciação de um lado, e o significado de outro. Ou seja, ele nos fala de uma união do significado e do significante no próprio símbolo, numa busca de adequação à mensagem que queremos

transmitir por meio de uma linguagem. Nessa lógica, sugere que a análise da poesia exige o exercício da interpretação histórica. Conforme White (2001, p. 99):

O historiador trabalha indutivamente, coletando seus fatos e tentando evitar quaisquer padrões de formação, exceto aqueles que ele vê, ou tem a honesta convicção de ver, nos próprios fatos. Ele não trabalha “a partir de uma forma unificadora”, como faz o poeta, mas “com vistas” a ela segue-se, portanto, que o historiador, como qualquer um que escreva prosa discursiva deve ser julgado “pela verdade do que diz, ou pela adequação da sua reprodução verbal de seu modelo exterior”, quer esse modelo se componha das ações dos homens no passado, quer do próprio pensamento do historiador acerca de tais ações.

Por meio desta assertiva percebe-se que o autor representa o historiador como alguém que coleta os dados e os julga, diferente do poeta que escreve um discurso voltado para a sensibilidade. Os dois usam formas de discursos, mas se utilizam delas de maneiras diferenciadas. Mas, o historiador é capaz de analisar e transformar versos em fontes de pesquisa, no caso um poema, um soneto ou uma simples frase poética. A partir da percepção de narrativas similares e que adentrem ao mundo da sensibilidade e dos detalhes, o historiador constrói uma representação do passado, sendo que sua narrativa não possui apenas semelhanças em relação ao campo da ficção, da literatura, mas também diferenças. E são mediante tais diferenças e aproximações que o texto poético recria cenários interpretativos, e ainda constroem histórias dentro de histórias.

Segundo Alfredo Bosi (2005, p. 322-323): “Uma obra de arte não é igual a outra, por mais que guardem ambas características comuns de forma ou significado”. Logo, entendemos que as significações do poema permitem ao historiador decifrar um campo repleto de vestígios históricos.

A História e a poesia também se aproximam pelas representações imagéticas, não no sentido ilustrativo ou pictórico, mas sim, no âmbito da imaginação e da recepção do leitor. Em sua criação, a experiência de vida do autor assim como o momento em

que viveu, impactam diretamente na criação tanto poética quanto historiográfica. Em outras palavras, pode-se afirmar que em uma linha discursiva, história e poesia estão ligadas pela imagem construída por meio do texto.

Sem dúvida, as interpretações recriam elementos presentes no texto, mas a poesia diferente de outras fontes, produz não só diferentes imaginários e cenários, como é capaz de traduzir as representações e experiências dos autores. Porém caberá ao próprio leitor receptor do texto redistribuir as palavras nos cenários, recapitular os textos em contextos históricos e épocas, alinhando elementos às percepções do tempo, da imagem, da narrativa e da memória. Segundo White (1994, p. 78):

Quanto ao elemento interpretativo que poderia figurar num relato histórico do passado, eles estão inclinados a nele ver o empenho do historiador em preencher por especulação as lacunas dos registros, em inferir motivos dos agentes históricos e avaliar o impacto, a influência ou a significação de fatos estabelecidos empiricamente com relação a outros segmentos do registro histórico.

Corroborando com as constatações de Hayden White e analisando o texto poético como narrativa e fonte histórica, considera-se que a poesia não se resume apenas a um elemento estético ou artístico. Sob a ótica do historiador, a poesia é capaz de revelar acontecimentos históricos em diferentes segmentos e com distintas significações.

No caso do historiador, ele detecta nas poesias kolodyanas espaços e temporalidades que permitem articular o enredo dos poemas com elementos e personagens que interferem diretamente na construção artística de Helena Kolody. Aliás, como bem o lembra Paul Veyne (1982, p. 7-8), “os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real”. Sendo assim, tanto o texto histórico quanto o texto poético são criações e caminham em direções próximas, completando espaços e abrindo possibilidades de interpretações. Aspecto que segundo

Antoine Compagnon (2010, p. 219) possibilita concluir que: “A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico”.

Ao se analisar as referências do texto poético com o texto histórico, constrói-se uma ampla área de possibilidades para se trabalhar com as poesias e suas significações. Cumpre destacar que o trato de conceitos e definições prévias podem enredar em armadilhas limitadoras na compreensão dos sentidos da poesia, especialmente quando esta é tratada como fonte histórica, por essa razão, optou-se nesse artigo por não circunscrever às regras estéticas, mas por examinar sua relação com três pontos-chaves: a vida do autor, a época da escrita e as influências culturais do poeta.

Tempo e memória na poesia kolodyna

A carreira da autora Helena Kolody foi marcada pelo seu sentimento em relação aos temas que fizeram parte do seu repertório poético, memórias e experiências vividas que recriaram fatos em poemas. Utilizando-se da memória, Kolody escreve relatos pessoais e conta a história de pessoas próximas de seu círculo de vida, inclusive familiares e antepassados. Algo coerente ao se pensar que a obra de um artista é produto de seu olhar, das influências que sofreu e de suas memórias.

A memória pessoal mesmo constituída de lembranças coletivas e referências de um determinado grupo se relaciona ao sentimento do indivíduo, sobretudo, quando lhe convém recordar determinado acontecimento. Nessa direção, Margarida Neves (1998, p. 218) assinala:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o

indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.

Portanto, o poema como fonte histórica quando devidamente contextualizado promove uma construção de interpretações sobre o passado. Por exemplo, quando Kolody se alimenta das histórias de famílias e as transfere para outros tempos, fatos e acontecimentos que marcaram a sua própria vida, ela os experiencia em seus textos, revelando e ocultando detalhes que apenas sua memória selecionou.

Entre memórias e imaginários, o poema remete a diferentes ciclos de um acontecimento, o que para Paul Ricoeur se dá como rastro, uma espécie de mecanismo pelo qual se detecta a passagem de coisas que não se pode ver, mas que certamente existem em uma dada categoria de tempo e espaço. Aliás, segundo Ricoeur (1997, p. 320): “Evidentemente é no fenômeno do rastro que se culmina o caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico”.

Dessa forma, foi analisado o seguinte poema de Helena Kolody, intitulado “A Esfera do tempo”. Perguntando-se sobre quais sentimentos estão presentes no poema e de que forma Helena Kolody se coloca como protagonista quando opta por pensar o tempo e por imaginar as situações:

O passado é presente
navega memória-
na esteira do porvir.

Voga o navegante
na correnteza do agora.
E passa no instante.

(KOLODY, 2001, p.101)

Nota-se que a esteira do porvir é o passado voltando à tona, fatos da vida que se redirecionam para outras margens. O navegante do agora é o mesmo que já fora no passado, é o rastro que se alimenta de histórias e fatos. O tempo sempre em questão nos versos kolodyanos, instiga a pensar sobre qual “tempo” a poetisa se refere. Em a “Esfera do tempo”, é perceptível os ciclos e a retomada do passado, presente e futuro.

Segundo Olívia Barros de Freitas (2016, p. 67):

Não há como desprender o espaço físico e o espaço imaginário da temporalidade em poesia, ou seja, a prática de apropriação de determinado espaço por parte do eu lírico, já que como “ser-no-mundo”, unifica-se à temporalidade.

As representações do tempo e da memória presente na poesia kolodyana determinam espaços e imagens entre diferentes mundos, o mundo da autora e o mundo que ela apenas soube por relatos. Segundo Seixas (2002, p. 67): “A memória situa-se, inicialmente, no presente, nos objetos cotidianos, na percepção destes objetos, na sensação que eles nos provocam”. É partindo do presente e da memória que a poetisa se torna protagonista em muitos poemas, entre textos que mais parecem contar a sua história, imagens poéticas que transfiguram entre as entrelinhas de cada verso. Vejamos o poema “Cantiga”:

A vida é linda,
Mesmo doendo
nos desencontros
e despedidas,
mesmo sangrando
em malogrados,
áridos hortos,
searas maduras
de sofrimento.

Chegar ao porto
da vida finda

cantando sempre,
sonhando ainda.

(KOLODY, 2001, p. 104)

Em uma cantiga, as lembranças de um tempo distante, angústias e sofrimentos que não se desligam do cotidiano, continuando por gerações. As cantigas, os sonhos aos quais a poetisa se refere, são as sensações e os sentimentos ultrajados. Trata-se de uma história do sensível expressa por meio de referências ao tempo e a memória.

Para Paul Ricoeur (1994, p. 139), “a definição ordinária da história como conhecimento das ações de homens do passado, procede desta restrição do interesse à esfera dos acontecimentos assinaláveis a agentes humanos”. Em outras palavras, podemos compreender a representação do tempo e as referências de Kolody ligadas às ações do passado em recorrente transição em relação ao sentimento e às restrições imaginárias da poetisa.

Descendente de imigrantes ucranianos, Helena Kolody também reservou em suas obras significativo espaço para a temática da imigração. Como este artigo tratará do “tempo” e da “memória” será apresentada, a poesia “Ilhas”, exemplificando a temática da imigração pelos símbolos e imaginários:

Somos ilhas no mar desconhecido.
O grande mar nos une e nos separa.

Fala de longe o aceno leve das palmeiras.
Mensagens se alongam nas líquidas veredas.

Cada penhasco é tão sozinho e diferente!
Ninguém consegue partilhar a solidão.

Ilhas no grande mar, aprisionadas.
Apenas o perfil das outras ilhas, vemos.
Só Deus conhece nossa exata dimensão.

(KOLODY, 2001, p.143)

O mar foi o principal meio de traslado dos imigrantes ao Brasil, unindo ou separando pessoas. Relações foram construídas, muitos e distintos sentimentos afloraram diante do desconhecido. Os imigrantes que aqui chegaram, não raro, sentiram a solidão e o estranhamento. Muitos se sentiam presos à nova terra e sabiam que as chances de retorno à terra natal eram mínimas, daí podemos relacionar as ilhas com os imigrantes, além das referências solidão em meio ao mar.

As marcas do tempo e as práticas sociais vivenciadas por Kolody são revividas e se conectam aos seus poemas. O passado, que incessantemente cresce, também se conserva na sua escrita, acompanhada por inteiro a cada instante e acomoda-se junto à vida e à carreira da poetisa.

No poema “Passado Presente”, da obra *Sempre Palavra* de 1985, Kolody retrata o sentimento de nostalgia de um passado, de um lugar sem denominação no poema, mas que faz pensar nas marcas deixadas no seu interior. Segue a poesia:

Ilusório regressar,
pelos caminhos de agora,
aos dias que se apagaram.
O rosto de ontem mudou.
Lugar que foi, não é mais.

O viver é diferente.
Somente em nós, tudo existe
e não se extingue jamais

Tempo guardado em lembranças,
a saudade nos devolve
todo o presente de outrora.

(KOLODY, 2001, p. 60)

Entre lugares, espaços e memórias, analisou-se os poemas kolodyanos como objetos representativos na arte, na cultura e na absorção do cotidiano. Ao se deparar com laços que revelam

caminhos históricos, nota-se também como a poetisa edifica representações da vida imigrante por diferentes perspectivas. Isso provoca a hipótese de que a poesia seja um labirinto de imagens e de espaços que incitam uma leitura sobre seu contexto histórico na reconstituição dos laços que envolvem o enredo. Hipótese esta que demonstra estar correta de acordo com o Ricoeur (1994, p. 134):

Reconstituir os laços indiretos da história com a narrativa é finalmente trazer à luz a intencionalidade do pensamento histórico pela qual a história continua a visar obliquamente ao campo da ação humana e à sua temporalidade de base.

Tendo na afirmação de Paul Ricoeur a reconstituição dos laços, a poesia de Kolody se insere em um campo para investigações subjetivas na história. Cotidiano e passado estão presentes em seus escritos, articulações entre memória e tempo transbordam, nos seus versos. No poema “Fim de Jornada”, por exemplo, a autora ressignifica a jornada de trabalho de um camponês, evidenciando todo o cansaço do dia e os sentimentos presentes. Ela recria cenas que vivenciou na sua juventude em experiência, ou apenas observando a vida cotidiana:

Caminhar ao encontro da noite
Como o camponês regressa ao lar.
Após um longo dia de verão.

Sem pressa ou cuidado.
Na tarde ouro e cinza.
Sozinho entre os campos lavrados.
E, as colinas distantes.

Caminhar ao encontro da noite.
Sem pressa ou cuidado.
A noite é somente uma pausa de sombra.
Entre um dia e outro dia.

(KOLODY, 2001, p.143)

No poema supracitado há uma contextualização de signos presentes na escrita. Ao analisa-lo de dentro para fora com toda a construção em torno dos símbolos, percebe-se referências ao cotidiano, ao trabalho e à noite. Estes símbolos rememoram a poesia de Kolody em diferentes percepções. O sentido do fim da jornada pode ser o final de um dia de trabalho para o camponês, ou para outro trabalhador de outra área, o trabalho surge como símbolo e representação de um indivíduo em sintonia com o tempo.

Ao retratar a noite, Kolody a representa como uma pausa ao tempo do trabalho do dia e também dos pensamentos; a noite é o tempo de descanso e de recolhimento para o camponês, para o poeta e para a tantos indivíduos. Nessa direção, Beatriz de Moraes Vieira (2001, p. 6) revela que podemos trabalhar a relação de poesia e memória como: “desvelamento, reproduzindo a presença, e a rememoração como repetição dessa reprodução – a verdade e seu signo, o ente e o tipo”. Portanto, na criação poética de Kolody se nota o emprego e o uso de signos que levam ao entendimento de cenas cotidianas, constituídas de detalhes e vestígios. O camponês, a noite, o trabalho e o sentimento em torno do poema simbolizam a história de um dia e de um povo que permanece sendo reescrita e interpretada.

O tempo na poesia kolodyana é perceptível nas memórias entre as lembranças do meio rural e o meio urbano. Se as memórias da juventude e da infância trazem nostalgia e apego à Kolody, as imagens e memórias presentes no espaço urbano causam inquietação, pois procuram algo que possa ser consolador. Percebe-se também toda a nostalgia e apeço ao meio rural no poema intitulado “Bucólica”, no qual Kolody representa paisagens, espaços e sentimentos em imagens poéticas:

Vida sem pressa nas casas enormes.
Ilhas de sombra nos grandes quintais.

Liberto das horas, o rio te convida.
Preparas a linha; no anzol uma isca
que um peixe guloso, imprudente belisca...

Um claro sorriso de astúcia te aflora
à boca, manchada de sumo de amora.

Nem árvore, tens o teu forte invencível
e noutra, comandas navio de pirata...

No cavalo em pelo, passas cavalgando,
revolto o cabelo, nus os calcanhares.
Pássaros se assustam com o estrepitoso
ritmo das sonoras patas do cavalo...

Vida sem pressa
liberta das horas.

(KOLODY, 2001, p. 120)

Neste poema detectamos o apego de Helena Kolody às lembranças evidenciadas em cada detalhe repassado para o poema, nos sentimentos transfigurados em palavras e na criação imagética que reflete na história. A poesia desperta sensações e recordações, noção de espaço, lugar e tempo, além de sujeitos, natureza e memória. O tempo do qual a autora recorda nos remete à existência sem pressa, com tons de liberdade, gostos e cheiros, sensações que o poema desperta ao leitor e permite ao historiador representar. As lembranças sobretudo são representações que se baseiam mesmo que em partes, em testemunhos e reconstruções, partindo tanto da memória individual quanto coletiva.

Poesia e História são processos de criação e transmissão de experiências, uma representação de cenários e imaginários, o tempo nos poemas kolodyanos e a memória identificam particularidades da autora que remetem a histórias e diferentes condições temporais e sociais.

Segundo Ricoeur (1997, p. 295):

O momento em que a literatura atinge sua eficiência mais alta talvez seja aquele em que ela põe o leitor na situação de receber uma

solução para a qual ele tem de encontrar as questões apropriadas, aquelas que constituem o problema estético e moral da obra.

Sendo assim, na poesia o leitor recebe uma gama de soluções que podem ser entendidas e recapituladas no cenário historiográfico. O leitor participa ativamente da narrativa poética, muitas vezes se identifica e reconhece lugares que o poeta representa. Ao historiador não cabe desvendar palavra por palavra, mas sim reestruturar a temática literária do texto de acordo com os elementos analisados, assim como o tempo e a memória. A proximidade compreensiva de história e poesia pode ser representada na abordagem do autor a partir do contexto social e também individual. As expressões existenciais de Kolody ao longo de seus versos nos levam a interpretar as imagens poéticas, referências que nem sempre têm um exato ponto de partida.

Constatamos que nos poemas kolodyanos, os sentimentos expressos remetem a histórias de um indivíduo e/ou de um povo. Na história não podemos tratar isso como um reflexo, pois não existe um espelho de cada autor e sim uma representação, uma absorção de influências intelectuais, sociais e pessoais. Como já foi dito, é preciso perseguir o rastro presente nas coisas e como afirma Ricoeur, entender o que foi deixado no caminho e o que isso permitirá compreender e representar.

Considerações finais

Hayden White (2001, p. 102) afirma que: “o modo como determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura de enredo”. Assim, por meio desse artigo, compreende-se que a poesia kolodyana em suas significações e representações ao decorrer da história, revela ao historiador diferentes interpretações em distintos meios. A história sensível e subjetiva encontra caminhos entre sentimentos, memórias e reconstruções entre a experiência de vida de Helena Kolody e sua ambiência. As representações que se

infiltram oferecem imagens, tipos, costumes e linguagens. Deste modo, constata-se que a literatura busca uma interpretação e análise de argumentos e objetos. As recordações e as memórias de Kolody tornaram-se referências históricas aplicadas em seus textos poéticos, o que vem de acordo com Antônio Donizeti da Cruz (2010, p. 129) quando o mesmo assinala: “A poesia kolodyana parte da experiência cotidiana e a transcende mediante a imagem poética a uma dimensão maior, que cria no leitor uma consciência de plenitude fora do espaço e do tempo”.

Assim, os poemas de Helena Kolody remetem ao retrato de suas vivências trazendo o passado à tona. Em sua obra é perceptível a lembrança sobre um tempo que deixou saudade em sua vida. Uma revoada de sonhos, sentimentos vividos em um lugar e em um tempo “original” que deixaram marcas na autora e que fizeram com que suas recordações alcançassem o tempo presente.

Cumprido por fim assinalar, que a análise dos poemas de Kolody permitem acessar as histórias que acompanham cada palavra sua. Mais do que isso, viabilizam o acesso a sua consciência artística em relação ao mundo que a rodeia e no qual está inserida, aspecto relevante na História Cultural. Ademais, tempo e memória são apenas algumas das temáticas que podem ser examinadas na obra da poetisa, visto a variedade temática de seus versos.

Referências

BARROS, José D' Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** (Online), v. 25, p. 407-429, 2012.

BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. Caminhos entre a literatura e a história. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 315-334, Dec. 2005.

COMPAGNON, A. **O demônio da literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

- CRUZ, Antônio Donizeti da. **Helena Kolody: a poesia da inquietação**. Marechal Candido Rondon: Ed. Unioeste, 2010.
- FREITAS, O.B. **Lirismo, espaço e tempo na poesia de Fernando Pinto do Amaral e Milton Torres: fronteiras indissociadas**. Estação Literária, v. 15, p. 61-75, 2016.
- GRECCO, G.L. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 6, p. 39-53, 2014.
- KOLODY, Helena. **Viagem no espelho**. Curitiba: Editora da UFPR. 5ª. Ed., 2001.
- NEVES, Margarida. História e memória. In: MATTOS, Ilmar R. (org). **Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.
- PELEGRINI, Sandra C. A.; RODRIGUES, João Paulo P. (Org.). **As artes da História: memórias, fontes e métodos**. Maringá: Edições Diálogos, 2019.
- PESAVENTO, Sandra. História Cultural: Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: _____ e LEENHARDT, J. (orgs.). **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Texas Christian University Press, 1976.
- _____. **Tempo e Narrativa – Tomo I**. Tradução Constança Marcondes Cesar, Campinas, SP: Papirus, 1994.
- _____. **Tempo e Narrativa- Tomo II**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- _____. **Tempo e Narrativa – Tomo III**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SEIXAS, Jacy Alves. Os campos (in) elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy Alves (org.). **Razão e Paixão na política**. Brasília: UNB, 2002.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VENTURELLI (1995), Paulo (Org.). Helena Kolody: poesia feito gente. In: **Helena Kolody**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Poesia e História: diálogo e reflexão. **ArtCultura** (UFU), v.7, p.7-21, 2005.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso:** Ensaio sobre a Crítica da Cultura. 2ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Teoria Literária e Escrita da História. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas 7 (13): 21- 48, 1994.

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: O PAPEL DAS DIFERENÇAS NA MANUTENÇÃO DAS IDENTIDADES IMIGRANTES NO BRASIL

Henrique Schlumberger Vitchmichen¹

Introdução

Seguramente, podemos afirmar que o fenômeno da imigração não é uma novidade recente. Em nossa trajetória, muitos foram os movimentos de deslocamento humano de um território ao outro. Levando em conta a especificidade de cada um desses movimentos, o fato é que seja pela busca de riquezas, por curiosidade, ou por necessidades de sobrevivência, os deslocamentos que acometem os sujeitos sempre levam essas pessoas a em maior ou menor grau, um abandono de seu universo simbólico e cultural ao qual foram apresentados e inseridos ao longo de suas vidas até o momento de partida.

Sejam as práticas resgatadas em algum momento posterior ou não, muitas vezes, mais do que as necessidades materiais, os indivíduos buscam um alento imaterial para sua subsistência em terras estranhas, esses que passam por ritos, cultura, religiosidades, enfim, toda uma rede de simbólica, que os auxilia no processo de assentamento.

No capítulo proposto, buscaremos compreender essas formações identitárias a partir do confronto étnico entre as comunidades, principalmente a partir do século XIX. Partindo do pressuposto de que as resistências perpetuadas pelos imigrantes quando de sua chegada ao Brasil e contato com uma comunidade

¹ Graduado em Licenciatura História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma Universidade. E-mail: henrique-sv@hotmail.com.

outra auxiliaram na necessidade de preservação cultural entre os grupos étnicos, buscamos compreender estes espaços e experiências de resistência como um dos elementos formadores de uma identidade imigrante no Brasil.

Espaços de resistência: a assimilação do imigrante

Ao longo da trajetória brasileira, o país fora sinônimo ora de curiosidade, ora de prosperidade para sobretudo as nações europeias, que viam o continente americano como um “Novo mundo”, cuja fauna e flora estariam ainda virgens, e intocadas pelo alcance das grandes potências da época. No Brasil, todo esse entorno misterioso, e os constantes relatos de pessoas que se aventuraram nele, falavam de uma terra próspera, fértil, e que possibilitava a boa fortuna de quem se sujeitasse à jornada além-mar. Estes, que destarte os povos nativos da região, consideravam as terras inexploradas um oásis intocado, e ademais, um meio de prosperidade econômica. Primeiramente é importante entendermos, que durante a trajetória brasileira, uma das motivações de assentamento de povos estrangeiros em terras brasileiras fora isto, o “espírito de aventura” como coloca Sergio Buarque de Holanda (2017, p. 53):

E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura? [...] E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso porém, dizer-se) em nossa vida nacional.

Além do que reiteramos acima, não podemos ignorar as outras causas imigracionistas de nosso território, entre elas, a massiva imigração forçada que levou o Brasil a chaga de um dos principais mercados escravocratas do continente africano, mão de obra escrava esta que imperou em nosso país como sendo a principal fonte de

trabalho durante mais de 300 anos, sendo abolida apenas em 1888, não por benevolência da coroa, mas por necessidades políticas e contextuais que levaram a uma articulação das elites para manter a monarquia viva, após constantes pressões nacionais e internacionais.

Perpassando outros movimentos que foram ocorrendo em território brasileiro ao longo do tempo, e que auxiliaram na formação dos povos e seus locais, vemos a imigração europeia ampliar seu escopo no país no decorrer do XIX, mais especificamente, no pós-abolição. Sendo necessária a manutenção da mão de obra brasileira, do trabalho escravo para o assalariado, o governo imperial busca então enfatizar ainda mais a necessidade da vinda dos imigrantes europeus ao país, além do que já estava estabelecido. O Paraná foi um dos territórios que nessa época mais serviu como destino aos imigrantes, e isso foi motivado por uma variedade de motivos, entre eles, a necessidade que se tinha de povoar o mais novo estado brasileiro. Segundo Ricardo Costa de Oliveira (2000. p. 108) além da crise da mão de obra, a necessidade de povoamento da região está diretamente ligada ao fator do aburguesamento da classe dominante, e ao rico comércio de erva-mate do território:

A partir da década de 1860, os emergentes cafezais na vizinha província de São Paulo passam a atrair escravos do Paraná, que para lá são vendidos [...] A erva-mate oferecia condições de renda para boa parte da população livre [...] O que também viria a facilitar a implantação da imigração, foi o caráter do aburguesamento da classe dominante. Esta, no final do século XIX, já não necessitava de uma dependência rigorosa do controle fundiário para as suas estratégias de reprodução, podendo, e inclusive querendo, vender terras não utilizadas ou subutilizadas com as atividades do mate e da pecuária/ tropeirismo/ invernada, para efeitos de lucros resultantes da venda fundiária de terras para a imigração.

Dito isso, não devemos ignorar também os fatores externos de época que contribuíram para as diásporas. Com a Revolução Industrial ocorrendo a todo vapor em solo europeu, muitas pessoas

que sofriam com a baixa qualidade de vida, a falta de oportunidades e a precarização do trabalho, foram convencidas pela propaganda imperial a rumar para o “Novo Mundo” e assim constituir um futuro mais próspero, com terras produtivas e livres para garantir o sustento das famílias. Em fato, uma das estratégias utilizadas pelo governo de época, foi justamente enfatizar a larga disponibilidade e o alto grau de fertilidade do solo brasileiro, além disso, todo o misticismo por trás das Américas, também contribuíram para isso.

Outra causa para o encorajamento da imigração europeia, é a forte influência que as teorias raciais ocupavam na sociedade do período. Presentes não apenas em meio ao povo, mas também legitimadas academicamente, as teses que defendiam a superioridade do branco frente ao negro, através da ciência, seriam ainda mais potencializadas no Brasil, e devido a sua imensa herança escravocrata, daria sinais de preocupação a coroa e as elites, que através de um trabalho que visava o branqueamento do território, buscava substituir esta herança africana, por uma que mais se assemelhasse aos moldes europeus. Na realidade, a vinda de imigrantes do velho continente, foi muito mais encorajada do que a de oriundos de países asiáticos, que apesar de também estarem muito presentes no cenário brasileiro à época, não eram preferíveis, sendo alvos de sentimentos xenofóbicos por setores da sociedade, que temiam uma potencial ameaça a sua “identidade nacional”:

As relações interétnicas com chineses eram consideradas danosas para construção da identidade nacional, como manifestava O político Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, por gerarem descendentes inferiores, incapazes de ter o pleno intelecto de pessoas brancas. Os discursos contrários à inserção de chineses como trabalhadores nas lavouras no Brasil vinham dos políticos e fazendeiros (Luiz Lacerda Werneck), que acreditavam que os chineses eram propensos ao vício do ópio. O senador e abolicionista Alfredo d’Escagnolle de Taunay, contrário à vinda de chineses para o Brasil, e Joaquim Nicolau Moreira, que censurava o caldeamento entre raças. O político Luiz Lacerda Werneck argumentava que a

melhor opção eram os trabalhadores alemães, e não os chineses, humanos inferiores com características animais e moralidade duvidosa (COSTA, 2020, p. 28).

Para além do caso dos imigrantes asiáticos, que sofreram sob o julgamento social, seja ele favorável ou não a inserção do imigrante na sociedade, os movimentos de diáspora, que iriam submeter sujeitos e famílias a uma jornada de partida, se fez presente também entre poloneses, alemães, russos, ucranianos, italianos, entre outros. Na realidade, podemos observar atualmente no contexto paranaense, os resultados desses movimentos. Colônias como a de Carambeí com os holandeses, Prudentópolis com os ucranianos, e alemães com a colônia Witmarsum, são exemplos da miscigenação paranaense propulsionada a partir de fins do XIX.

De acordo com as considerações feitas por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), a respeito da etimologia da etnicidade, e o que significa uma alusão as “comunidades étnicas”, podemos determiná-la a partir do contato entre uma comunidade minoritária, com uma majoritariamente constituída, ou ainda, entre comunidades hegemonicamente dominantes, e outras dominadas. Além disso, o debate em torno das questões étnicas perpassa também os contatos estabelecidos entre tais povos distintos, ela se constitui dessa maneira, a partir não apenas do número de sujeitos, mas das trocas sociais a que estão submetidos, e das sociabilidades testemunhadas entre as diferentes comunidades. Perpassando as formações de sujeitos, as interações sociais, e culturais, são o que realmente classificam, ou nos permite problematizar, as relações étnicas entre as pessoas:

Mas o que me parece importante de se levar em conta aqui é que interações sociais desse teor têm sido observadas em diferentes latitudes do planeta, envolvendo formações sociais nas mais variadas modalidades de interação, incluindo grupos de migrantes [...] E isso porque, no mundo moderno, a observação desses grupos oferece uma oportunidade privilegiada para o estudo daquelas formas de interação onde a articulação entre a identidade, a

etnicidade e a nacionalidade se impõe como um foco de inegável valor estratégico para uma investigação que se pretenda capaz de elucidar os mecanismos de identificação pelos outros, tanto quanto os de autoidentificação, não obstante esta ser reflexo daquela (OLIVEIRA, 2000, p. 8-9).

A partir da perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva (2000) a respeito das múltiplas identidades de grupos e sujeitos, ele parte primeiramente do princípio de que tais identidades são formadas ao longo do tempo, e carregam em sua própria afirmação, uma bagagem muito mais substancial. De acordo com o autor, quando procuramos afirmar uma certa identidade, utilizando como exemplo, a afirmação de que “sou brasileiro”, estamos automaticamente selecionando e eliminando outras possíveis identidades que não compreendem o que é “ser brasileiro”, ou seja, ao afirmar o que foi dito, afirmamos também que “não sou japonês” ou “não sou alemão”, e assim paulatinamente vamos construindo as nossas próprias identidades, construções essas que diretamente dialogam com a experiência imigrante, e com o contato comunitário. Por fim, é necessário frisarmos que as identidades plurais que forjam uma nação e seu povo, dependem de uma série de outros mecanismos para se erigir, logo, tais como os nacionalismos, as identidades nacionais são produto de uma série de outros recursos que buscam a conexão de sujeitos com um determinado local e história, através da utilização de recursos idiomáticos, tradições culturais comuns, ritos e religiosidades, simbolismos imateriais ou materiais, e personificações (como os grandes heróis nacionais) que congreguem esses valores. Dito isso, as construções identitárias nada mais são do que construções simbólicas de uma determinada época e dos valores desta, e por isso, vão se metamorfoseando ao longo do tempo, ao reforçar suas tradições, problematizá-las, e enfim, criar novos mecanismos simbólicos para uma nova fase.

Quando estudamos os movimentos imigratórios de um local para outro, e principalmente quando nos debruçamos a

compreender o choque de culturas que estes movimentos muitas vezes trazem consigo, não apenas nos deparamos com as questões identitárias a que nos referimos acima, mas também a um outro conceito que assim como as identidades, é também construído e constantemente reformulado ao longo do tempo. Estamos a falar aqui do conceito de “diferença”, diferença de culturas e ritos, diferença de costumes e religiões, enfim, questões que também podem produzir os choques culturais a que nos referimos previamente, e que dependendo do contexto, podem vir a se colocarem como embates sutis ou não. Ora, nesse viés, entendemos que ambos os conceitos de diferença e identidade estão intrinsecamente entrelaçados um ao outro, logo, adotando uma perspectiva de estudos identitários, não conseguimos abordar um sem referenciar o outro, pois ao passo em que as identidades vão sendo formuladas e gradativamente assumidas pelos povos, elas naturalmente excluem o ser diferente, e isso dentro da perspectiva imigratória, produz um choque entre a “identidade brasileira” (se é que podemos falar em uma só identidade) hegemônica, e as identidades estrangeiras, trazidas para cá além-mar, e se mantendo através de memórias, ritos e tradições. Por isso, pode-se afirmar que:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística [...] A identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas, Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 76).

A paulatina construção conceitual das identidades e diferenças, geram conseqüentemente um alocamento dessas pessoas em seus determinados grupos, produzindo assim as separações entre o “nós” e “eles”. Dessa forma, as construções identitárias e suas respectivas divisões, geram mais ou menos uma situação de cultura dominante, ou hegemônica, e cultura

dominada, ou minoritária. Os discursos produzidos, e constantemente reafirmados, que legitimam esses grupos hegemônicos e suas teses, agem como uma espécie de local de poder, permitindo as pessoas adotarem uma posição de enfrentamento através dos mecanismos de poder:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

Tais espaços de poder, ou “micropoderes” como denomina Foucault (2019) são também elas questões fluídas, ou seja, estão constantemente em processo de movimentação, sobretudo quando falamos de processos migratórios, o que atinge de modo considerável os sincretismos e hibridizações entre os povos e suas culturas, diretamente afetando também as posições e identidades hegemônicas de seus integrantes.

Colocando como exemplo, o caso da imigração ucraniana dentro do Estado do Paraná, pode-se observar que os imigrantes que para cá vieram, principalmente saíram de sua terra natal por conta de uma série de questões contextuais de época, sobretudo o domínio Austro-húngaro na região, essa que recaía também ao povo, que sofria com a fome e a miséria. Diante da promessa brasileira de uma nova vida em terras férteis e livres, muitos que fizeram a jornada além-mar trouxeram consigo seus próprios ritos, costumes, religiosidade, enfim, todo um arcabouço cultural que contribuiria para a formação das identidades. Ao chegar em terras brasileiras, muitos dos colonos foram enviados as terras designadas previamente pelo governo do estado e ali iniciariam sua prometida nova vida em um novo solo.

Problemas no paraíso: perseguição e repressão

Ao contrário de suas expectativas iniciais, as terras a que foram designados, assim como as condições gerais de assentamento, se provariam mais desafiadoras do que o previsto. Assim, além das dificuldades materiais que as pessoas inicialmente encontraram, inclusive sob o espectro da fome, que rondava muitas das comunidades, a angústia sentida pela perspectiva da distância de todo seu universo cultural e religioso, provocou uma necessidade dos imigrantes iniciais, de se conectarem de alguma forma as suas raízes, necessidade essa que seria amainada apenas posteriormente, com a vinda de missionários e religiosos direto da Ucrânia, e que tinham como tarefa o alento religioso as comunidades e famílias estrangeiras que se encontravam no Brasil. Na realidade da imigração ucraniana ao Brasil, é fato que até mesmo levando em conta as características da religiosidade do povo, e sobretudo sua relevância dentro desse grupo étnico, a atuação dos padres fora fundamental para a melhora das perspectivas dos moradores, que não temiam apenas a pobreza material, mas sim a condenação espiritual nesse momento. Entendendo que a religiosidade primeiramente oferece uma perspectiva de mundo aos fiéis, e produz um sentido maior as suas vidas além da mera perspectiva terrena, oferecendo por exemplo, uma recompensa celeste, as suas angústias diárias passam então a ser mais assimiláveis ou mais bem encaradas, pois apesar de tudo, a religiosidade garante ao fiel a possibilidade de redenção da alma. Dito isso, quando os missionários ucranianos chegaram as colônias, o que se viu foram demonstrações da clara emoção dos imigrantes, ao se depararem com os religiosos, e com o reencontro com sua fé, Guérios (2012) explica o fato quando relata as lágrimas com que os representantes da Igreja foram recebidos.

Não apenas no caso ucraniano, mas também em outras comunidades, percebemos que as representações de mundo e suas manutenções foram muitas vezes mantidas por meio da educação, da igreja, do idioma, e da própria imprensa imigrante, que

forneceria uma espécie de elo entre o sujeito e seu país de origem, logo, como nos fala Seyferth (1986, p. 60):

A língua e a cultura elementos importantes da sua identificação como 'italianos', 'alemães' e 'poloneses' seriam 'perpetuadas' através da escola, da igreja, do lar, com isso preservando uma identidade étnica e uma vinculação com o país de origem. Os jornais e outros tipos de publicação em língua italiana, alemã e polonesa também tiveram o seu papel [...].

A questão idiomática é um dos recursos que definem o sujeito como pertencente a um determinado grupo ou local, ele não apenas nos permite a comunicação e a interação social, mas toda uma espécie de compreensão de mundo ao redor de si, nesse sentido, mais do que apenas um dispositivo de comunicação, o idioma forma o ser humano, a sua linguagem passa a ser a linguagem ao qual o sujeito interpreta seu próprio círculo de vida e o mundo como um todo. Suas experiências, trocas de ideias, perspectivas e visões, são moldadas a partir da linguagem, e por isso, ela se destaca como um dos traços fundamentais para a assimilação do indivíduo e suas relações sociais:

A limitação da prática idiomática desliga seu povo de uma concepção de mundo, se compreendermos que o próprio sentimento, a própria ideia é concebida através da linguagem e da expressão linguística, então há de convirmos que o cerceamento do idioma inibe a conexão entre o pensamento e a ideia, entre a expressão e a ação. Como se pensar algo que não é concebido nem em palavras? Como formular e nutrir um sentimento se aquilo não pode ser cultivado pelo vocábulo? É claro que aqui estamos falando de uma prática a longo prazo, o controle idiomático e o que decorre disso não pode ser feito a curto período (VITCHMICHEN, 2021, p. 118).

Nesse sentido, podemos observar o cerceamento as práticas idiomáticas dos povos imigrantes como algo que acompanha a repressão aos próprios indivíduos étnicos, pois sua maneira de se

expressar, e sua própria língua, soa como uma agressão ou possível ameaça a comunidade hegemônica do país destino e sua identidade nacional. Dentro do contexto brasileiro, podemos verificar tais perseguições e proibições quanto ao idioma, principalmente a partir do Estado Novo. Durante esse período, a busca do regime pela criação de uma brasilidade que teria como um de seus principais chamarizes a questão idiomática, como um recurso que agregaria as pessoas em torno de um projeto nacionalista, naturalmente buscou interromper ou minimizar os potenciais riscos a almejada unidade, no caso, isso se daria através da perseguição aos grupos imigrantes, vistos como um dos inimigos deste projeto identitário, e por sua vez também a proibição do idioma dos grupos, o que viria através da concepção jurídica do “crime idiomático”. Segundo Ângela Corrêa Balbaaki (2019), o crime idiomático buscava por meio da jurisdição de época, e em concordância com o projeto estadonovista, enquadrar a prática e o uso do idioma imigrante pelas comunidades étnicas como um risco a segurança nacional. Dessa forma, entre as proibições contra os sujeitos falantes e instituições, temos o exemplo do jornal ucraniano-brasileiro *Prácia*, que por contar com o idioma ucraniano em suas páginas, se enquadrou no crime idiomático, e foi obrigado a fechar suas portas nos anos de 1941-1946.

Considerações finais

A partir do que foi exposto, podemos perceber que os confrontos identitários entre comunidades imigrantes e os respectivos grupos hegemônicos de uma nação podem perpassar diferentes campos, como as compreensões de mundo através de ritos, religiosidades, e até mesmo idiomas. Em contextos turbulentos, seja no âmbito nacional ou internacional, esses sentimentos hostis são potencializados e dão lugar a mais manifestações contrárias as práticas, o Estado Novo varguista, por exemplo, utilizou da segurança nacional para legitimar seu projeto de nação contra práticas imigrantes, mas também se apoiou no temor aos grupos étnicos causados pela Segunda Guerra Mundial.

Outros momentos, como a Grande Guerra Mundial de 1914, também deixaram sua marca, principalmente para com os grupos vinculados aos países da Tríplice Aliança, um dos casos emblemáticos da época, foi a perseguição aos jornais alemães veiculados em Curitiba, como é o caso do *Der Kompass* (A Bússola) (1909-1939), que teve sua sede incendiada por brasileiros temerários da causa alemã:

No dia 29, eram noticiadas diversas ações violentas, tais como passeatas com gritos de “Morra a Alemanha”, ações contra o patrimônio de descendentes e “colossal” incêndio de quadros do Kaiser retirados à força das associações alemãs. Noticiava ainda que a sede do jornal *Der Kompass* havia sido incendiada (OLIVEIRA, 2012, p. 192).

Como pudemos observar, muitos são os casos de repressão do Estado brasileiro e dos próprios setores sociais do país contra comunidades étnicas através do tempo, alguns mais, outros menos perseguidos, mas todos que foram carregam suas marcas, e através destes casos podemos compreender melhor a formação das identidades, dos grupos hegemônicos e dominados, suas flutuações e hibridismos, também como a própria formação social do país, um estrato formado por múltiplas culturas, ritos, religiosidades, idiomas, e pessoas.

Nesse sentido, buscamos abordar aqui não apenas os confrontos, que podem ser amplamente analisados e detalhados ao longo de inúmeras pesquisas, mas procuramos contribuir com as discussões acerca das formações identitárias, tanto para os grupos imigrantes, que através de uma necessidade, muitas vezes moldaram espaços de resistência para suas práticas, em torno de um ambiente muitas vezes hostil a eles, também quanto a própria “identidade brasileira”, entendendo logo que a identidade não é algo *in natura*, mas sim uma construção humana, que se forma e reforma através do tempo.

Levando isso em conta, e também a pluralidade social e cultural brasileira, que perpassa os sincretismos e hibridismos,

frutos de séculos de imigração e contatos étnicos, concluímos a impossibilidade de considerar a identidade como um produto homogêneo ou um bloco singular, mas sim algo líquido, fruto das interações sociais e suas múltiplas possibilidades.

Referências

BALBAAKI, Angela Corrêa Ferreira. Ensino língua portuguesa para surdos no Estado Novo: por uma história das ideias linguísticas. **Lingvarvm Arena**. Porto, Volume. 10. 2019.

COSTA, Edivan de Azevedo Silva da. A presença asiática no Brasil entre os séculos XIX e XX: “ A questão chinesa” e a construção da identidade nacional brasileira. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 19-32, mar/set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA, Márcio de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a primeira guerra mundial, uma análise da imprensa local. **Cadernos Ceru**. São Paulo, Volume. 23, número. 2. 2012, p. 192.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 07-21, fev. 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política – RSP**, Curitiba, n. 9, p. 47-56, 1997.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia** – USP, São Paulo, v. 29, p. 57-71. 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VITCHMICHEN, Henrique Schlumberger. O caso Prácia (1941-1946): Imprensa estrangeira, repressão e crime idiomático no Estado Novo. **Revista Ars Historica**, n. 21, jan./jun. 2021, p. 104-123.

EXPATRIAÇÃO TRAUMÁTICA: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DAS IRMÃS ALTMANN REFUGIADAS EM ROLÂNDIA-PR

Wilson de Creddo Maestro¹

Gustavo Leme de Souza²

Marco Antonio Neves Soares³

Introdução

A região norte do Paraná possuiu grande importância nas relações imigratórias entre o Brasil e a Alemanha no início do século XX. Neste contexto, a Companhia de Terras Norte do Paraná⁴, criada em 1925, ficou encarregada de colonizar e ocupar a região para a produção agrícola, inicialmente com intenções voltadas para o plantio do algodão. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, a CTNP fez parte de um projeto em parceria com uma companhia colonizadora alemã, a Sociedade para Estudos Econômicos do Ultramar, visando a transferência de judeus perseguidos pelo regime nazista para a região da atual cidade de Rolândia, na época Colônia Roland, através de um esquema que ficou conhecido como “permuta de interesses”⁵.

Dentre os muitos imigrantes refugiados no Brasil, a família Altmann estabeleceu-se em terras paranaenses atrás de melhora de

¹Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Londrina-PR. E-mail: wilsonc.maestro@uel.br.

²Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Londrina-PR. E-mail: gustavo.leme.de.souza@uel.br.

³Professor orientador, docente do Curso de História da Universidade Estadual de Londrina-PR. E-mail: samusque@uel.br.

⁴Empresa colonizadora subsidiária da Paraná Plantations LTD.

⁵A permuta de interesses foi um esquema de triangulação formulado para possibilitar a aquisição de lotes de terras no norte do Paraná por parte dos alemães, visto que o capital alemão não poderia sair do país de maneira convencional. Cf. Soares (2012).

vida e fuga da perseguição. Os relatos de duas irmãs pertencentes à esta família serão objetos de estudo do trabalho a seguir. Entretanto, antes de apresentarmos nossos objetos de análise a fundo, é preciso informar como sabemos que fazem parte da mesma família, visto que em nenhum momento o relato afirma que são irmãs. O que as une é a proximidade dos relatos e as características familiares idênticas: o pai, cujo perdeu uma das pernas em decorrência de sua participação na Primeira Guerra Mundial, que passa por um constrangimento com os soldados nazistas que foram buscá-lo durante a Noite dos Cristais, além da presença marcante de suas passagens pela Inglaterra antes de se estabelecerem no Brasil.

Na primeira parte do capítulo, buscamos apresentar um debate teórico relacionado com as questões da memória, do trauma, do silenciamento e do esquecimento que, posteriormente, serão inseridas em um contexto específico – o contexto das irmãs Altmann. Dando continuidade, na segunda parte focamos em analisar os registros orais das irmãs, procurando compreender os movimentos da memória presentes em suas tão conturbadas experiências históricas.

Memória, silenciamento e esquecimento como aporte teórico

Por muito tempo os registros da história e da memória ficaram restritos à somente uma pequena parcela da população, tomadas por um cunho oficial. É relativamente recente o foco na análise da história dos “excluídos”, já que durante um longo período apenas os grandes temas, aqueles que podem ser classificados dentro da macro-história, possuíam espaço na historiografia (REVEL, 2010).

A partir da popularização de métodos como o da História Oral, a análise daqueles que anteriormente eram “deixados de lado” no estudo de um determinado contexto histórico começou a fluir e se tornar cada vez mais presente nas pesquisas. Segundo Pollak (1989, p. 4): “Ao privilegiar a análise dos excluídos [...] a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas

que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’ [...]”.

Ainda a respeito das “memórias exclusas”, Pollak (1989, p. 4) afirma que “[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio [...] afloram em momentos de crise [...]”. Nos convém utilizar neste caso o contexto dos judeus durante o Holocausto. Pollak (1989) trata a respeito da competição entre memórias concorrentes, com base nisto, quando inserimos este conceito no exemplo dos judeus, temos que os conflitos entre as memórias ocorrem a partir do momento que as narrativas podem acabar sendo influenciadas pelas experiências traumáticas vividas.

Um outro fator relacionado à memória, especificamente quando falamos de experiências traumáticas, é o esquecimento. Ao passo que as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) acabam sofrendo este processo por conta de razões terciárias, ou seja, a partir da submissão perante a memória do dominante, o esquecimento aparece como um mecanismo de defesa que parte do próprio indivíduo, como proposto por Ricoeur (2007, p. 456) “[...] enquanto estratégia de evitação, de esquiva, de fuga, trata-se de uma forma ambígua, ativa tanto quanto passiva, de esquecimento”. Nesta perspectiva, torna-se possível realizar uma associação entre as experiências traumáticas vividas por certas pessoas ou grupos e o esquecimento no sentido de “querer-não-saber” (RICOEUR, 2007) – que difere do esquecimento da amnésia, por exemplo – visto que diversos casos de mudanças bruscas ou grandes choques na vida do indivíduo acabam interferindo na construção e manutenção de sua identidade pessoal, como indicado por Thomson (1997, p. 58) “Dramáticas mudanças de vida muitas vezes tornam irrelevantes velhas identidades e exigem drástica reavaliação”.

Quando tratamos a respeito do registro de memórias – especialmente as memórias traumáticas – o receio, o medo e a sensação de que as experiências são indiferentes para outras pessoas podem ser marcados como fatores de destaque. Guiado por estes fatores, o indivíduo acaba se afastando de lembranças que podem possuir alto valor para a historiografia, desta forma, cabe ao historiador utilizar de métodos adequados para a realização

destes registros – nesta situação, o método de História Oral. Nora (1993, p.14) nos recorda que “A necessidade de memória é uma necessidade da história”, ou seja, para a compreensão de determinados recortes da história, torna-se fundamental a pesquisa das memórias das pessoas que experienciaram o contexto, dado que a história necessita da memória.

O caso das irmãs Altmann

Partindo do aporte teórico apresentado, tomaremos como exemplo uma situação que ilustra de maneira clara alguns aspectos aqui citados. Se trata do caso de duas mulheres judias, irmãs, refugiadas do nazismo em meio à selva norte paranaense, mais especificamente onde atualmente se encontra a cidade de Rolândia, no Paraná. Os relatos da vinda das irmãs Altmann ao refúgio no Brasil é apresentado por Fischer (2005) em “Abrigo no Brasil”, uma obra que aglutina dez relatos – coletados através do registro oral – de mulheres judias que experienciaram a fuga da Alemanha nazista e o conturbado estabelecimento em um local completamente desconhecido e, até aquele momento, inóspito.

Há um fato que merece destaque no caso das irmãs Altmann. Durante os anos de ascensão do antissemitismo na Alemanha, no início dos anos 1930, diversas famílias que possuíam ligações com o judaísmo foram perseguidas⁶. Segundo Soares (2012, p. 47) “O inimigo criado pelo anti-semitismo era o judeu pré-aperfeiçoamento civil, o estereótipo do judeu de gueto, e nesta posição pouco importava o grau de assimilação ou a sua identificação com o judaísmo [...]”. Ou seja, muitos acabaram descobrindo as relações com o judaísmo na família a partir destas perseguições, uma das diversas vítimas desta crise identitária foi a família Altmann. Posteriormente, Soares (2012, p. 86) reforça este ponto: “As duas filhas do casal Oscar e Gertrude foram saber de suas condições de meio-judias somente após a promulgação das

⁶ Independente do grau de proximidade destas famílias com a religião judaica.

Leis de Nuremberg, e vivenciaram com espanto a transformação do tratamento social e religioso que lhes foi conferido [...]”.

A confusão com este sentimento de identidade possui vínculo direto com a memória do indivíduo pois, como indicado por Pollak (1992), a memória tem estrita relação com a identidade. Desta forma, o conflito de identidades somado à perseguição antissemita e todos os trâmites sinuosos da vinda para o refúgio no Brasil, acabaram por engendrar a experiência traumática que, nesta circunstância, é observada nas irmãs Altmann.

O caso destas irmãs se torna curioso ao ponto em que uma delas, Leni Hinrichsen, desenvolve seu relato de maneira completa, citando diversas experiências naturalmente, enquanto a outra irmã, que inclusive preferiu manter o anonimato ao conceder seu relato, demonstra grande receio e indiferença perante suas experiências. O questionamento a partir do caso destas irmãs é acerca da experiência traumática, que pode ser visualizada em ambas, embora com intensidades completamente diferentes.

Podemos verificar a diferença de intensidade no que tange ao trauma logo de início, na decisão de uma das irmãs de manter anonimato ao dar seu relato. Um aspecto vem à tona quando percebemos a repressão de algumas memórias, a partir da solicitação de retirada de algumas partes da entrevista por parte da irmã anônima. Reforçando ainda mais a presença do trauma, Fischer (2005, p. 15), comentando sobre as entrevistas, aponta que “Em algumas, tivemos a impressão de que a entrevistada reprimia parte de suas recordações, ou então que procurava fugir do assunto”.

Outro fator que podemos citar para indicar a presença da experiência traumática no caso das irmãs Altmann está relacionado com o apontamento de Pollak (1989, p. 5): “Não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia. Contudo, essa atitude é ainda reforçada pelo sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas”. Esta colocação se conecta com o relato de experiência de Fischer sobre a repressão de certas lembranças durante a realização das entrevistas, ou seja, indicando a existência

de uma bagagem sentimental voltada à culpa, por parte principalmente da irmã anônima.

O sentimento de indiferença⁷ que parte da irmã anônima perante seu relato de vida é indicado por Fischer (2005, p. 63) quando escreve que “Infelizmente, ela também retirou longos trechos de sua entrevista [...] na opinião dela, esse assunto não interessa mais a quase ninguém”. Este afastamento das lembranças é causado por um trauma, que gera um esquecimento⁸ no indivíduo que vivenciou o episódio, que por consequência gera um silenciamento, permitindo assim a permanência da “memória oficial” como dominante. Todavia estes elementos da memória – o esquecimento e o silenciamento – também podem ser considerados como uma forma de comunicação, trataremos disso adiante.

A análise dos relatos

À medida em que o aprofundamento teórico nas questões relacionadas à memória e identidade acontece, surge a necessidade de análise do objeto ao qual nos propomos a trabalhar para compreender as características do que entendemos como memória, seus movimentos, sua influência na formação da experiência histórica dos atores – neste caso, atrizes – vivos do passado. Nesta parte, portanto, utilizaremos do arcabouço teórico introduzido no início do trabalho para esclarecer os caminhos, muitas vezes obscuros, de duas irmãs refugiadas. Na divisão analítica aqui formulada, não faremos um isolamento rigoroso das várias questões que envolvam os testemunhos, excetuando, por necessidade organizativa da análise, a divisão entre os relatos de cada irmã, comparando-os ao final desta parte para nos encaminharmos às considerações finais.

⁷ As ideias acerca do sentimento de indiferença em relação às experiências de vida estão presentes em Pollak (1989), Ricoeur (2007) e Thomson (1997).

⁸ Esquecimento como apresentado por Ricoeur (2007), no sentido de “querer-não-saber”.

O que o estudo da memória a forma com que se manifesta nos mostra, é que a memória individual se relaciona com a memória coletiva (HALBWACHS, 1990), embora faça mudanças e se adequa dentro de cada experiência de uma forma diferente. O caso das duas irmãs não é diferente. Os relatos entre a irmã anônima e Leni Hinrichsen são diferentes em diversos aspectos, mas confluentes em vários pontos de encontro comum às irmãs.

Os pontos interessantes no relato da irmã anônima, portanto, dizem respeito à sua forma de lidar com as situações extremas da vida dos sujeitos históricos que viveram a década de 1930 na Europa. No relato, se remetendo ao contexto de fuga da Alemanha, a lembrança de sua tentativa de lidar com as mudanças bruscas de seu própria cotidiano, a irmã anônima entrega ao depoimento a imagem de uma mulher que não se abre à experiência do “falar do sofrimento”, com exceção das pessoas mais próximas, assim como da necessidade deliberada de apagamento de parte de sua própria memória, como mostra Fischer (2005, p. 59):

Naquele momento, evidentemente, não sabia que poucos dias depois eclodiria uma guerra que separaria a família por muitos anos. Fiz o que o momento me exigia. Tinha 19 anos. Tudo o que aconteceu antes e nos marcou profundamente está apagado – ou me esforço para apagar, para não ficar remoendo -, mas tudo isso existe e está dentro de nós.

Esta tentativa de apagamento, não é contraditória à memória, tampouco aos seus diversos movimentos e características. Para Michael Pollak (1989, p. 13): “[...] um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”. Estas possibilidades são movidas pelo sujeito histórico, conforme sua confrontação com sua própria experiência. Para Anônima, esta experiência requer uma distância, o que intrinca o próprio ato de comunicar-se. A chave neste processo de análise é justamente entender este silenciamento ativo, como uma forma de comunicação da própria memória. Isto permeia todo o

relato e pode ser notado na página seguinte: “Não quero falar sobre o comportamento dos meus amigos na Alemanha nazista. Quase só tive experiências tristes. Não todas, mas quase. Um exemplo: fui expulsa da escola por ser judia” (FISCHER, 2005, p. 60).

O traço comum aos relatos das duas irmãs é o ressentimento. Esta maneira de ver as situações vividas foi construída conforme os acontecimentos da vida na década de 1930, na Alemanha, e todas têm relação com a intensificação da perseguição baseadas na inferiorização do judeu, chamado de sub-humano (*Untermensch*). O processo de desidentificação, pelo qual muitos dos judeus passaram, fez com que outro processo de identificação ocorresse, mas para um lugar não assumido antes, o lugar do judeu, o que se relaciona ao que Pollak (1992, p. 5) coloca:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Assim, a experiência compartilhada é conhecida pelas irmãs, ou seja, há uma relação perceptível entre a memória individual e coletiva, como vemos no relato da Anônima: “Mas o que estou lhe contando, quase tudo esquecido, qualquer uma das mulheres que deixaram a Alemanha, naquela época, para vir para cá pode lhe contar” (FISCHER, 2005, p. 60).

Um ponto que nos interessa no relato “calado” da irmã anônima é que, ao mesmo tempo em que é aceito que a experiência mudou a forma com que a mesma se relaciona com o mundo e as pessoas, como se a partir da sua situação difícil de vida ela passasse a querer ajudar mais outras pessoas, isto não alcança o lugar da comunicação de sua experiência, como veremos ser diferente na outra irmã. Desta forma, a Anônima afirma que sua experiência não merece ser conhecida e não vê sentido em falar sobre sua

memória, como nos informa Fischer (2005), quando informa o leitor das supressões que a depoente fez.

O relato de Leni Hinrichsen é bem diferente da irmã em vários aspectos. Hinrichsen fala com mais fluidez de sua experiência e dá outro sentido ao vivido, indo em direção à educação através da comunicação. Para ela, a experiência se tornou uma forma de não deixar morrer a memória ao mesmo tempo que é transformada em instrumento de educação e conscientização.

No começo do relato de Leni Hinrichsen percebemos dois pontos que também aparecem no da irmã anônima: o ressentimento e a não-identificação com o judaísmo étnico. Leni lamenta várias vezes ao longo de seu relato sobre o ressentimento com muitos conhecidos e antigos amigos alemães, embora ressalte o auxílio prestado por outros amigos:

[...] os pais delas mandavam-nas para minha casa, para estimular a amizade, para demonstrar que eles não estavam do lado dos nazistas. Aos domingos, elas sentavam ao meu lado, na Igreja, para demonstrarem de que lado estavam. Essas amizades duram até hoje (FISCHER, 2005, p. 91).

Direta ou indiretamente, os amigos que não compactuam com as ideias antissemitas – ou ainda, os que só auxiliavam as irmãs da família Altmann e não qualquer outro judeu – prestavam ajuda de alguma forma, situação que marcou a memória de Leni, principalmente. Ainda, os aparatos jurídicos e cívicos do período nazista transformaram a identidade daquela personagem histórica ao passo em que colocava uma “barreira” tão forte entre Leni e o lugar de nascença que não conseguiria ser superado, ou seja, Leni Hinrichsen, assim como sua irmã, nunca mais desejaria morar na Alemanha, embora a primeira tenha viajado para lá em outras oportunidades.

Em Leni, as características da memória se expressavam de forma a marcar certos acontecimentos em sua mente. Um exemplo foi a Noite dos Cristais, em 1938, onde os detalha de uma maneira intensa, mas racional. A forma de lidar com os traumas e com os

momentos que vivenciou se deu através da comunicação, de forma que expressasse seus sentimentos e experiências, bem diferente do caso de sua irmã. Quando fala do Brasil, portanto, descreve as dificuldades e problemas enfrentados por aqui. Não de maneira ingrata, mas em uma ideia de refúgio e alívio, como se falar sobre o Brasil fosse sair de uma época obscura e incerta. Quando perguntada se o Brasil não colocava muitos empecilhos para a adoção da cidadania brasileira, Leni respondeu:

De forma alguma. Nós só tínhamos de viver aqui no país para requerer a cidadania brasileira. Era uma questão de formalidade. Era necessário prestar um juramento de lealdade, como de praxe. Nós queríamos que fosse assim e não nos arrependemos (FISCHER, 2005, p. 101).

Dentre as possibilidades de diálogo com a memória feitas por Leni, chama a atenção um ponto importante – deixado deliberadamente para o final desta parte de análise – no fim do relato da mesma. Há a identificação de resquícios do passado no presente da depoente. Para uma refugiada do nazismo, a percepção de que certos movimentos históricos deixam suas influências para além do período de seu apogeu é forte, fazendo com que ela localize no período da realização da entrevista (1994-1996) características semelhantes às do período da Alemanha da década de 1930:

Infelizmente, já existe um movimento nazista aqui (Brasil). Eles estão se multiplicando, na Alemanha também. O que me choca lá, de alguma forma, é o modo como o destino se repete. Existem os mesmos comentários: ‘Eles não têm nenhuma chance. Isto não é nada’. O mesmo discurso de 1930. Eles não aprenderam nada, nada. ‘Não devemos nos preocupar com eles, são apenas alguns jovens cheios de entusiasmo.’ E eu digo: ‘Nada de jovens cheios de entusiasmo. As condições são muito semelhantes: vocês têm problemas com alemães orientais, com iugoslavos, portugueses e todos os outros estrangeiros no país’. (FISCHER, 2005, p. 103)

Considerações finais

A respeito da utilização do registro oral como fonte para esta pesquisa, queremos ressaltar que o método de história oral se mostrou o mais adequado para a conservação destas memórias. Segundo Portelli (1997, p. 31) “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária de classes não hegemônicas”. Esta “luz” permite que histórias como a das irmãs Altmann recebam devida importância.

Ainda tratando do registro oral, Thompson (1992, p. 27) pontua: “Sem a evidência oral, o historiador pode, de fato, descobrir muito pouca coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas”. Isto reforça mais uma vez o valor das entrevistas como forma de registro das memórias.

Além disso, através da análise dos relatos das duas irmãs refugiadas em Rolândia, no Paraná, conseguimos compreender as formas com que a memória se organiza, se manifesta e se transforma, sendo parte fundamental para o entendimento a respeito da mentalidade histórica. As análises com foco na memória das irmãs têm diversas discrepâncias em relação à facilidade com que cada uma das entrevistadas lida com suas situações de trauma. A irmã anônima optou pelo silêncio quando levada à lembrança dos traumas vividos, além do afastamento de partes da memória numa dinâmica que constitui a própria comunicação, onde no momento da análise, necessita-se de um olhar atento para a compreensão do não-dito, como colocado na análise feita anteriormente. Já a outra irmã, Leni Hinrichsen, parte do princípio de que a comunicação consegue exprimir o vivido e os traumas existentes na memória.

Referências

- FISCHER, Gudrun. **Abrigo no Brasil:** judias alemãs em fuga do terror nazista. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 25-39.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. v.15, n.45, set./dez. 2010.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SOARES, Marco Antônio Neves. **Da Alemanha aos Trópicos:** identidades judaicas na terra vermelha (1933 – 2003). Londrina: EDUEL, 2012.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997, p. 51-84.

JANINA EGERT: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DAS CARTAS RECEBIDAS POR UMA IMIGRANTE DO SEGUNDO PÓS-GUERRA (1949-1990)

Rodrigo dos Santos¹

O capítulo discute sobre Janina Egert, uma polonesa que se deslocou com sua família ao Brasil em 1949. Ela é oriunda de um contexto específico, a Segunda Guerra Mundial e a imigração do meio do século XX, sendo parte de um milhão do restante dos que não podiam ou queriam retornar a sua origem no final do conflito e do período de repatriação. Entre as razões para a ausência do retorno, estavam represálias dos governos totalitários e a fuga da fome e miséria que assolava o Continente Europeu, principalmente na parte polonesa que tinha sido invadida diversas vezes pelo nazismo e stalinismo.

Nesta pesquisa utilizamos como principais fontes, duas cartas escritas em polonês recebidas dos sobrinhos Franciszek e Gienia Juszcak para Janina em 1963 e 1983, disponibilizada pelos seus familiares e que foram salvaguardadas primeiramente por ela e posteriormente por seu filho Kazimierz Egert, em uma “Caixinha de Lembrança”. Esses artefatos são definidos por Pereira (2008, p. 19) como “uma pequena caixa contendo fotografias da família e objetos pessoais [...] colecionado ao longo da vida”, principalmente por imigrantes. A família Egert preservou mais de duzentos artefatos e fotografias durante a existência da matriarca até 1990.

Para atingir essa finalidade, empregamos de forma metodológica os preceitos dos Estudos Culturais, enfatizando principalmente o conceito de memória (CANDAU, 2011; POLLAK, 1989; PORTELLI, 2016; SARLO, 2007) e destacamos alguns

¹ Doutor em História pela UEM. E-mail: digao_santos9@hotmail.com / rodrigoguarapuava@gmail.com.

elementos defendidos como tese pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH) em junho de 2020, com o título “Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-PR (1949-2016)” (SANTOS, 2020).

O capítulo está dividido, além dessa introdução e considerações finais, em dois momentos. No primeiro, intitulado “O segundo pós-guerra e Janina Egert”, a preocupação é apresentar os desdobramentos da Segunda Guerra que motivaram a imigração de Janina ao Brasil. No segundo, “As cartas da cultura polonesa” promovemos a reflexão sobre as missivas recebidas dos sobrinhos de Janina, demonstrando a necessidade da salvaguarda de uma memória.

O Segundo pós-guerra e Janina Egert

A Segunda Guerra Mundial foi um dos fenômenos catastróficos da humanidade, contudo, conforme Judt (2008) e Shephard (2012), mais que a destruição causada por ela, o seu legado foi uma quantidade significativa de pessoas deslocados estendendo-se nos anos seguintes, no que pode ser denominado de segundo pós-guerra. Com o fim do conflito esperava-se que as pessoas estivessem felizes pela vitória, no entanto, com exceção dos exércitos aliados, todos estavam extremamente fatigados, frustrados e em maltrapilhos por estarem fora de suas casas.

Os anos entre 1945 e 1960, ainda traziam novos desafios, depois de repatriados os indivíduos que foram voluntariamente ou involuntariamente para desenvolver práticas laborais da Alemanha Nazista, sobrou um conjunto de pessoas que preferiam qualquer lugar do que retornar as suas antigas pátrias.

Analizamos o que Shephard (2012, p. 13) comenta sobre eles:

[...] Quando a poeira assentou e todos aqueles que desejavam tinham voltado para seus países de origem, permaneceram na Alemanha, Áustria e na Itália alguns milhões de pessoas que não estavam inclinados a voltar para sua terra natal – judeus, poloneses,

ucranianos, letões, lituanos, estonianos e iugoslavos. Eles tinham histórias de guerra diferentes e complicadas, para as quais o uso de termos modernos como ‘vítimas’ e ‘perpetradores’ se mostravam insuficientes – alguns eram, por qualquer definição, colaboradores dos alemães -, mas todos por razões políticas complexas, foram classificados pela rubrica de ‘Pessoas Deslocadas’.

Janina, a matriarca dessa família Egert, era uma dessas pessoas deslocadas (PDs), filha de Stanislaw e Jozefa Wanat, havia nascido em território polonês em 18 de dezembro de 1915, e junto com seu esposo², Ignacy, no início da Segunda Guerra, deslocou-se para trabalhar na Alemanha como doméstica. Com o fim da guerra, diante da derrota do grupo do eixo, foi acolhida em um campo de refugiados na porção britânica, região de Lübeck, na Alemanha. Neste espaço, encontrou em um hospital seus dois filhos, Jozef e Henryque, que tinham nascidos ainda na Polônia antes do conflito, além disso, teve mais dois: Kazimierz e Boguslaw.

Em 1949, Janina e seus familiares, com apoio da Organização Internacional de Refugiados (OIR) imigraram ao Brasil, por meio do navio de ajuda comunitária *Protea*. Depois de aproximadamente vinte dias, chegaram e permaneceram por quase uma semana na Hospedaria Ilha das Flores, de lá foram para São Paulo, Curitiba e Guarapuava, na localidade Rio das Pedras em Góes Artigas. No destino, enquanto Ignacy e os filhos mais velhos desenvolviam atividades em uma serraria, ela e os mais novos cuidavam de animais como cabras e do plantio de hortaliças nos arredores da sua nova casa (SANTOS, 2020).

Para conhecermos mais sobre Janina é necessário adentrarmos nas narrativas orais, uma vez que como aponta Portelli (2016) elas são úteis para o campo da história, onde faltam os documentos impressos. Além do que, como toda fonte, as narrativas orais precisam ser problematizadas, confrontadas e questionadas, pois nenhum documento fala por si e pode ser usado sem esses preceitos.

² Ela casou com Ignacy Egert na Polônia em 28 de maio de 1935.

Nesse sentido, outras informações sobre Janina são encontradas em uma entrevista realizada em 2015 com seu filho, Kazimierz Egert.

A mãe morava comigo na Vila Carli [em Guarapuava]. Aquela época daí. E aí a turma diziam, pois é, a tua mãe que ‘atropelou’ você da casa no fim não foi morar com vocês até a morte dela. Foi morar com vocês. Ela que atropelou eu de casa no fim bem dizer foi morrer com nós. E daí ficou doente, que ela tinha diabete. Foi o diabete. Daí ficou doente, eu peguei ela e levei, eu tinha carro, peguei ela e levei ela no hospital. Ficou internada lá. Todo dia eu vinha tocar a oficina [trabalhar na oficina]. Alí que eu tinha oficina atrás da delegacia. De tarde eu passava lá no hospital ver como ela estava. No outro dia eu ia para a oficina, passava no hospital e ia ver a oficina. Hora de almoço eu passava ali ver como ela estava, no hospital. De repente um dia, só que ela, assim não mexia nada. A gente que via que ela mexia com os olhos, assim tudo. Não sei, daí o médico falou o que que deu nela, mas aturou uma semana no hospital. Ficou uma semana internada. E aí quando morreu, levei ela lá em casa, foi feito o velório dela lá em casa, na minha casa” (EGERT, 2015).

Como toda memória, essa não é diferente, possui seletividade, sendo construída a partir do presente (CANDAU, 2011). Nela, percebemos que ele se lembra de sua mãe, a partir da morte, apresenta alguns detalhes, e demonstra ressentimentos, devido ao episódio que foi mandado embora de casa, por namorar uma brasileira, fato que sua mãe não aceitava. O ressentimento pode ser entendido conforme Ansart (2004), como uma mágoa ou rancor. Na fala de Egert isso está representado quando afirma que outras pessoas cobravam sua posição pelo fato da mãe morar com ele e despende de seus cuidados até a sua morte.

Janina Egert faleceu decorrente de diabetes em 6 de janeiro de 1990, em um hospital do Município de Guarapuava-Pr. Enquanto Kazimierz Egert, em 20 janeiro de 2016, devido a um câncer que atingiu seu estômago, descoberto um mês antes. Durante esses anos, inicialmente a mãe e posteriormente o filho, salvaguardaram a

memória da família, dentro de uma “Caixinha de Lembrança”, sendo que nela, junto com diversos objetos, duas cartas se sobressaíram, elas eram as missivas dos sobrinhos dela que ficaram preservadas para os historiadores transformarem em narrativas históricas.

As cartas da cultura polonesa

As cartas são relevantes, pois trazem aspectos de uma época, fazem emergir memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que por muito tempo ficaram esquecidas pela historiografia oficial que não as visualizavam como um documento para a história. A análise da família Egert também pode ser realizada amparadas nelas, no entanto, não podemos perder de vista a advertência de Malatian (2011). A pesquisadora menciona que mesmo que igualmente seja portadora de uma memória, diferente da história oral, as missivas traduzem o privado, sendo uma escrita de si e são constituídas objetivando que apenas uma pessoa leia, como se fossem uma confissão em um diário íntimo. Nelas, o remetente tem a função de sussurrar suas angústias e desejos para o destinatário.

Sabendo disso, desenvolvemos a análise das cartas de Franciszek (11 de janeiro de 1963) e Gienia Juszcak (9 de abril de 1983), manuscritas com caneta azul em polonês³ com envelope direcionado à Ignacy Egert, esposo de Janina. Apesar disso, em seu conteúdo fica evidente que a interlocução várias vezes é feminina, uma vez que as cartas utilizam em muitos momentos a menção à tia, abordando questões cotidianas, assim Ignacy era apenas um endereço postal para recebê-las.

As cartas devem ser compreendidas conhecendo seus personagens. A personagem masculina é Franciszek, sobrinho de Janina que possuía o mesmo nome de seu pai. Já uma das femininas, é Gienia, irmã mais nova do primeiro, que atua em 1983 como enfermeira. Há outra, a irmã caçula, Halina, afiliada de

³ As cartas foram traduzidas por Barbara Rzysek.

primeira eucaristia da imigrante. Ainda como personagens mencionados nas missivas, existem os pais deles e a mãe de Janina.

A carta de Franciszek, é mais concisa que a de Gienia, sendo escrita em duas páginas. Isso pode ser explicado pela análise feita por Portelli (2016), sobre narrativas masculinas e femininas, ele aponta que nas primeiras, independentemente de seus discursos orais ou escritos, há como principal característica a objetividade, construída socialmente dessa forma, remetendo mais aos aspectos políticos e econômicos, destacando questões relacionadas aos bens.

Observamos como esse elemento é mencionado na carta de 1963:

E da tia sobrou uma máquina, armário e mesa e estão conosco, além disso não tem nada e cuidamos de tudo. E se a tia quer que eu tenha uma terra então que mande uma permissão. Porque deste jeito [do jeito que está] o tio não quer me dar. O tio tem terra própria e vai trabalhar também na da tia (JUSZCZAK, 1963, p. 1-2 - tradução livre).

O sobrinho de Janina alude aos objetos que ficaram na sua antiga casa na Polônia e questiona a sua administração, pedindo-lhe permissão e que resolva questões de tutela que tinham sido acordadas com a avó, Jozefa Wanat, a mãe dela, que também ficou lá sofrendo as mazelas do segundo pós-guerra.

Nesse sentido, Portelli (2016) também justifica como são as narrativas femininas, a maioria delas trazem práticas cotidianas de dentro de casa, incorporando muitos personagens. Enquanto a linguagem na primeira carta de Franciszek é minimalista, como seu remetente afirma: “Não tenho o que escrever só estas poucas palavras” (JUSZCZAK, 1963, p. 2- tradução livre). Sarlo (2007) corrobora em parte com isso, no entanto acrescenta que as mulheres não são responsáveis apenas pelas questões internas dos imóveis, mas de fazer a conexão das dimensões privadas e públicas, como na carta de Gienia que ela incorpora seu marido e todos os que estão no Brasil, como uma tática para preservar a união da família (MALATIAN, 2011), de acordo com o trecho:

“Envio para a tia e toda a sua família carinhosas lembranças e beijos Gienia e marido” (JUSZCZAK, 1983, p. 4 - tradução livre).

A carta de Gienia é mais extensa que a primeira, possuindo quatro páginas e escrita aproximadamente vinte anos depois. Nela, a sobrinha de Janina menciona seus pais idosos e com dificuldade de locomoção e escreve que mesmo casada, mora próximo deles em um vilarejo, apesar de trabalhar como enfermeira na região. Observa-se em seu fragmento:

E agora vou escrever algumas frases sobre meus pais. Continuam morando na mesma aldeia como antes. Estão cada vez mais velhos e têm dificuldades em se virar com todas as dificuldades da vida, embora não queiram deixar sua aldeia. Mamãe tem esclerose, isto é, está esquecida e não enxerga bem. Papai é mais velho, mas é mais ágil, embora minta cada vez mais quando se sente mal (JUSZCZAK, 1983 p. 3-4- tradução livre).

As cartas trazem aspectos, tanto demonstrando que os sobrinhos a conheciam, como elementos de suposição. A hipótese é encontrada no questionamento de Gienia sobre a quantidade de filhos que Janina teve e se moravam próximo dela: “Talvez a tia possa escrever quantos filhos tem e se todos moram na mesma cidade, o que todos fazem e mais sobre si e sobre todos eles” (JUSZCZAK, 1983, p. 2- tradução livre). Não encontramos a resposta de Janina à sua sobrinha, contudo ela teve além dos filhos que imigraram, mais dois em terras brasileiras: Danusia e Eugênio, totalizando seis.

A única filha de Janina Egert foi Danusia, ela casou rapidamente e faleceu em 26 de agosto de 1978, com apenas 28 anos. As causas de sua morte são trágicas para a família que prefere em muitos momentos se silenciarem sobre ela. No seu obituário há a menção da causa decorrente de alcoolismo. Já o filho caçula de Janina, Eugênio, faleceu de forma mais trágica em 13 de agosto de 1993, decorrente de um roubo de caminhão, seu corpo ficou desaparecido por alguns dias

e foi noticiado amplamente pela imprensa guarapuavana até ser encontrado nas margens de um rio da região.

Outra hipótese de seus sobrinhos presentes nas cartas refere-se à aposentadoria de Janina “O que a tia faz agora durante a aposentadoria, talvez a “tia” tenha um jardim? (JUSZCZAK, 1983 p. 3-4- tradução livre). Como as leis polonesas são diferentes das brasileiras, ela se aposentou apenas três meses depois dessa carta, em 1986, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapuava, depois de comprovar que desenvolveu durante sua vida diversas atividades agrícolas.

As práticas religiosas também estão presentes em uma das cartas: “Nas primeiras palavras de minha carta Que Jesus Cristo seja louvado, esperamos que vocês nos respondam, por todo o sempre Amém. Faço chegar a vocês que estamos com saúde e esta mesma saúde desejamos a vocês dada por Jesus Cristo e Nossa Senhora? (JUSZCZAK, 1983 p. 1 -tradução livre). Isso pode ser justificado pela família, tanto a localizada na Polônia, como a no Brasil, por possuir doutrina cristã/ católica. Janina recebia cartões e fotografias de seus familiares anualmente no Natal, compartilhando discursivamente uma hóstia, um costume polonês para se unir aos seus em qualquer parte do mundo.

As práticas alimentares também são relevantes nas narrativas suscitadas nas missivas. Na carta de 1963 é demonstrada que em uma anterior, Janina contou sobre sua alimentação com laranjas e bananas, por serem baratas, em contraste com a Polônia onde são produtos extremamente caros: “a tia escreveu que as laranjas e as bananas onde mora são muito baratas. E aqui tem laranjas, mas não estamos em condição de comprar. E as bananas, nunca vimos” (JUSZCZAK, 1963, p. 2- tradução livre). A partir desse aspecto, é perceptível que nos anos de 1960 a família polonesa, mesmo em posse dos objetos de Janina, não tinha recursos suficientes para uma alimentação sofisticada, uma vez que considerava as frutas como algo de poder aquisitivo e não as podiam consumir.

A carta de 1983, também segue esses pressupostos e termina com um questionamento: “Quanto custa aí um quilo de café? ”

(JUSZCZAK, 1983, p. 4- tradução livre). A pergunta inicialmente pode parecer ser concebida de forma simplista, porém, é relevante, pois de acordo com Buruma (2015), esse alimento foi um dos primeiros alimentos a faltar, durante a Segunda Guerra, no continente europeu. O valor junto ao consumo pelos Egert fixados no Brasil, levaria à menção que a família possuía recursos abundantes. Não é possível saber se Janina e os seus consumiam, no entanto, devido a necessidade de empregabilidade dos filhos dela, antes mesmo dos dezoito anos, percebemos que a sua condição material não era uma das melhores.

Outro aspecto das cartas pode ser teorizado por Le Breton (*apud* BRANDÃO, CARNEIRO, 2018). Ele afirma que a fala é atributiva de significado, mas diante de uma tragédia pessoal isso não acontece, ela não funciona e precisa ser renegociada, há um bloqueio. Na carta de Gienia é perceptível essa dificuldade de resposta: “Já escrevi anteriormente, embora não tenha recebido resposta da tia. O que a tia pode dizer sobre a proposta de vir nos visitar na Polônia – talvez a tia possa escrever (JUSZCZAK, 1983, p.2 – tradução livre). A sobrinha perguntou em outros momentos sobre o retorno à tia, mas não obteve resposta, mesmo com a partida, seu lugar está guardado. Janina possivelmente queria retornar, mas não podia, principalmente por dificuldades financeiras, por isso silencia, ou ainda, porque o retorno poderia causar desconforto devido aos traumas causados pela guerra que geraram a necessidade da fuga. Além do que: “O retorno do passado nem sempre é um momento libertador, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9). Será que ela queria retornar ao seu passado marcado por uma Grande Guerra?

De acordo com Sayad (1998) para o imigrante há sempre expectativa de volta, por mais que não aconteça de forma física, esse retorno pode ser efetivado de forma simbólica, por meio da resposta de uma correspondência anexando fotografias: “E se a tia nos responder a carta vamos mandar as fotografias para a tia” (JUSZCZAK, 1963, p.2- tradução livre). Apesar disso, esses encontros são apenas parciais, por serem realizados a partir de

representações e mesmo que se efetivassem de forma presencial, o imigrante não voltará para o mesmo espaço e tempo que deixou, devido a sua inexistência.

No caso de Janina Egert, o reencontro simbólico com os parentes da Polônia foi desenvolvido por troca de cartões, mas o presencial nunca aconteceu, ela morreu e foi enterrada no Cemitério Municipal de Guarapuava no mesmo túmulo que seu esposo e dois de seus filhos, Eugênio e Kazimierz, e no município que escolheu morar e desenvolver suas práticas culturais, Guarapuava, sem nenhuma visita à terra natal.

Considerações finais

Para findar essa discussão, alguns questionamentos podem ser levantados sobre as cartas e os indivíduos que as escreveram, na tentativa de promover outros debates. Entre eles, o porquê ser relevante pensar nos imigrantes do segundo pós-guerra.

A sua discussão de alguma forma demonstra que não existe apenas um tipo unitário de imigração, como aprendemos em boa parte da nossa trajetória escolar, ao sermos expostos apenas à imigração do final do século XIX e início do XX, mas vários, como a imigração do meio do XX e as atuais, com o mundo marcado pelo fenômeno.

Nesse sentido, a imigração advinda da Segunda Guerra deve ser mencionada tanto em pesquisas científicas como em escolas, principalmente por apresentar diversas especificidades. Uma delas, refere-se ao fato que mesmo sabendo que a decisão em imigrar é dos envolvidos, os imigrantes desse contexto são motivados pela fuga da destruição, miséria e de governos totalitários.

Outra questão pode ser levantada: a de porquê discutir a família Egert, especialmente Janina. Pode-se responder que essa imigrante, não preservou apenas a imigração de sua família, mas questões relacionadas ao seu contexto, demarcando práticas culturais advindas da alimentação e religiosidade. Além de que, a sua problematização pode promover o debate da necessidade de

novas pesquisas, tanto dessa como de outras temporalidades, que foram negligenciadas pela historiografia oficial.

Por fim, afirmamos que as cartas direcionadas à imigrante preservam uma memória, dos parentes de Janina que ficaram na Polônia e a dela, que realizava as interlocuções. Apesar do acesso a apenas duas cartas, estas se transformaram em vestígios para o trabalho do historiador, contudo, pelos seus indícios, principalmente pelas respostas e questionamentos, é perceptível que havia outras, não preservadas. Elas também são relevantes, assim como os acervos particulares, pois salvaguardam uma memória, a dos imigrantes do segundo pós-guerra.

Referências

EGERT, Kazimierz. **Entrevista concedida por Kazimierz Egert a Rodrigo dos Santos**. 07/07/2015. Goioxim-Pr. 61 min. Acervo Particular.

JUSZCZAK, Franciszek. **[Carta] 11 jan.1963**, Poznán [para] EGERT, Ignacy, Guarapuava. 2f. Acervo Particular.

JUSZCZAK, Gienia. **[Carta] 9 abr. 1983**, Poznán [para] EGERT, Ignacy, Guarapuava. 4f. Acervo Particular.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

BRANDÃO, Beatriz; CARNEIRO, Janderson Bax. Da construção do corpo aos significados da dor: antropologia do “risco”, do silêncio e da palavra: uma entrevista com David Le Breton. **Revista Café com Sociologia**, v.7, n.2, p. 88-98, mai. /jul., 2018.

BURUMA, Ian. **Ano zero**: Uma história de 1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memória de mulheres**. 2008. 279f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Rodrigo dos. **Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava -PR (1949-2016)**. 2020. 204f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Maringá, 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SHEPHARD, Ben. **A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

UMA DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIA

Renan Rodrigues⁴

Introdução

A História Oral surgiu com o objetivo de observar e avaliar momentos de mudanças e transformações (POLLAK, 1992). É uma ciência que tem recebido grandes destaques nas ciências humanas, devido a sua ampla margem de estudos, principalmente em questões ligadas a grupos desfavorecidos na história. Ela como fonte, possibilitou novos objetos e novos olhares a questões antes saturadas. Deste modo, ela consiste em uma metodologia de pesquisa que se pauta em realizar entrevistas gravadas, com sujeitos que testemunharam eventos, conjunturas, instituições, modos de vida, dentre outros aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos de um determinado indivíduo, grupo, país, etc., que marcam principalmente a contemporaneidade, sendo que eventos muito distantes da história não cabem muito a esta ciência, devido às limitações e especificidades da memória humana, que serão tratadas à frente.

O uso da oralidade como fonte ganha força a partir da década de 1950, após a invenção de aparelhos de gravação, que se tornou uma ferramenta para estudo científicos, trazendo mais adeptos e um intercâmbio entre quem a utilizava, tal como, historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos e outros. Assim, no decorrer do século XX grupos de historiadores focaram na História Oral, reintroduzindo a tradição oral no seio das ciências, através de seminários, instituições e revistas, tanto nos Estados Unidos como na Europa, mesmo que em muitos lugares ela não tivesse tanta força de ciência, e assumindo um papel de coleta de fontes e materiais, para

⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: renanrodrigueshis2009@hotmail.com

futuros trabalhos de historiadores (MATOS; SENNA, 2011). A partir da difusão da História Oral como fonte surgem novas perspectivas de materiais e de objetos de pesquisa na ciência histórica. Deste modo, as entrevistas são tomadas como fontes para a compreensão do passado, em conjunto de documentos iconográficos, escritos, monumentos, entre outros tipos utilizados na História, e se assume como um gênero discursivo.

O gênero que a História oral assume, se trata de um meio de expressão utilizando a narrativa do passado, em que toma a forma específica de discurso: um discurso dialógico (PORTELLI, 2001). Ou seja, é uma forma discursiva em que há diálogos entre dois sujeitos com interesses e aplicabilidades distintas, que é criado pelos entrevistados, mas também criado pelos historiadores, que utilizam de forma própria. Deste modo, deve-se atentar ao fato do que ouvem e o que escrevem os historiadores. Portanto, a entrevista se torna um produto sintético, pois naquele ambiente, uma narrativa se desenvolverá de forma nunca antes ouvida, em que o entrevistado irá expor sua *estória* idealizando algo de maneira a considerar o ouvinte e os motivos que levaram ao entrevistador a ouvir.

Esta concepção remete a duas agendas existentes entre os dois indivíduos, em que o entrevistado tem por objetivo realçar a autoridade e autoconsciência durante a narrativa. É importante notar, como Portelli (2001) afirma, que este evento é único, pois percebe-se que mesmo as memórias muito presentes no cotidiano dos sujeitos, esta seja a primeira vez que se dê em sequência. Isto porque as lembranças ocorrem nos grupos de forma fragmentada. Tal evento ocorre de forma heterogênea, nunca se controla totalmente o que ocorrem, principalmente quando a entrevista segue o rumo da História de vida, em que o entrevistador deseja ouvir um assunto, mas o entrevistado segue sobre outro tópico. Enquanto um deseja ouvir sobre as greves operárias, o outro fala de eventos familiares e amorosos. É um trabalho de paciência em que os sujeitos precisam participar do jogo no qual estão inseridos, e que mesmo em detalhes não centrados nos tópicos desejados pelo cientista, devem ser observados, pois demonstram caracteres

especiais referentes aos sujeitos e aos grupos que está inserido. Assim, é importante analisar a participação e aos atos dos sujeitos nesta prática, que podem revelar mais do que aquilo que diz sobre o que o entrevistador deseja ouvir.

Portanto, a prática da entrevista é um ato dialógico, com cargas individuais e coletivas distintas, carregadas de desejos e objetivos diferentes, com formas e modelos diferentes, e claro, resultados diferentes. Pois nem todos os sujeitos estão dispostos a abrir todos os segredos, podem se sentir inseguros, amedrontados, afobados, isto irá depender das ocasiões que ocorrem, dos temas abordados e dos próprios sujeitos envolvidos nesta relação dialógica, em que nem sempre os entrevistados revelam o que se propõe. Segundo Pollak (1992), para se analisar e realizar uma entrevista é necessário ter uma sensibilidade epistemológica específica e aguçada, para saber conduzir a entrevista e reconhecer aquilo que está presente nela, pois como todos os tipos de fontes históricas, a História Oral não difere da escrita como produto social, e como tal, é carregada de subjetividade.

A subjetividade é ainda mais visível na História Oral por trazer marcas do entrevistado, do historiador e de toda carga social de ambos, também presentes em outras formas de fontes, mas aqui com maior intensidade por se tratar de memórias. Percebe-se, enfim, que há pluralidade de histórias, de realidades e sequências históricas que podem ser aceitas pelos sujeitos. Para Pollak (1992) é no entre o que é sólido e que é variável que se encontram os caracteres sociais, culturais, políticos e históricos importantes de análise.

Diálogos sobre a memória

É em torno da memória que se desenvolve todo o processo de conhecimento da História. E como tal, é objeto da História Oral, assim como a principal fonte manifesta através da oralidade e que se mantém por gerações em um processo de construção constante entre os grupos que ali se manifestam em uma rede de relações que mantém a unidade e a coesão social. Thompson (*apud* MATOS;

SENNÁ, 2011) argumenta que a memória de um indivíduo também pode ser a memória de muitos outros sujeitos, assim evidenciando a possibilidade de ser um fato coletivo.

Ao estudar a memória dentro de um grupo pode-se perceber que ela se manifesta como forma de manter uma determinada dimensão viva e que esta está presente em um universo individual dos sujeitos, mas que possuem franca influência do coletivo. Assim, a memória pode ser entendida como “[...] a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção [...]” (MATOS; SENNA, 2011, p.96).

Neste sentido, a memória se apresenta parcialmente nas relações sociais, de forma fragmentada, pois durante as relações sociais dos sujeitos, elas estão inseridas aparentemente naturais, que são entendidas naturalmente entre os envolvidos, sem a necessidade de uma linearidade das memórias empregadas. Nota-se que a memória não é algo que se pertença a um único sujeito, mas que está presente neste indivíduo inserido em um meio social, em influencia outros e também é influenciado por estes outros. Portanto, pode-se observar que as memórias se apresentam como construções do presente que influenciam os grupos que os sujeitos participam ou se identificam. Assim, toda a memória é coletiva, como afirma Maurice Halbwachs (1990), em que ela e a imaginação se aproximam como cita Jacques Le Goff, como uma reconstrução do passado entre os envolvidos que se identificam com as memórias que estão inseridas em seus contextos, argumenta Peter Burke (*apud* MATOS; SENNA, 2011).

A partir desta concepção a memória e o passado são objetos da história e motores para seu desenvolvimento, pois se tratam de uma percepção verdadeira da realidade, em que os sujeitos ao falar elucidam uma visão parcial da situação. Percebe-se que a memória é sempre um fenômeno do presente, algo vivido no hoje, sobre as representações do passado. Pierre Nora afirma que ela não se acomoda em detalhes que a suavizem. Segundo ele,

Ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica (NORA, *apud* MATOS; SENNA, 2011).

E como toda forma de fonte histórica a memória precisa ser submetida a minuciosa reflexão crítica e metodológica, através da precisão no relato oral, sempre mantendo um paralelo entre as entrevistas e escrita bibliográfica. Neste ambiente a memória se porta como a principal das fontes orais, em que ela é a base constituidora da oralidade, que deve ser criticada de forma correta, pois tais memórias não apresentam uma precisão exata dos eventos em questão, pois estão sempre ajustadas as crenças e imaginários dos sujeitos e dos grupos os quais fazem parte. Com isto, o papel da memória coletiva e da memória individual devem ser objetos de indagação para que a pesquisa histórica não perca a linha de investigação crítica e científica.

Como a memória é constituída no contato com o outro, ou mesmo a memória do outro, na visão do outro, é um ato de construção do vivido e que é influenciado constantemente pelo coletivo e pelo individual no coletivo. É interessante notar como a memória dos sujeitos, mesmo que pertençam a eles recebem total influência dos grupos os quais tem contato, pois viver em grupo leva a confundir o passado de quem integra os grupos com o passado do próprio grupo. Vê-se que viver em grupo leva a construir representações de um quadro vivo a partir de uma perspectiva (HALBWACHS, 1990).

Se pensarmos na abrangência das memórias em um grupo, ela atinge todos os indivíduos que se relacionam com ele. O grau de influência destas memórias dependerá da participação e estado que os sujeitos estão sob a perspectiva do próprio grupo. A importância do grupo e da memória para um sujeito também está ligado a participação deste, e como os seres humanos em sociedade nos

diversos anos de suas vidas passam por fases e interesses distintos. Por exemplo, se um sujeito reencontra um grupo de pessoas que há algum tempo não tem contato, por mais que participe das memórias do grupo, a interação não terá o mesmo sentido daqueles que estão presentes ainda no grupo, nem mesmo próxima daquilo que viveu no grupo, pois os interesses e as relações subseqüentes transformaram seu lugar naquele grupo, distanciando a memória existente nele e o interesse por ela. Assim, as lembranças do passado com este grupo é o que ainda o mantém relacionado ao grupo, no entanto novas possibilidades de interação terão maiores dificuldades pelo menor pertencimento na memória do grupo.

Outro ponto a se abordar é a posição que cada indivíduo mantém em relação ao grupo. Enquanto alguns estão mais próximos e possuem mais lembranças, outros não se sentem tão pertencentes e se apercebem o papel que desempenham no grupo, tal como um professor que tem centenas de estudante que passam ano a ano, não marcando tanto nas lembranças, enquanto aos educandos o papel do professor pode ser mais marcante. Portanto, para aqueles que estão mais envolvidas no meio social dos grupos, mantém suas lembranças com maiores detalhes do que aquelas dos mais afastados. Assim, é muito mais fácil para o grupo construir um quadro de memória que mantém viva as concepções do grupo. Neste contexto, a construção de uma memória coesa e que ganhe representação no grupo é essencial para a manutenção do grupo, e isto precede a necessidade de uma comunidade afetiva, pois a comunidade a memória individual dos sujeitos se comunica com as lembranças do coletivo, e, portanto, se estes sujeitos não participarem mais dos grupos tais memórias do grupo irão se apagar ou alterar.

Halbwachs (1990) argumenta que é necessário que este processo de reconstrução desenvolva a partir de atos ou de noções comuns que podem ser observadas no espírito dos próprios sujeitos, como nos outros. Assim, se pode perceber que as lembranças só serão aceitas pelos indivíduos se estes formarem uma mesma sociedade. Enquanto se as pessoas do grupo estiverem afastadas elas não terão condições de reproduzir todo o conteúdo e carga cognitiva antigo presente no

pensamento coletivo. Contudo, quando pensamos que a memória é ativamente afetada pelas lembranças formuladas pelo coletivo, seria ela capaz de ser algo estritamente individual, de posse e construção sem nenhuma manifestação coletiva?

Halbwachs (1990) defende que se algo assim for possível, está presente em um estado de consciência puramente individual, através do que denomina de intuição sensível, pois seria extremamente difícil, devido as lembranças dos sujeitos sempre evocam a memória coletiva, por influência e por necessidade. Por mais que o evento possa ocorrer apenas com um único sujeito, ele necessitará sempre de informações e de cargas de conhecimento oriundas de um universo social mais amplo. Deste modo, a memória formulada pelo coletivo dá impressões e bases que preenchem lacunas em memórias individuais. Em consequência a memória individual dos sujeitos sempre terá a coletiva como plano de fundo para sua construção, se baseando no meio social presente.

Neste plano as primeiras lembranças da infância são formas comprobatórias da carga coletiva para o preenchimento de lacunas das memórias. Halbwachs (1990) as denomina como o primeiro contato das crianças com o universo adulto, e como tal, com as memórias coletivas e com as comunidades afetivas. Segundo ele, as memórias da infância são construídas a partir de relatos, principalmente oriundas de familiares, e que com o passar do tempo assumem uma imagem reforçada pelo discurso de outros e que se tornam seus. Enquanto as lembranças dos adultos assumem dois pontos de vista distintos que podem se reaproximar, se contrastar e se reforçar mutuamente, a partir de pontos de vistas próprios. Então, elas tornam-se imagens que estão em conflito entre os sujeitos e o coletivo. Vê-se deste modo um primeiro plano da memória coletiva agindo através de acontecimentos e da experiência da maior parte do grupo, que sempre está se relacionando com outros grupos, o que leva a criar imagens que servem para reforçar o grupo e os sujeitos que o compõe.

É bom lembrar que estes grupos de memórias são amplos e um único sujeito pode participar de inúmeros grupos, com

inconcebíveis números de relações e memórias, no entanto, em cada grupo, subgrupo ou macro-grupo, ou mesmo país, há determinadas memórias que se manifestam de forma mais fixa e que identificam a identidade deste mesmo para a sua própria manutenção. As memórias propostas pelos grupos são mais comuns e de fácil acesso, pois estão em uma primeira ordem, enquanto as lembranças que possuem menor influência dos grupos, também não são tão fáceis de acessar, pois pertencem aos próprios sujeitos, e como tal tem muitas lacunas a preencher.

Seguindo esta concepção cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e por assim, cada sujeito observa em um determinado grau de intensidade diferente, ou seja, o ponto de vista muda a partir do lugar que ocupa e suas relações com os outros. Portanto, a memória coletiva e a memória individual são opostas. Enquanto a coletiva não recebe tanta influência das lembranças individuais, mesmo que algumas memórias penetrem o universo do grupo, assim que ocorrem são alocadas para o conjunto, deixando de pertencer ao sujeito. Já as individuais sempre se confundem com a coletiva para confirmar as lacunas existentes, sempre dependente. Deste modo, na memória individual, que nunca é isolada, os sujeitos se pautam frequentemente no coletivo e nos outros como pontos de referência, que normalmente são fixados pela sociedade. Estas vêm de instrumentais utilizados, tal como as palavras e as ideias, que vem de fora do indivíduo.

Segundo Halbwachs (1990), a memória é individual e social, pois ela é interna e interior, como também exterior. Ela se apresenta como como via dupla em um indivíduo, com dois ambientes diferentes que se complementam, e na história vivida que ela se apoia. Nela os sujeitos precisam ter empatia pelo grupo, se pondo no lugar do grupo, para imaginar e construir algo que não viveu, e, portanto, lhe é frágil. Em si, é uma relação superficial, que na prática não tem tanta afinidade com a impressão pessoal que o sujeito viveu. Assim, a memória coletiva construída é um meio artificial, que é exterior aos pensamentos pessoais e insere impressões e referências exteriores a

eles e que envolve tempo e espaço coletivos numa história coletiva para a identificação dos sujeitos.

Esta memória histórica identificada por Halbwachs (1990) é uma corrente de pensamento contínua que retém aquilo que pode viver na consciência do grupo. Nela não há limites claros traçados, há apenas limites incertos e irregulares devido as descontinuidades existentes. Nisto identifica duas formas de manutenção das memórias - as reconstruídas e as simuladas. A primeira remete a um processo de reconstrução pautado no passado, que utiliza de dados emprestados do presente, preparados por outros processos de reconstrução anteriores. A segunda se adapta as condições existentes na medida que recria o passado, devido a lembranças que se apagam ou que se sobressaem. Estas estratégias originam-se da necessidade de manutenção do grupo, a partir de novos contatos com os outros e que criam novas imagens que se sobrepõem a anterior.

Pollak (1992) observa que há uma ligação entre a memória e a identidade social, mesmo que a princípio pareça próprio dos sujeitos, reforçando a concepção de Halbwachs (1990) de ser um fenômeno social e coletivo. Ainda afirma que a memória é formada por transformações, e, portanto, é flutuante, construído no coletivo. Ainda para Pollak (1992) a memória se constitui a partir de alguns elementos como os acontecimentos que podem ser vividos pessoalmente ou por tabela, ou seja, é vivido pelo grupo, mas como integrante acaba assimilando o processo para si; as pessoas ou personagens encontradas pessoalmente ou mesmo por tabela; e os lugares da memória, que estão ligados as lembranças e servem como apoio. E neste ambiente de transferências de memórias podem ocorrer fenômenos de projeção e transferência, como a transferência por herança, pois a memória é seletiva, sofrendo influências das flutuações devido ao momento vivido.

A memória é um fenômeno construído, resultado de um trabalho de organização, consciente ou inconsciente, que constitui o sentido de identidade pertencente a um coletivo, e que são constantemente disputados pelos grupos. Tais disputas acabam

por enquadrar algumas imagens, por profissionais responsáveis por validar a memória, tal como os historiadores realizam com a memória nacional. Percebe-se, então, que há um grande investimento para dar um sentido de unidade, continuidade e coerência (POLLAK, 1992). A memória se reforça a partir de diversos pontos de referência que a estruturam e inserem na coletividade. Ela é como cita Halwachs (1990), um elemento de coesão social, que gera uma adesão afetiva de uma comunidade afetiva, que por fim leva a construção da memória nacional, que é segundo Pollak (1992) a forma mais completa de memória coletiva, criada a partir de um processo de negociação entre as memórias coletiva e individual, para que ocorra esta aceitação.

Todavia, nem todas as memórias fazem parte deste processo. Por exemplo, os excluídos, marginalizado e minorias estão fora da memória dita oficial, e estes se opõem frequentemente a ela. Disto percebem-se outras memórias, que ficam sob os sujeitos, de forma silenciosa e que se manifestam com grande dificuldade, devido à força e à coesão das lembranças nacionais. Esta se pode denominar de memórias subterrâneas, que estão sob as memórias oficiais dos grupos e que são tratadas como tabus ou atos hediondos, discriminados pela existência, mas que permanecem presentes, em subgrupos, indivíduos e que esperam o momento de transformação, que pode levar uma vida toda e não alcançar. É neste silêncio das memórias subterrâneas, explicitado por Pollak (1992), que a História Oral se preocupa, principalmente pelo o que não é aparente, que está sob camadas de barreiras mentais e sociais, e que muitas vezes os sujeitos deixam passar despercebido por gestos, por sentimentos, ou por uma frase, que tenta dar outro sentido.

Este não-dito se trata de estruturas informais que passam despercebidas pela sociedade que a engloba (POLLAK, 1992). Assim, se deve perceber ele entre o que sujeito transmite ao exterior e aquilo que guarda para si em seu interior. Esta é uma memória subterrânea que está silenciosa devido à dominação da memória oficial. Ela é reprimida devido a trabalho extenso de organização e credibilidade dos grupos que desejam manter uma memória

nacional. Para os grupos estabelecidos a manutenção do discurso e da memória se apresenta como estratégia para manter a coesão e estabelecer as fronteiras e oposições necessárias. Assim, a memória comum entre os sujeitos em um grupo reforça os limites e a força interna sobre os próprios indivíduos que o compõem. Portanto, surge a necessidades dos grupos estabelecidos de compor imagens que justifiquem uma crença que seja crível e coerente sobre os discursos sucessivos, o que Henry Rousso (*apud* POLLAK, 1992) denomina de memória enquadrada. Ou seja, é a construção de uma imagem que justifica os interesses e ações dos grupos por profissionais que se veem como guardiões da memória, e que em consequência escolhem sujeitos com pensamentos semelhantes para reproduzir as lembranças formuladas, marginalizando àquelas que não se enquadram nesta representação imagética de memória.

Assim, segundo Pollak (1992) as memórias subterrâneas só ganham destaque quando ocorrem momentos de transformações e crise, em que as rupturas ganham força e destaque em contraste das memórias estabelecidas que se sentem abaladas. O que se pode observar na memória é que tanto no plano individual quanto no coletivo, ela é indissociável da organização social da vida, seja por aproximação ou silêncio, ela só se torna um discurso a partir da interação entre os sujeitos em graus distintos.

Possíveis considerações

A História Oral ganhou destaque na contemporaneidade ao buscar traços nos sujeitos que normalmente estavam a margem da História, e com isto um novo objeto ganha destaque, a memória. Ela como fonte traz inúmeras possibilidades de questões que antes eram infladas, como também novas perspectivas de fazer história. Com ela novos debates e novas críticas veem, bem como críticas sobre sua cientificidade. Halbwachs (1990) observa que como todos os tipos de fontes, a memória é subjetiva sob a perspectiva do pesquisador e também de sua criação, mas com especificidades próprias e não tão palpável quanto fontes materiais. Contudo, toda

fonte tem o problema da subjetividade do ponto de vista de cria e de quem observa. Dentre isto observa-se que a memória é um elemento constitutivo dos grupos e, para tanto, é coletiva, influenciando os indivíduos que adentram neles, preenchendo lacunas nas memórias individuais dos sujeitos e mesmo compondo novas memórias, afim de manter a coesão e a coerência.

Neste ponto se pode entender que algumas memórias se tornam oficiais, que são aceitas e bases da constituição dos grupos, enquanto as demais que não se enquadram no discurso oficial, acabam por silenciar-se, mantendo-se sob o véu dos próprios sujeitos, ou de pequenas formas de resistência silenciosa e mantedora de algo não aceito e marginalizado. Assim, cabe a História Oral trabalhar cientificamente a partir das minorias, em busca de novas perspectivas e voz daqueles que não participam das memórias oficiais, e que tem muito a demonstrar sobre as sociedades.

Referências

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25-52.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 53-89.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, 2 (1), 2011, p. 95-108.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo (22) jun, 2001.

A MICRO HISTÓRIA COMO FONTE METODOLÓGICA: TRADIÇÃO POPULAR E RELIGIOSIDADE NO NORTE DO PARANÁ

João Paulo P. Rodrigues¹

Uma breve introdução as festividades do catolicismo popular

Nesse capítulo, será realizado uma breve reflexão sobre a Festa de Nossa Senhora das Águas, a partir da abordagem da Micro História, essa metodologia remetia a proposição as proposições historiográficas elaboradas por um grupo de historiadores italianos no final da década de 1970, em especial, por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, que demonstraram que as mudanças de escala do macro para o micro favorecem e trazem maior precisão para a análise histórica, como por exemplo a obra “Jogo de escalas: a experiência da microanálise” (1998, p.16). Entretanto, cabe-nos frisar, em concordância com Revel, que a alteração da escala de observação não significa representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor e sim, perceber as transformações no conteúdo das suas representações (1998, p. 20).

A opção pela abordagem micro analítica foi por muitas vezes ela ser acusada de que os historiadores estavam se trancando “dentro de um armário de vassouras”, ou muitas vezes “dando microfone às formigas”. Críticas estas que traduzem a importância da história estrutural e quantitativa que estes historiadores vinham a contrapor. Por certo, os historiadores supramencionados que se dedicaram à Micro História estavam convictos de que as vidas de “pessoas comuns” também fazia parte da história e de que, por

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (2019). Atualmente é Secretário Municipal de Educação de Ivatuba. E-mail: joapacheco2210@hotmail.com

meio dela, seria possível reconstruir determinados contextos e vivências dos indivíduos.

Revel enfatiza o quão necessário é evitar uma visão da Micro História que seja simplificada e unívoca. Para tanto, o autor aponta que essa metodologia foi antes uma experiência de trabalho realizada por historiadores que se aproximaram mediante seus descontentamentos com a história estrutural, todavia, partiram de referenciais teóricos, projetos e áreas completamente distintas (REVEL, 1998, p. 8).

Desde os anos 2000, a festa de Nossa Senhora das Águas tem se tornado um símbolo da cultura regional das cidades banhadas pelo rio Ivaí. Uma de suas características refere-se à tonalidade das suas águas, que na maior parte do ano é vermelha ou marrom. Quando o rio deságua nas águas do rio Paraná, ocorre o fenômeno de instabilidade hidrodinâmica, também conhecido como encontro das águas.

Nas margens do rio Ivaí desabrochou o mito fundador de Nossa Senhora das Águas. Apesar de ser uma prática recente na região de Ivatuba, alguns pesquisadores revelam que as celebrações marítimas em louvor a Virgem Maria têm origens remotas:

Já há milênios, no Mediterrâneo antigo, faziam-se procissões marítimas em honra de divindades femininas. Quando o Cristianismo dominou o cenário, as procissões tiveram continuidade, mas já assimiladas tanto a teologia como a ritualidade cristã. As divindades pagãs foram substituídas por Maria, Mãe de Deus. Os oficiantes se tornaram os sacerdotes católicos. Em que medida as pessoas entendiam essas procissões à luz da doutrina, ou davam continuidade a rituais de oferenda ao mar que pouco tinham a ver com Maria? Aportadas tais práticas ao continente sul-americano, encontraram aqui ainda outras divindades e concepções sobre a importância das águas. Ao lado dessas interpretações dos ameríndios vieram às práticas e os rituais africanos (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 87).

Segundo Maura Regina Petrusky (2008) as festas religiosas são comemorações abertas à coletividade e seus preparativos podem ser idealizados em diferentes níveis: o primeiro se refere àqueles que estão

no controle da Igreja, porque neles estão manifestos rituais particulares que devem ser conduzidos pelo clero. Exemplificando, tem-se a festa de Corpus Christi, a Páscoa e o Natal. Há outras que abarcam um país e tais festas são sancionadas pelo poder civil, como a festa de Nossa Senhora Aparecida no dia 12 de outubro. Para Petrusky (2008) existem ainda aquelas que são particulares de uma cidade, como a realizada em Maringá em louvor a Nossa Senhora da Glória, padroeira do município e, por fim, celebrações específicas de uma comunidade ou grupo, como a manifestada na região de Ivatuba², no mês de agosto, em louvor a Nossa Senhora das Águas, padroeira do rio Ivaí.

A antropóloga Rita Amaral (2003, p. 187) pontua:

As festas religiosas, no Brasil, são incontáveis. Das tradicionais festas do cristianismo, como as da Natividade, ao constante homenagear católico de santos padroeiros, como Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, dos Navegantes, de Nazaré, Santo Antônio, São Sebastião, São Pedro, São João entre muitos e muitos outros, o festejar não cessa. Além disso, outras religiosidades, como a indígena, por exemplo, além dos neo esoterismos, fazem do festejo sua forma ritual preferida. Não têm fim, do mesmo modo, as festas de candomblé e umbanda as festas judaicas, islâmicas e budistas. O fenômeno é antigo e surpreendente para aqueles não familiarizados com a cultura brasileira e seu permanente envolvimento com a linguagem das festas.

Amaral destaca entre as festas religiosas populares: o Círio de Nazaré, a Festa do Divino, as festas juninas em louvor a São João no dia 24, Santo Antônio no dia 13 e São Pedro no dia 29 e as festas dos santos italianos em São Paulo. Para Maura Petruski (2008), a festividade católica tem as suas origens datadas nas Sagradas Escrituras. No livro do Êxodo, podem-se observar algumas menções em honra ao Criador:

² Ivatuba é uma cidade localizada no Norte do Estado do Paraná, a 468 km de Curitiba.

Três vezes por ano celebrarás uma festa em minha honra. Observarás a festa dos Ázimos: durante sete dias, no mês das espigas, como fixei, comerás pães sem fermento (foi nesse mês que saíste do Egito). Não se apresentará ninguém diante de mim com as mãos vazias. Depois haverá a festa da Ceifa, das primícias do teu trabalho, do que semeaste nos campos; e a festa da Colheita, no fim do ano, quando recolheres nos campos os frutos do teu trabalho. Três vezes por ano, todo indivíduo do sexo masculino se apresentará diante do Senhor JAVÉ (BÍBLIA, 1990, Êxodo 23: 14-17).

Poder-se-ia, portanto, ressaltar a existência de um vínculo dessas manifestações com o período das colheitas? Petruski (2008) alega que essas festas, na maioria das vezes, foram estabelecidas dentro de um calendário agrícola. Mircea Eliade ainda assinala:

São um patrimônio comum nas sociedades agrárias, nas quais se observa que toda a infinita variedade dos ritos e das crenças agrárias supõe o reconhecimento de uma força manifestada na colheita. Este 'poder' ora é concebido como impessoal, como o são os 'poderes' de tantos objetos e atos, ora é representado em estruturas míticas, ou ainda concentrado em certas pessoas humanas. Os rituais, simples ou processados em representações dramáticas densas, têm por finalidade estabelecer relações favoráveis entre o homem e estes 'poderes' e assegurar a regeneração periódica destes (ELIADE, 1992, p. 418).

Na região Norte do Paraná tornou-se comum a organização de festividades após a colheita da agricultura branca, da soja e do milho. No município de Ourizona³, desde o início do século XX é realizada a Festa do Milho, assim como nos municípios de Floresta⁴ e Doutor Camargo⁵, onde ocorrem as festas nos meses de março e julho.

Nestor Canclini (1983, p. 64) argumenta: tais celebrações estão imbricadas à "totalidade da vida de cada comunidade", incluindo-

³ Ourizona está localizada na região Norte do Paraná, a 371 km da capital Curitiba.

⁴ Floresta é um município localizado na região Norte do Paraná, a 463 km da capital Curitiba.

⁵ Doutor Camargo é um município localizado na região Norte do Paraná, a 363 km da capital Curitiba.

se a sua “organização econômica [...] suas estruturas culturais e as suas relações políticas”. Além disso, afirma que existem duas maneiras para se “criar” um evento festivo: a primeira por iniciativa popular, germinando como fruto de aliança comunitária, para louvar fatos ou crenças resultantes em sua experiência cotidiana. A segunda forma se origina quando nasce do poder cultural institucionalizado, ou seja, imposta pelo clero local.

No que concerne à festa de Nossa Senhora das Águas, realizada no município de Ivatuba e Floresta atualmente, observou-se a contemplação dos indicativos apontados por Canclini (1983). A festa passou a existir a partir do anseio de um determinado grupo na busca do bem potável que teria resultado na primeira graça atribuída à Virgem.

A procissão fluvial da festa de Nossa Senhora das Águas

Podemos classificar a Festa em três diferentes fases. O desfile fluvial, a chegada da Santa e a parte profana que reúne elementos como comensalidade e competições entre os romeiros. Neste tópico centraliza-se a discussão em um dos clímax da festa de Nossa Senhora das Águas, a procissão. Para o antropólogo Roberto Damatta (1994), é nessa prática religiosa que elementos profanos e sagrados se fundem, pois, a imagem do padroeiro está em contato com a comunidade e não a Igreja, sendo reverenciado por orações, penitências e cânticos.

Segundo Couto (2004), a Igreja Católica costumava homenagear a Virgem Maria com três festas. Na primeira, em 8 de setembro, comemorava-se o seu nascimento; na segunda, a sua purificação, também denominada de Hipopante ou Candelária; e na terceira, a alusão a Imaculada Conceição.

De acordo com Couto (2004), o louvor à Imaculada Conceição provavelmente foi o primeiro a ser difundido no Brasil pelos portugueses. Tomé de Souza trouxe uma imagem da Santa e, ao fundar a cidade do Salvador, em 1549, participou ativamente da construção da primeira capela na Cidade Baixa, denominando-a

Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Nesse espaço, os marinheiros e comerciantes locais passaram a fazer suas orações em louvor à padroeira do Reino.

No Brasil, o catolicismo ibérico que desembarcava na região, no século XVI, foi hegemonicamente devocional e iconófilo. Segundo Mauricio de Aquino (2011), os primeiros europeus responsáveis pela cristianização no continente sulamericano carregavam consigo inúmeras imagens de santos, principalmente, as da Virgem Maria.

O historiador expõe que o catolicismo português era essencialmente mariano, e o apreço pelos retratos e figuras consolidou-se após as batalhas da reconquista da península, transformando-se em um marco da identidade ibérica. Nesse contexto, Maria tornava-se, também, o símbolo da identidade católica na guerra contra os reformistas protestantes, nas vitórias sobre os mouros, na descoberta do caminho das Índias e na restauração da independência portuguesa, na primeira metade do século XVII.

Entre os séculos XVI e XVIII, no que diz respeito à organização dos cultos coletivos, a Igreja e o Estado apresentam-se como cúmplices. Tal parceria se insere no contexto quando a Igreja Católica e o Estado português oficializaram a política de união dos poderes seculares e imateriais por meio do sistema de Padroado.

Maura Regina Petruski (2008), argumenta que essa “união criou uma legislação”, normativa das práticas religiosas coletivas como obrigatórias para todos os moradores da colônia. Impostas por lei, proibiram os súditos da Coroa delas se furtarem. Para a autora no Brasil, o costume foi introduzido no governo geral de Tomé de Souza (1549-1553). Mas, a prática era plural, assemelhando-se mais com um espetáculo do que com uma manifestação religiosa. As procissões seguiam a dinâmica de dramatizações e autos. Para Petruski (2008, p.172):

Inferno, Paraíso, o bem, o mal, figuras mitológicas, vida de santos e histórias bíblicas eram as representações contidas nas máscaras utilizadas pelos integrantes do grupo que fazia sua apresentação, que

tinham como objetivo central o ensinamento religioso aos homens. O uso da alegoria nesses atos religiosos vinha da Idade Média, sendo essa categoria aceita e difundida pela instituição religiosa.

Porém, o costume perderia força. No início do século XVIII, a publicação das Constituições do Arcebispo da Bahia afirmava que as procissões deveriam ser apresentadas como uma “oração pública feita a Deus por um comum ajuntamento de fiéis (CONSTITUIÇÕES, 1853, p.191)”. Ou seja, elas teriam que se afastar das representações profanas e assemelhar-se ao sagrado.

A procissão de Nossa Senhora das Águas incube características pertencentes a estes dois lados. Antes de adentrarmos nessa reflexão, torna-se necessário historiar o conjunto de procissões no festejo. Segundo o padre Jair Favoretto, essa manifestação religiosa era uma forma de reverenciar a Santa do Ivaí. No festejo, no condomínio Pontal do Ivaí existem duas procissões: a fluvial, onde os navegadores acompanham o barco da Rainha das Águas, e a terrestre que acontece após a Virgem ser recebida pelos fiéis na rampa náutica.

Às 09h iniciava-se a primeira procissão. Anísio Furlan recorda que essa manifestação constituía o primeiro rito da festividade, os barcos navegavam aproximadamente 7 km nas margens do Ivaí.

Imagem 01 – Procissão fluvial. 2001.



Fonte: Acervo Anísio Furlan.

Na fotografia de 2001, pode-se notar uma quantidade razoável de barcos enfeitados com bexigas e tecidos das cores azul e branco, tonalidades presentes na imagem de Nossa Senhora das Águas. Também é possível observar as bandeiras do Brasil, Paraná e Ivatuba nas embarcações que seguem no entorno do barco que transporta a imagem da Santa. Saltam aos olhos a quantidade de rosas que são dispostas no andor da Santa. Essas flores, segundo a devota Olinda Tenedine, seriam a melhor forma de louvar a Rainha, pois simbolizavam, por um lado, a doçura da Mãe Santíssima mediante suas cores rosadas e seu aroma e, por outro, o suplício vivenciado por Ela, representado por meio dos espinhos.

Na Bíblia Sagrada, no Evangelho de Mateus, capítulo 6, versículo 28, consta uma menção às flores “olhai para os lírios do campo – exorta-nos Jesus –: não trabalham nem fiam. Pois Eu vos digo: nem Salomão, em toda a sua magnificência, se vestiu como qualquer um deles” (BIBLIA, 1990, Mateus 6: 28). Para os católicos, a Virgem possui a semelhança de uma flor, o perfume e a cor que remetem às sensações como o acolhimento e o aconchego.

A procissão fluvial impressionava pela rica ornamentação dos barcos que acompanhavam o trajeto, e é nesse momento que encontramos o primeiro elemento profano da procissão.

Segundo Anísio Furlan, para estimular os navegadores, ocorria uma premiação para a âncora melhor acabado. Assim, mais do que homenagear e reverenciar a Virgem do Ivaí, a procissão fluvial tornava-se uma alusão respeitosa a “profissão” dos barqueiros e pescadores. O resultado da avaliação dos barcos era divulgado após a celebração eucarística, no início do baile e da quermesse. A premiação valorizava as representações do meio ambiente, ferramentas para pesca, coletes de salva vidas e kits para a preservação como, por exemplo, sacolas biodegradáveis.

Após a chegada da Santa, iniciava-se a segunda procissão, com intuito de entoar e reverenciar o nome de Nossa Senhora das Águas. Partia-se da rampa náutica, a Virgem era ancorada e, progredia até o local da missa, nas proximidades da gruta da padroeira do rio Ivaí.

Após a chegada da imagem, ocorria uma queima de fogos e o lançamento de balões nas cores azul e branco. Claude Ghelere lembra que era comum citações como “Viva Nossa Senhora das Águas”, “Viva a Mãe rainha do Ivaí” e “Viva a Virgem das Águas”.

Os fogos e os balões estourados tinham o intuito de chamar a atenção para o evento, instigando a população a acompanhar o acontecimento. Os cartuchos, arrumados durante a madrugada, ficavam expostos ao lado esquerdo da gruta da Santa.

De acordo com Rosilda Von Kriger⁶, participante da festa nas edições de 2002 a 2007 esse era o momento de maior anseio pela comunidade: “Olha, não tinha quem não ficava encantado com a chegada da Santa, parecia que ela estava vindo não do rio Ivaí mas sim do céu sabe, era um presente da natureza e a gente tinha que receber ela como nossa mãe, afinal ela é a mãe de todos os fiéis católicos”⁷. As memórias preservadas estão relacionadas às tradições e aos valores culturais que unem os grupos que possuem identidades e interesses em comum. Logo, é crucial tomarmos as memórias como uma fonte a ser explorada pela história, por meio de registros de depoimentos ou da coleta de entrevistas.

A musicalidade presente durante a procissão também contribuiu para a criação de uma atmosfera agradável e misteriosa. Os cânticos se intercalavam com preces, ladainhas e terços que eram mencionados durante todo o percurso. Após completar o séquito, a chegada da Imagem no templo era marcada por muita emoção. Nossa Senhora das Águas era acolhida com aplausos que se fundiam com os barulhos dos fogos de artifícios, finalizando o momento sacro e profano da festividade.

⁶ Entrevista realizada no dia 8 de setembro de 2011 na cidade de Ivatuba-Pr tendo 20 min de duração.

⁷ Após realizar entrevistas estruturadas com os organizadores e participantes da festa, transcreveram-se os dados coletados e tal como sugere Portelli (2010), evitou-se a transcrição das entrevistas, ou seja, não se acrescentaram palavras e tampouco interferiu-se nas falas dos sujeitos históricos contatados.

Apontamentos

O estudo em questão preocupou-se em analisar o rito da procissão fluvial na festa de Nossa Senhora das Águas na região do Ivaí. Polêmica à parte, a utilização da Micro História possibilitou compreender a identidade e os modos de viver de indivíduos que antes eram excluídos da memória oficial. Esse enfoque tornou-se crucial para a compreensão das desavenças emergentes em torno da festa de Nossa Senhora das Águas. A análise dos bastidores da festa trouxe à tona aspectos que os próprios devotos desconheciam e colocaram em evidência distintos interesses. Nesse caso, a metodologia proposta pela Micro História possibilitou maior aproximação do objeto e permitiu a descoberta de fenômenos considerados “menores”, mas que alteraram a compreensão dos “significados” e manifestações de fé dos ivatubenses.

Radicada no cerne da comunidade católica de Ivatuba, a crença na Virgem manteve uma linha tênue entre a devoção religiosa e a salvaguarda dos bens naturais, na qual aflora-se entre a chegada da Virgem e a procissão até o início da missa. É nesse momento que romeiros se apegam na figura da Santa para realizar pedidos e agradecer as dádivas alcançadas. Cumpre lembrar que apesar de a sua trajetória histórica estar intrinsecamente relacionada com o município de Ivatuba, a Imaculada do rio Ivaí ao mesmo tempo intercede pelo povo daquela comunidade e também atua como a protetora de todos os pescadores e navegantes. No desfile fluvial que antecede a celebração, apenas a bandeira do Brasil é carregada ao seu lado, legitimando o sentimento mariano.

A popularidade da celebração foi atestada no livro “Festas Populares do Paraná” (CARNEIRO, 2005, p. 67), algo singular do ponto de vista a formalização de seu reconhecimento como um bem imaterial. Não ao acaso, o governo estadual tomou a iniciativa de listar as várias tipologias patrimoniais do Estado. O reconhecimento dos bens culturais imateriais constituiu uma demanda desde as proposições da Constituição de 1988,

fortalecidas pela oficialização das primeiras manifestações populares, como o grafismo indígena, as festas de tambor, os saberes de ofício, entre outros.

Referências

ADUCCI, Edésia. **Maria e seus títulos gloriosos**. São Paulo: Loyola, 1998.

AMARAL, Rita. Festas Católicas brasileiras e os milagres do povo. **Civitas – Revista de Ciências Sociais** v. 3, nº 1, jun. 2003.

AQUINO, Mauricio de. **História e devoção: a construção social do culto a Nossa Senhora Aparecida do vagão queimado de Ourinhos (1954-2004)**. Bauru: EDUSC, 2011.

Bíblia Sagrada Edição Pastoral. Editora Paulus. 1990.

CARNEIRO JR. Renato Augusto. **Festas populares do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 (no. 2).

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 7. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860 – 1940)**. (dissertação) UNESP. 2004. Assis. São Paulo.

DESTEFANI, E. V. **Regime Hidrológico do Rio Ivaí – PR**. 2005. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEM, Maringá, 2005.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1992.

PELEGRINI, S. C; FUNARI, P. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PETRUSKI, R. Maura. **Julho Chegou... E A Festa Também: Sant'ana E Suas Comemorações Na Cidade De Ponta Grossa (1930-1961)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998

HISTÓRIAS DE PESCADOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA ORAL COMO RECURSO METODOLÓGICO E O DESAFIO DE (RE)INTERPRETAR O PASSADO¹

Simone Aparecida Queizi²

Em uma manhã ensolarada de novembro, de 2016, nas proximidades do riozinho Guaiambê, comunidade ribeirinha do distrito de Porto Ubá, município de Lidianópolis-Pr, na margem esquerda a jusante do rio Ivaí, na varanda de uma aconchegante casa de madeira, algumas partes já em alvenaria, bancos e cadeiras de madeira, sofá forrado de tapete artesanalmente confeccionado de retalhos coloridos, pisos de “caquinhos”, parentes que estavam de visita se despedindo e seguindo viagem, entre a interrupção de um vizinho ou de um membro da família, entre uma xícara de café e outra, uma deliciosa conversa sobre memórias:

Pescador Maurício - quando nós chegemo aqui. Aqui, isso aqui, era uma safra de porco.

Entrevistadora – Isso! Conta um pouco para mim como era aqui quando o senhor chegou. 1954, né?

Pescador Maurício – Que vê. 59, 59, 60 (a voz se engasga e não completa o sessenta. Uma pausa de alguns segundos), 55 por aí, isso aqui era 14 alqueire cercado de tabua, só porco.

¹ Este texto é uma revisão do publicado em 2019 no 5º Simpósio Eletrônico de Ensino de História. Disponível em <https://simpohis2019et.blogspot.com/p/historias-de-pescador-uma-reflexao.html>. E é uma reflexão da autora, sobre o uso metodológico de duas de suas fontes orais, no percurso do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), do Mestrado e do Doutorado.

² Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR. Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná (SEED/PR). Integrante e pesquisadora do Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON/UEL). E-mail: simonequeizi@gmail.com.

No fundo a voz da esposa dona Francisca, diz: era a coisa mais bonita.

Segue o pescador Maurício: pura batata. Pura batata. Batata doce e mio. Só tinha um trio aqui (mostrando a frente de sua casa, saindo para a rua). Isso aqui era antigo. Passava um trio aqui.

Dona Francisca: tinha um paiozão de milho aqui para tratar daquele mundo de porco, sabe.

As vozes do pescador Maurício, de dona Francisca e da entrevistadora se misturam neste momento – os três falam ao mesmo tempo –, ao demonstrarem para a entrevistadora a localização do antigo “trio” e do “paiozão” nas proximidades da casa.

Pescador Maurício: aqui tinha um paió que cabia mil cargueiro de mio. Era do meu avô, o veio Gregório.

Dona Francisca: aí que coisa mais linda! Aqui era tão bonito de primeiro fia! Meu vô tinha usina para sortar luz. Tudo ele tinha!

Pescador Maurício: Inclusive tinha uma irmã que morreu aqui ó. Subindo aqui ó (mostrando em frente à casa, onde seria o trio, cruzando a rua e seguindo as margens do córrego Guaiambê). Por causa de mandruvá.

Dona Francisca: porque tinha muita torá, meu avô tirava torá para vender. Aquelas torona. E daí subiu. As batatas subiu nas toras, tampou tudo as toras, sabe. Então, daí nois vimo os mandruvá naquelas tora, que era muito, daí nois morrendo de medo, saimo correndo e derrubemo a menina em cima daquelas torá.

Pescador Maurício: e não contou para a mãe.

Dona Francisca: Daí quebrou aqui (mostrando as costelas), acho que quebro. Daí nois continuemo, passa na casa do seu Tito. Passeando lá. Chegamo lá, parece que ela tá tão tristinha. Falei para minha cunhada. Será que tá?(falou a cunhada). Será que não é o tombo? (fala dona Francisca para a cunhada). Acho que não é(responde a cunhada).

Continua Dona Francisca: Viemo embora e não contemo nada. E o medo de nois conta. Nem para ele (para o pescador Maurício) nois não contemo. Aí quando foi base de uma seis horas ele(o pescador Maurício) chegou aqui. Seis não sabe de uma coisa Chiquinha?(fala o pescador Maurício). A minha irmãzinha morreu. (dona Francisca faz um gesto de espanto com as mãos no rosto e continua) Aí meu Deus! É do tombo. Aí minha sogra foi vê tava tudo roxo.

(A entrevistadora interrompe dizendo que daí deve ter quebrado a costela e perfurou o pulmão. O que ia sendo confirmado pelos entrevistados. E já volta no assunto da criação de porco).

Entrevistadora: Daí tudo aqui era porco, não tinha casa?

As vozes do pescador Maurício e dona Francisca se mesclam dizendo:

Dona Francisca: tudo, tudo, tudo coisa mais bonita!

Pescador Maurício: não tinha nada, nada de casa.

Dona Francisca: só porco.

(Maurício de Oliveira e Francisca Pereira de Oliveira, entrevista, 25 de novembro de 2016³)

O objetivo desta entrevista foi ouvir as narrativas sobre a presença das populações indígenas na região de Porto Ubá, sobretudo na chamada “corredeira dos índios”, localizada no rio Ivaí nas proximidades de Porto Ubá e compreender sobre as balsas, estradas e localização destas no Distrito de Porto Ubá. Além de buscar Informações ausentes e/ou superficiais nos documentos escritos disponíveis.

Na ocasião, a pesquisa destinava-se a fundamentar e a organizar caderno didático metodológico a ser implementado no ensino de História com alunos do Ensino Fundamental (séries iniciais) sobre História Local. A pesquisadora participava do

³ As entrevistas foram concedidas e autorizadas por meio de Termo de Cessão de Pessoa Física para Pessoa Física (documento em posse da entrevistadora). As falas dos entrevistados foram transcritas da forma mais fiel possível, respeitando o linguajar informal/regional, fundamentando-se em Portelli (1997, p. 26-27). Maurício de Oliveira (1942/2020) foi pescador profissional do rio Ivaí. Segundo ele, chegou a Porto Ubá com a família em 1954, quando tinha 12 anos. Sua atividade profissional sempre esteve ligada ao rio Ivaí: sendo balseiro, retirando areia e atuando como pescador. Viveu até 78 anos e, desde que chegou a Porto Ubá, nunca morou em outro local. Vivenciou e protagonizou todas as experiências do grupo de pescadores, do início da atividade até 14 de agosto de 2020 (data em que faleceu), quando ainda acompanhava as ações da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí. Francisca Pereira de Oliveira, neta do balseiro Gregório Agostinho do Rosário e esposa do pescador Maurício de Oliveira, aposentada e vive com os filhos e netos no distrito de Porto Ubá.

Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) como professora da disciplina de História da rede estadual do Paraná. O material desenvolvido foi implementado com a turma de 6º ano do Ensino Fundamental, no Colégio Estadual do Campo D. Pedro I, localizado no Município de Lidianópolis-Pr, no território da pesquisa e que tem hoje Porto Ubá como Distrito.

Passados quase dois anos, em 2018, a pesquisadora ingressou no programa de Mestrado em História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), determinada a continuar às pesquisas sobre a ocupação humana desta região. O retorno à academia, seja no PDE (UEL) ou no Mestrado (UEM), a colocou em contato com a História Ambiental e o pensar científico. Eis que as coisas se complicaram diante das exigências de leituras, o rigor da produção fundamentada e a necessidade de definição de um objeto de pesquisa a partir de linhas e correntes teóricas conceituais.

Até o início de 2016, seus estudos eram amadores ou não profissionais como afirma Silva (1998). Eram movidos pelas inquietudes das indagações sem respostas contidas nas versões da historiografia da região. Uma deliciosa aventura de vasculhar os arquivos, encontrar documentos, fotos e mapas esquecidos, analisá-los e ouvir as memórias de pessoas moradoras antigas, que teriam sido os primeiros não indígenas a pisarem nestas terras e que ainda permaneciam por aqui. Contudo, sem nenhum rigor metodológico. Sentia-se, a pesquisadora, orgulhosa por poder contar que nem tudo fora como se descreve oficialmente, ou, por poder contar o que nunca se noticiou de forma alguma. Cada descoberta, um misto de satisfação e fascínio. Ela mexeu em feridas, sofreu ameaças daqueles que não queriam que certas coisas fossem narradas. Seus estudos e pesquisas não tinham prazos de conclusão ou trabalhos a serem organizados e apresentados em banca, quando muito um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em nível de especialização.

Neste caminhar, ela descobriu que ocorreram fraudes no processo de ocupação privada e legitimação da posse das terras; que houve resistência indígena e de posseiros; que os primeiros não foram os primeiros. Descobriu tantas coisas: violências, silêncios, discursos e

memórias que interferiram nos arranjos políticos, ideológicos, econômicos e socioculturais da atualidade. E passou a perguntar-se qual a relevância de se expor tudo isso? Seria apenas uma necessidade particular da pesquisadora? Escrever sobre e narrar outras histórias sobre a região que ela denominou de “Território do Bendengó do Ubá⁴”, contribuiria de alguma forma com a vida da sociedade local? Do ponto de vista historiográfico e da produção acadêmica seria uma abordagem inédita e considerável? Neste sentido, autores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michael Pollak, Norberto Guarinello e Alessandro Portelli, ajudaram a pensar sobre todas essas inquietudes e indagações, permitiram exercitar sobre o lido e o produzido, considerando o lugar de atuação da pesquisadora como espaço de memória e de história.

Nesse caso, o objeto de pesquisa é o rio Ivaí. No PDE e no Mestrado, analisou-se os deslocamentos e a movimentação de alguns sujeitos no processo de ocupação do território, bem como a apropriação, as transformações e as ações destes sujeitos neste

⁴ *Bendengó*: Conforme dicionário Aurélio de Língua Portuguesa Básico, Bendengó tem três definições: 1- Aerólito caído no sertão da Bahia, e que se conserva no Museu Nacional do Rio de Janeiro; 2- Coisa descomunal; 3- Certo penteado. (FERREIRA, 1988, p. 91). Foi também um termo utilizado pelos kaingang no Paraná para se referir às demarcações de terras como “concessões escandalosas” (MOTA, 2014, p.378). *Ubá*: palavra indígena que significa embarcação indígena sem quilha e sem banco, constituída de um só lenho, escavado a fogo, ou de uma *casca* inteiriça de árvore cujas extremidades são amarradas com cipós. Também pode ser uma planta herbácea, empregada na confecção de balaios e de cestos (FERREIRA, 1988, p. 656). Montoya (1639, p. 160) traduz *Huibá* (Ubá), do Guarani, como *canas bravas*. A utilização das canoas por não indígenas demonstra um processo de convivência com intercâmbio cultural entre indígenas e não indígenas, praticado ao longo de todo o médio Ivaí desde o século XVI, a partir das missões jesuítas. Geograficamente a região que na fase da ocupação privada pelos não indígenas (1930-1960), foi denominada pela pesquisadora de “Território Bendengó do Ubá”, localizada entre os rios Ivaí e Corumbataí, está configurada atualmente pelos municípios de Lidianópolis, Jardim Alegre, Ivaiporã, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Jardim Alegre e São João do Ivaí. As pesquisas documentais evidenciaram ter sido o referido território um grande “Bendengó” apropriado pelo setor privado de companhia de terras e ter vivenciado os conflitos agrários inerentes deste processo (QUIEZI, 2020; FARIAS, 2020).

território e como se davam as relações entre estes, e, destes com o meio natural, na perspectiva conceitual da História Ambiental, tendo a história oral como um dos recursos metodológicos. Em 2021, já no doutorado, o rio Ivaí continua como o objeto de pesquisa e o que se pretende é construir uma História Ambiental do rio, a partir do recorte temporal dos séculos XX e XXI, ao analisar os grupos sociais, que em disputa, fazem uso ou planejam utilizar-se do rio. Evidenciar como estes usos antrópicos praticados no próprio rio ou às suas margens podem, de alguma forma, impactar ou já estão impactando a dinâmica natural do rio Ivaí.

Depois da contextualização, retoma-se a narrativa oral do pescador Maurício e de sua esposa, dona Francisca. Os pescadores, compõem um dos grupos de sujeitos sociais, os quais são fontes das pesquisas do PDE e do Mestrado. Os indígenas, os membros de expedições exploratórias, os posseiros e os agricultores completam o substrato do proposto. O exercício aqui foi utilizar o trecho de três minutos de uma das entrevistas e refleti-lo metodologicamente à luz do pensamento de Alessandro Portelli, sem desconsiderar as contribuições dos demais autores citados.

No trecho narrado, o pescador Maurício e dona Francisca contam que o Distrito de Porto Ubá, quando chegaram à década de 1950, era um território de 14 alqueires pertencentes ao avô de dona Francisca, o senhor Gregório Agostinho do Rosário. Os dois falam com propriedade e com pertencimento sobre vários acontecimentos, dentre eles: a criação de porcos, a derrubada das árvores para comercialização da madeira e sobre o domínio dos meios de transporte para travessia do rio Ivaí - as balsas. Atividades estas, segundo eles, exercidas ou sob o comando do avô Gregório. Isso evidencia o que Portelli (1996) denomina narrar um fato, ou seja, que nenhuma pessoa ao conceder uma entrevista sobre determinado assunto o faz sem interpretá-lo. A narrativa não representa o fato sem a subjetividade do narrador, contudo, de acordo com o pesquisador, é um texto, uma fonte, que remete a fatos.

Os entrevistados, nas suas subjetividades, ao narrar sobre a chegada, a descrição da paisagem local e o episódio da morte da

irmã de Maurício de Oliveira, evidenciam o processo de ocupação privada, o sistema de criação de porcos, a derrubada das matas e a ocupação privada das terras às margens esquerda a jusante do rio Ivaí, para fins de instalação do sistema de travessia, por meio de balsas. Implícito está, na interpretação dos entrevistados, a riqueza natural encontrada e as transformações a partir dos usos humanos destes recursos (a madeira, o cultivo da terra e o domínio do processo para a travessia do rio). Acontecimentos que dão àquela localidade a condição de portuária e de referência, porta de entrada para os não indígenas, em busca da aquisição de terras no Território do Bendengó do Ubá.

Em outro trecho, o pescador Maurício faz questão de ressaltar que a quadra esportiva de Porto Ubá recebeu o nome de seu avô. De forma similar, Dona Francisca, entusiasma-se em lembrar que tudo pertencia a seu avô e que tudo era a “coisa mais bonita”. Na subjetividade dos dois está implícito o desejo do reconhecimento do pioneirismo do avô Gregório para a existência da comunidade ribeirinha denominada Porto Ubá. Para Portelli (1996, p. 3-4) nossa tarefa enquanto pesquisadores não é exorcizar a subjetividade, “mas a de distinguir as regras e procedimentos que nos permitam de alguma medida compreendê-la e utilizá-la. ”

Alguns episódios narrados pelos entrevistados podem ser validados ou evidenciados pela confrontação de outras fontes, inclusive outros testemunhos orais. Como a questão de as balsas serem o meio de transporte de travessia do rio Ivaí nas décadas de 40, 50 e 60, e, a família deles ser a detentora deste meio de transporte na época e, ainda hoje, com um bisneto do senhor Gregório no comando do negócio, na atual “Balsa do Marolo” localizada no rio Ivaí, no município de Jardim Alegre-Pr, que faz a ligação com o município de Grandes Rios-Pr. A atividade econômica de criação de porcos, os chamados safristas, também é uma realidade constatada por vários outros testemunhos de pessoas que viveram à época, além de algumas pesquisas acadêmicas de história do Paraná abordarem a questão. Por fim, é possível checar na prefeitura de Lidianópolis e Jardim Alegre o

histórico da documentação de posse das terras correspondentes ao perímetro do Distrito de Porto Ubá e constatar o nome de Gregório Agostinho do Rosário como proprietário. Ressalta-se que a legitimação dos lotes naquela localidade, de acordo com o setor tributário da prefeitura de Lidianópolis, ainda possui documentação irregular, sobretudo quanto a demarcação. Já o desmatamento pode ser facilmente constatado à campo e no histórico das serrarias instaladas na região. Mais uma vez pode-se amparar em Portelli (1996), no sentido da constatação da fusão entre o individual e o social.

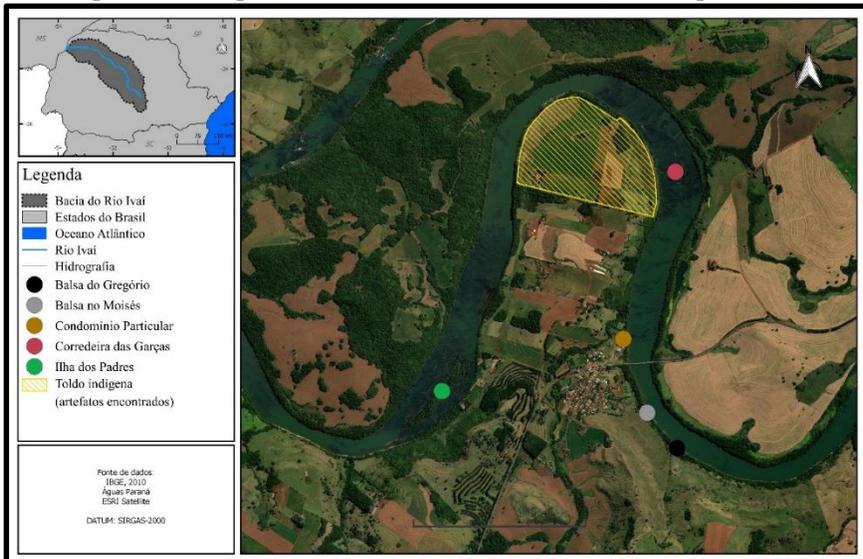
Num outro momento da entrevista, o pescador Maurício, até por ser um dos interesses e instigado pela entrevistadora, fala longamente sobre a relação dos pescadores (que inicialmente, na década de 1950/60, pescavam para um tal de Moisés que seria o “patrão”), com a população indígena que vivia na chamada corredeira dos índios, localizada no rio Ivaí, dentro dos limites de Lidianópolis. Entre tantas histórias narradas, uma delas parece evidenciar o deslocamento desta população que dá lugar aos pescadores, aos posseiros e aos agricultores:

Aí o Oristide, um dia nois tava subindo pra lá para pescar, ele foi tira peixe lá do pãri, bêbado e caiu. Chegamo lá já tinha morrido no canal lá que é muito forte, sabe. Quando passemos por lá as mué tava tudo desesperada, gritando. Depois acharam ele pra baixo lá, enroscado, noutra dia. Depois não sei como foi, foi cabando aquilo lá. Aquele Guarapuava que era dono lá, esqueço o nome dele, era um devogado. Era dono daquela fazenda, que hoje é do seu Dair Judaia. Era o Dr Arruda. Ficou só o Adriano, outro índio, que ficava aqui no patrimônio, andando bêbado por aí, era daquela quadrilha o Adriano. Aí ficou outro, muleque novo, que ficou junto com um senhor que tinha aí, um pescador chamado João Miséria. Eles ficavam junto. Isso era antigamente. Isso é antigo. Ele pegava peixe e o indinho saia vender nas casas aí. Cê chegava lá prozeá com o veio lá, ele(o indinho) tava sentado lá, mas não oiava no cê não. Oiava por baixo assim. Dizem, eu não sei, que esse próprio índio matou o João Miséria. Aí foi se acabando, acabando, hoje existe só umas

bananeirinhas lá, no lugar, no baixadão que eles tinha a ardeia (Maurício de Oliveira, entrevista, 25 de novembro de 2016).

A fala do pescador Maurício traz implicitamente o ato interpretativo da presença dos indígenas na região e as ações dos proprietários de terras que vão se apossando não só das terras, mas das mulheres indígenas e violentamente deslocando-os para outras regiões sobrepondo gradativamente outra forma de ocupação, usos, apropriações e transformações do espaço geográfico e natural. Este ato interpretativo presente na narrativa do pescador Maurício é destacado por Portelli (1996) como ato fundamental na construção, justa ou equivocada, da narrativa em si.

Mapa 1 - Visão plana e histórica de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)



Fonte: Queizi (2020, p. 211).

Como afirma Portelli (1996), a história oral e as memórias nos oferecem um campo de possibilidades compartilhadas. Isso está visível na fala do pescador Maurício e de dona Francisca. O desafio se dá em organizar estas narrativas de forma esquematicamente compreensível (mapa 1), de modo que estes mosaicos vão se

(re)configurando a partir da contribuição de cada fragmento. Entende-se, a partir de Portelli, que os mosaicos podem ser os grupos específicos ou a sociedade num determinado recorte tempo espaço (mapa 1). E os fragmentos são cada sujeito que oralmente pode narrar os fatos dessa temporalidade (os entrevistados), constituindo-se em fontes e textos a serem interpretadas e novamente narradas, resguardadas suas interconexões, contradições, diferenças e similitudes.

O mapa 1, pode ser compreendido como uma (re)interpretação das fontes orais, identificando no espaço físico a que se referem as narrativas dos entrevistados, as evidências de acontecimentos, (re)ocupações e apropriações humanas, praticadas por distintos grupos sociais (mosaico) ao longo do tempo, cujas marcas ainda estão presentes e podem ser identificadas na paisagem a partir das narrativas (fragmentos) do pescador Maurício e de dona Francisca.

Sujeitos como os pescadores, não constam ou são superficialmente tratados na historiografia desta região. Desta forma, a história oral oferece informações e perspectivas não encontradas em documentos escritos, situação que requer pensar no papel do entrevistador e suas relações com o entrevistado. Quanto a isso, observa-se Portelli (1997, p. 35-36):

O primeiro requisito, por isso, é que o pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ela ou ele deseje contar de preferência ao que o pesquisador quer ouvir, reservando algumas questões não respondidas para mais tarde ou para outra entrevista. A comunicação sempre funciona de ambos os lados. [...] O resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador[...]

É então prudente compreender o conceito de “intelectual nativo” proposto por Portelli (1997), assim como “o papel da igualdade e da diferença no campo da pesquisa”. Para o autor os dois conceitos se relacionam. E acrescenta, “somente a igualdade

faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante” (PORTELLI, 1997, p. 23).

Ao compreender a questão do conceito de igualdade e diferença proposta por Portelli (1997), tem-se as condições de resolver as inquietações quanto à relevância desta pesquisa, conforme apontadas inicialmente. O que a luz de Portelli (1996; 1997), nos remete a outras duas análises: como a pesquisadora se reconhece nesse processo da pesquisa, quanto às semelhanças com observado; e, como compreender o quanto ela interfere na realidade observada. Nesse sentido, Portelli encoraja a continuidade e aponta significados quando conclui:

Num tempo, quando a política, nos termos tradicionais de propaganda, organizações e instituições, se tornou insatisfatória e algumas vezes mesmo sem sabor, o fato de que nossa presença possa facilitar mudança significativa na autoconsciência das pessoas que encontramos ainda é talvez uma forma, útil, da ação política. (PORTELLI, 1997, p. 24)

Eis que caminhos vão sendo possibilitados e encorajam a pensar a pesquisa como uma ação política útil localmente e que talvez possa permitir uma reflexão histórica dos papéis de cada sujeito na composição deste mosaico social configurado às margens do rio Ivaí.

As memórias do pescador Maurício, entrelaçadas com as da dona Francisca, abrem diversas possibilidades de investigações de acontecimentos locais, os quais nunca receberam tratamento à base do rigor científico e acadêmico, tão pouco historiográfico. Durante todo o texto narrado pelos dois entrevistados, ficam evidentes os acontecimentos que marcaram a movimentação e o deslocamento dos sujeitos da pesquisa, bem como a relação destes entre si e com o meio natural (o rio Ivaí e as inúmeras configurações de paisagens às suas margens).

A história oral é uma fonte, um recurso de memória. A fala do pescador Maurício e dona Francisca são textos. Portanto, uma fonte a ser interpretada, mas não com os mesmos métodos utilizados

para fontes escritas. Portelli (1997) chama atenção para os riscos das transcrições que podem provocar mudanças e alterações no sentido da fala do entrevistado. Para o autor (1997, p. 26-27), as “fontes orais são fontes *orais*”. Elas dão “informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”. Assim, não utilizar a norma culta ou a escrita padrão nas transcrições das citações, é uma forma de não obscurecer os significados da “palavra falada”.

Portelli (1997) registra que a linguagem é composta por um conjunto de traços portadores de significados. Ao ouvir a fala de dona Francisca, em dois momentos sua memória é invadida pelas emoções das lembranças ao descrever como Porto Ubá era “bonito” e o episódio que levou a morte da irmãzinha do pescador Maurício. A fuga e o desconforto do pescador Maurício em falar sobre os “guarapuavanos” (traduzidos por ele como homens vindos de Guarapuava, que se apropriavam das terras na região de forma violenta, causando medo e cárcere de mulheres indígenas). Expressões, sentimentos e tons de vozes demonstrados tanto por dona Francisca como pelo pescador Maurício jamais serão transcritos ou sentidos em um documento escrito.

Uma das maiores dificuldades, conforme aponta Portelli (1997), foi inserir a pontuação nas falas e ordenar a escrita de forma que ficasse compreensível ao leitor, mas sem perder a lisura e a originalidade da oralidade dos autores. Contudo, a fonte oral possibilita uma gama imensa de informações, as quais estão intrinsecamente carregadas da subjetividade do narrador e de significados. Para compreendê-la e interpretá-la, a pesquisadora, de acordo com Portelli (1997, p. 32), precisa “rearranjar nossa interpretação de uma fase inteira da história da cidade”.

Dessa forma, também é preciso preocupar-se quanto ao passado preservado na memória dos entrevistados, o que a memória pode ter forjado ao longo do tempo, naturalmente pela própria influência do tempo e da temporalidade a qual eles estão inseridos. O pescador Maurício é uma referência da memória local e da organização dos pescadores, sendo por várias vezes ouvido,

filmado e homenageado em eventos por sua luta pelo rio Ivaí e a regulamentação da pesca profissional. Segundo Portelli (1997, p. 33) o narrador deve colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.

Para isso, Michael Pollak (1989) é fundamental ao orientar a procura dos marcadores que estão presentes na entrevista (tempo, data, local, etc...). Bem como, a identificar a disputa pela memória entre as fontes orais e as memórias dos diversos sujeitos dentro, ou não, de seu grupo de pertencimento. Enfim, as questões estão postas e gerir isso depende da disponibilidade e capacidade técnica metodológica da pesquisadora para depurar e sistematizar suas fontes. De acordo com Le Goff (1984), dará conta a pesquisadora de visitar o passado e dialogar sobre o que não está, o que poderia ter estado, o porquê não está no presente ou o porquê está desnaturalizando o que está posto?

Para Portelli (1997) o papel do historiador é a crítica do passado. E a história oral, de acordo com historiador Guarinello (1994) é a construção de uma fonte. Estes dois autores fundamentam a pensar que as falas do pescador Maurício e de dona Francisca podem ser um ponto de partida para a (re)interpretação do passado quanto a movimentação e deslocamentos dos indígenas, pescadores e agricultores no território. Nesta entrevista de 2016, não está presente na fala deles os posseiros, necessitando, portanto, a busca de outras fontes. E, amparando-se em Pierre Nora (1993), não se pode perder de vista, que todas as narrativas e depoimentos se localizam no tempo e no espaço e, ao propor analisar este quadro espacial, é preciso ater-se ao que as narrativas estão dizendo. Assim, (re)interpretar o passado é um desafio, pois segundo Portelli (1997, p.35), as fontes orais são múltiplas, carregadas de parcialidades, subjetividades e “o trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui as fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição.”

Referências

FARIAS, Cezar Felipe Cardozo. **A terra não estava vazia e a mata não era virgem**: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

FERREIRA, B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

GUARINELLO. Norbert Luiz. Memória Coletiva e História Científica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.14, n.28, p. 180-193, 1994;

LE GOOF. Jacques. **Memória-História**. Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol.1,1984, p. 11-47;

MONTOYA, Antonio Ruiz de. BG Teubner. *In*: MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Tesoro de la lengua guarani**. Madrid: Iuan Sanches, 1639. p. 159-160. Disponível em: [https://archive.org/details/tesorodelalengua00ruiz/page/n337/mode/2up/search/huíba í](https://archive.org/details/tesorodelalengua00ruiz/page/n337/mode/2up/search/huíba%20í). Acesso em: 22 jan. 2020.

MOTA. Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, Londrina, v. 07, n. 13, p. 358-391, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n13p358>>. Acesso em: 08 out. 2018.

NORA. Pierre. Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, (10) dez. 1993.

OLIVEIRA. Maurício de. **Entrevista concedida a Simone Aparecida Queizi**. Lidianópolis, 25/11/2016. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA. Francisca Pereira de. **Entrevista concedida a Simone Aparecida Queizi**. Lidianópolis, 25/11/2016. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

POLLAK. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI. Alessandro. **A Filosofia e os Fatos**. Rio de Janeiro: **Revista Tempo**, v. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI. Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. São Paulo: **Projeto História**, (14) fev. 1997.

PORTELLI. Alessandro. O que faz a História Oral diferente. São Paulo: **Projeto História**, (14) fev. 1997,

QUIEZI, Simone Aparecida. **Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)**. 2020. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

SILVA. Francisco Ribeiro da. **História Local: Objectivos, Métodos e Fontes**. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: UMA ANÁLISE DE *A PÉCORA* E AS VÁRIAS FACES DE UMA MESMA PERSONAGEM

Edson Santos Silva⁵

Giovana de Paula Santos⁶

Em 1967, Portugal vivia sob o regime ditatorial salazarista. Natália Correia (1923-1993), uma personalidade do seu tempo, e que pensava além dele, escreve *A Pécora*, em 1967, uma peça impedida de ser publicada pelo regime fascista, tendo em vista a sua temática, que se opunha ao regime vigente da época. A obra criticava a Igreja e aqueles que lucravam com a fé do povo português; como consequência, a referida obra ficou no purgatório das gavetas até o ano de 1983. (CORREIA, 1983).

Uma das obras mais polêmicas, *A Pécora* compõe-se de um prólogo, três atos e oito episódios. O cenário é definido em semelhança à sociedade lusitana: “Uma praça de Gal, velho burgo encravado no centro de um país da Europa meridional, cujo nome deixamos que o público escolha conforma a acção o sugerir e as personagens o localizarem, desde que não seja deslocado deste clima do sol do meio-dia” (CORREIA, 1983, p. 17).

No prólogo, três galesas recitam o falso testemunho dos pastorinhos que, em caso pecaminoso do padre com Melânia Sabini, induzem as crianças a acreditarem que se tratava de um anjo conduzindo-a ao céu, e ao povo gales narram a visão da ascensão da santa de Gal. Tal milagre é considerado a redenção do povo de Gal, que atrairia ao lugar um oratório, acontecimento

⁵ Professor Associado de Literatura Portuguesa da UNICENTRO/I. E-mail: jeremoabo21@gmail.com

⁶Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL da UNICENTRO/G. E-mail: giovana.p.s@hotmail.com

milagroso capaz de renovar a fé do povo e atrair turistas, tornando a cidade próspera para os negócios. Não coincidentemente, a peça se assemelha à história da Virgem de Fátima que, em aparição a três pastorinhos, faz da região de Cova da Iria um santuário.

A *Pécora*, escrita no final do século XX, período em que o fascismo português estreitou laços com a igreja, propicia o reconhecimento oficial das "aparições de Fátima", conforme explica Rampinelli (2014, p. 124):

O fascismo português desenvolveu-se a partir do eixo exógeno com o golpe de 28 de maio de 1926, dado pelas Forças Armadas com as bênçãos da mais alta hierarquia eclesiástica e com o eixo endógeno milícias/sindicato. Este levante que derrotou a I República e impôs uma ditadura militar (1926-1933) aproximou-se da Igreja abrindo caminho para o reconhecimento oficial das "aparições de Fátima". Às vésperas de 13 de maio de 1929, o bispo de Leiria –que tem jurisdição sobre a Cova da Iria– inaugurou, juntamente com o presidente do país Óscar Carmona e vários ministros de Estado, entre eles António de Oliveira Salazar, a central elétrica do Santuário, dando por terminado o divórcio entre Estado e Igreja

Assim como na história oficial de Portugal, a Santa de Gal traz esperança e prosperidade ao povo que, vivendo alheio a qualquer anseio, encontra no oratório o "pão dos galeses", rejeitando, assim, o Estado moderno.

Entre o povo galês há divergência quanto ao "milagre". Há religiosos que acreditam na fé e na moral cristã, burgueses que buscam a redenção, e progressistas que buscam na ciência a explicação de tais fatos:

Progresso é a palavra que define o nosso combate. Trata-se da ciência de curar os homens. Muitos benefícios lhes são devidos, desde o fuzil até os analgésicos, mas de todos, realçarei a guilhotina que tem livrado os oprimidos da cabeça de alguns poetas que se metem a governantes. Viva a revolução! (CORREIA, 1983, p. 109).

A história dos pastorinhos é perpetuada pelo povo, que, unido aos interesses econômicos de Teófilo Ardinelli e o Bispo, veem grande oportunidade para os seus próprios interesses financeiros. A peça conduz a falsa santa à decadência, no prostíbulo de Madame Olympia, Melânia Sabini passa a ser chamada de Pupi, isto é, as duas faces de uma mesma personagem ficcional que reflete a sua subjetividade.

A abordagem entre o que é real e ficção, partindo do pressuposto de que a literatura imita a realidade, possibilita a transcendência para além da obra, de modo que a consciência se objetiva nas próprias coisas. Anatol Rosenfeld (1976) aborda esse fenômeno denominando-o camadas óticas, o estudo de tudo que é relativo ao ser, perpassando pelas suas características múltiplas, tendo como plano de fundo a estruturação da forma artística. Para o autor, a organização formal da obra ficcional detém-se em seres puramente intencionais, projetados por orações que refletem o mundo extraliterário de modo indireto:

Este mundo fictício ou mimético, que frequentemente reflete momentos selecionados e transfigurados da realidade empírica exterior à obra, torna-se, portanto, representativo para algo além dele, principalmente além da realidade empírica, mas imanente à obra. (ROSENFELD, 1976, p. 15)

A literatura pode ser compreendida como as belas letras, cuja estética se diferencia por apresentar um caráter fictício ou mimético da realidade empírica. Não obstante, Natália Correia, em *A Pécora*, utiliza-se deste artifício para deslocar a peça e, conseqüentemente, a encenação, fazendo com que a obra literária represente para algo além de seu lugar de ficção, inserindo-a num tempo, lugar e espaço que, embora efêmero, pode ser facilmente identificado, nos quais os elementos que a compõem tendem a se constituírem como “realidade”.

Considerando o contexto inserido em um determinado tempo histórico em *A Pécora*, o texto ficcional projeta contextos objecturais, por meio dos quais as personagens apresentam um mundo

puramente intencional, tornam-se “reais”. A obra ficcional é, portanto, uma realidade provável, um mundo imaginário vivido por personagens fictícias do que poderia ter sido, mas não foi.

Na dramaturgia, a extensão da literatura de ficção para a realidade ocorre, essencialmente, por meio das personagens, é por meio delas que a camada imaginária se adensa e se cristaliza, fazendo desaparecer o sujeito fictício dos enunciados (ao menos na aparência). As próprias personagens se manifestam diretamente pelo diálogo, confirmando a ideia de que no teatro existe a necessidade de traduzir palavras em cena, de tornar consciente e de estabelecer uma comunicação; fazendo-nos retornar ao ponto central: o teatro se manifesta pela ação. Para Rosenfeld (1976), a personagem no espetáculo teatral pode ser compreendida da seguinte forma:

[..] Não são mais as palavras que constituem as personagens e seu ambiente. São as personagens (e o mundo fictício da cena) que “absorveram” as palavras do texto e passam a constituí-las, tornando-se a fonte delas ‘exatamente’ como ocorre na realidade. Contudo, o mundo mediado no palco pelos atores e cenários é de objectualidades puramente intencionais. Estas não têm referência exata a qualquer realidade determinada e adquirem tamanha densidade que encobrem por inteiro a realidade histórica a que, possivelmente, dizem respeito. (ROSENFELD, 1976, p. 29)

A ficção ou *mimesis*⁷ reveste-se de tamanha força, capaz de substituir ou se sobrepor à realidade, criando a denominada teoria da “ilusão” da realidade supostamente criada pela cena, devido ao altíssimo vigor da ficção cênica.

[...] por isso também que o palco clássico depende inteiramente do ator-personagem, porque não pode haver foco fora dele. O próprio

⁷ A mimese é a ação ou a representação de uma coisa. Na origem a mimese era a imitação de uma pessoa por meios físicos e linguísticos, porém essa “pessoa” podia ser uma coisa, uma ideia, um herói ou um deus. Na Poética de Aristóteles, a produção artística (*poesis*) é definida como imitação (*mimesis*) da ação (*práxis*). (PAVIS, 2008, p. 241)

cenário permanece de papelão pintado até surgir o "foco fictício" da personagem que, de imediato, projeta em torno de si o espaço e tempo irreais e transforma, como por um golpe de magia, o papelão em paisagem, templo ou salão. (ROSENFELD, 1976, p. 30)

Pode-se compreender, portanto, que "no teatro o homem é o centro do universo" (ROSENFELD, 1976, p. 32), e se funda onticamente na presença dos atores em cena por meio da atuação e da dialética; por esse motivo, a personagem teatral é dotada de poder, porque a ela é dada a faculdade de "ultrapassar" as rubricas por meio da encenação, embora geralmente guiada pelo texto; como bem explica Anatol Rosenfeld:

Essa é, de resto, a vantagem específica do teatro, tornando-o particularmente persuasivo às pessoas sem imaginação suficiente para transformar, idealmente, a narração em ação: frente ao palco, em confronto direto com a personagem, as pessoas são por assim dizer obrigadas a acreditar nesse tipo de ficção que lhes entra pelos olhos e pelos ouvidos. (ROSENFELD, 1976, p. 30)

A arte cênica por vezes apresenta um caráter persuasivo, considerando que o ator dirige o "olhar" do público, a partir de aspectos selecionados de certas situações, afastando-se da realidade e elevando-se a um mundo ficcional (por meio da arte se distancia e se aproxima da realidade), de modo que, o espectador, ao contemplar uma peça, se vê diante de uma realidade que é fictícia, mas que, no entanto, trata-se mimeticamente da realidade capaz de se deslocar no tempo e no espaço.

Considerando a capacidade transcendental da arte, Natália Correia utiliza a dramaturgia para contestar as estruturas da moral e da fé cristã do povo lusitano, predominantemente católico, confirmando o caráter inerente ao drama: questionar acontecimentos até então inquestionáveis.

A literatura, quando analisada como reflexo da sociedade, acaba por retratar personagens femininas inseridas nos padrões socialmente impostos ao gênero, configurando na ficção modelos

comportamentais ditados pelo sexo masculino. Sob o viés da peça *A Pécora*, observa-se a quebra dos ideais machistas de castidade e obediência impostos ao sexo feminino: “As mulheres nasceram para cozer pão e chocar filhos” (CORREIA, 1983, p. 23).

Natália Correia não só retrata a influência dos dogmas cristãos na constituição da sociedade, mas o rompimento com as tradições católicas, estabelecendo a relação entre o sagrado e o profano. Em Melânia Sabini observamos traços da figura de Nossa Senhora de Fátima, ícone da fé católica, mas que percorre caminhos distintos ao esperado segundo os moldes da cultura religiosa. Será possível que a santa de Gal, que foi levada aos céus por um anjo, seja uma puta?

Esses questionamentos que a literatura levanta são capazes de desestabilizar o que até então se encontrava em bases sólidas. Frente ao palco, em confronto direto com as personagens, o espectador pode ser levado a acreditar que a ficção dramática que lhes entra pelos olhos e pelos ouvidos é real. Prado (1976) ensina a caracterizar a personagem, em teatro, em três vias principais; neste recorte, iremos nos ater a esses comandos:

- a) o que a personagem revela sobre si mesma;
- b) o que faz;
- c) e o que os outros dizem a seu respeito.

Seguindo a lição de Décio de Almeida Prado, partiremos para a análise das personagens da peça nataliana. A tradução das palavras é elemento fundamental no teatro, buscando tornar consciente o que se esconde no íntimo, ao ator cabe exhibir a personagem ao público, transformando em atos os seus estados de espírito. Essa via de atuação nos possibilita perceber o que a personagem revela a respeito de si mesma:

No teatro, todavia, torna-se necessário, não só traduzir em palavras, tornar consciente o que deveria permanecer em semiconsciência, mas ainda comunicá-lo de algum modo através do diálogo, já que o espectador, ao contrário do leitor do romance, não tem acesso direta à consciência moral ou psicológica da personagem. (PRADO, 1976, p. 88)

Melania Sabini ou Pupi se revela em cena no I acto, II episódio, mostrando os caminhos que a conduziram até o bordel de Madame Olympia:

Melânia: Eu tinha que vir para a cidade sem deixar rastro. E isto só era possível se pensassem que eu tinha ido para o céu, que é um sítio onde ninguém nos vai procurar. Foi quando o padre Salata teve a ideia de se servir a duas crianças e disse-me: “chegou a altura de não decepçenarmos os aborrecidos pastorinhos que não te deixam em paz desde que lhes dissestes que era um anjo”. Estou muito arrependida. Mas aquelas crianças eram tão curiosas. Ouviram vozes nas ruínas e quiseram saber o que se passava. Prometi-lhes que, se guardassem segredo seriam recompensados com a celeste visão. E foram quando o ventre começou a inchar-me (gesto de indignado assombro de Teófilo Ardelli) Anunciei-lhes: “chegou o dia. Ireis ver o anjo que vem para me levar ao céu. Fostes eleitos para testemunhar o pródigo porque a voz da inocência é o clarim que Deus escolhe para proclamar as suas maravilhas”. E assim foi. (CORREIA, 1983, p. 56)

O desprezo pela sua própria vida se mostra evidente nos atos seguintes; os reflexos da jovem Melânia Sabini -que buscava encontrar no amor de um homem a sua salvação- aparecem também na velha prostituta Pupi, que, na ânsia de se sentir amada, mendiga atenção e afeto, tornando-se refém do jovem Paco.

Assim como na vida real, as escolhas da personagem determinam o seu destino, “o indivíduo dramático recolhe o fruto dos próprios atos” (PALLOTTINI, 1988, p. 09). Melânia Sabini ou Pupi, guiada pela ingenuidade, deixou-se conduzir pelos desejos e pelas ambições alheias, reduzindo-se a um mero objeto para a satisfação sexual masculina, percorrendo um caminho tortuoso; e quando novamente enganada por um de seus amores, deseja desamaranhar-se dos nós aos quais estava amarrada, revelando a verdadeira identidade da santa de Gal

A atitude final da Puppi é motivada pelo ódio e rancor ao ser roubada e abandonada por Paco, encontrando-se na velhice e na

pobreza, performando sob o estado da *hybris*⁸, o que a leva a *hamartia*⁹ ou “erro de cálculo” (atitude tipicamente humana), que culmina no infortúnio e na morte trágica da personagem; afinal, quem acreditaria em uma puta que se diz ser santa?

Melânia: Não haverá futuro! A teta da santa está seca. Para eles é o fim do mundo. Oh, como todos vão rir! Como todos vão rir! (abrindo os braços e exibindo-se canalhamente.) Vejam-na! Vejam-na! Uma cadela das docas. (CORREIA, 1983, p. 165)

Como os seres humanos, as personagens encontram-se integradas num grande tecido de valores de ordem cognitiva, religiosa, moral e político social, tomando determinadas atitudes em face desses valores; nesta perspectiva, o que a personagem faz é um importante instrumento para caracterizar, em teatro, a personagem:

A ação é não só o meio mais poderoso e constante do teatro através dos tempos, como o único que o realismo considera legítimo. Drama, em grego, significa etimologicamente ação: se quisermos delinear dramaticamente a personagem devemos ater-nos, pois, à esfera do comportamento, à psicologia extrospectiva e não introspectiva. Não importa, por exemplo, que o ator sinta dentro de si, viva, paixão que lhe cabe interpretar; é preciso que a interprete de fato, isto é, que a exteriorize, pelas inflexões, por um certo timbre de voz, pela maneira de andar e de olhar, pela expressão corporal, etc. (PRADO, 1976, p. 91)

A personagem principal, Melânia ou Pupi, rompe com os padrões impostos ao gênero feminino desde o início da peça, relacionando-se às escondidas com o padre Salata, um amor que

⁸ Palavra grega antiga para “orgulho ou arrogância funesta”. A *hybris* leva o herói a agir e provocar os deuses, apesar de seus avisos, o que vai dar na sua vingança e na sua perda. Este sentimento é a marca da ação do herói “trágico”; sempre disposto a assumir seu destino. (PAVIS, 2008, p. 197)

⁹ Na tragédia grega o erro de julgamento e a ignorância provocam a catástrofe. O herói não comete uma falta por causa de sua “maldade e perversidade”, mas em consequência de algum erro que cometeu”. (ARISTÓTELES, *Poética*, § 1453a) (PAVIS, 2018, p. 191)

afronta a Igreja e aos costumes e as tradições do sistema no qual estava inserida. Quando do descobrimento de seu caso pecaminoso, o povo de Gal é induzido a acreditar na ascensão Melânia ao céu, tornando-se, na crença do povo uma santa, mas encontra abrigo no prostíbulo de Madame Olympia:

Pupi: Oh! É uma grande amabilidade. Não esperava uma recepção tão calorosa. Sinto-me tão comovida que não posso sustar as lágrimas. (Choramanga.) Uma amizade tão sincera é um bem que não mereço. Porque eu não tenho direito a nada. Nem sequer à luz do sol. No mundo não há buraco onde possa me meter. Sou pior que um rato. Não exagero se lhes confessar que estou morta. (CORREIA, 1983, p. 43)

Conduzida pelo sentimento do amor e se deixando levar pela ingenuidade, a personagem perde o controle de seu próprio destino, Melânia é colocada em um prostíbulo, passando a ser chamada de Pupi e, a partir de então, sua vida é controlada por aqueles que, de alguma forma, poderiam angariar vantagem do suposto milagre: “Quantos enriqueceram com o meu altar?” (CORREIA, 1983, p. 132), questiona a personagem, quando induzida pelo jovem Paco a chantagear seu ex-amante, Teófilo Ardelli, para que lhe pague uma boa quantia em dinheiro para manter em segredo a verdadeira identidade da santa de Gal.

Nesse momento, a personagem entra em conflito com aqueles que enriqueceram às custas do falso milagre, podendo o teatro ser definido, segundo alguns teóricos, como a arte do conflito, sendo esse o elemento essencial à caminhada da ação dramática, Pallottini (1988) explica que todo drama pressupõe um conflito, um confronto de ideias, pontos de vista divergentes, onde não há conflito, não existe drama. Esta é a função do antagonista¹⁰, bem como das personagens chamadas de contraste, colocadas ao lado do protagonista para dar-lhe relevo, mediante o jogo de luz e

¹⁰ As personagens antagonistas são as personagens da peça em oposição ao conflito. O caráter antagonista do universo teatral é um dos princípios essenciais da forma dramática. (PAVIS, 2008, p. 15)

sombra. Assim, o cerne de toda peça de teatro, segundo os moldes aristotélicos é: “a identificação dos conflitos; é a determinação de um conflito central, primordial, o que nos vai dar a linha mestra, a coluna do texto” (PALLOTTINI, 1988, p. 48).

Melania Sabini ou Pupi, inserida no contexto patriarcal cristão, mas destoante a esses preceitos, gera o conflito central da peça, vivia à margem da sociedade lusitana, sendo limitada à imagem da prostituta que desejava viver um amor verdadeiro. Sua posição ao longo da peça reforça seu rebaixamento perante a sociedade; quando revelada a identidade da falsa santa (o ápice da narrativa), Pupi é morta pelo mesmo sistema que almeja a sua canonização.

Melânia: Não... não me abandonem!... Essa é a Falsa... de madeira... Pintada... Foi um artista... que lhe deu esse rosto imoral... A verdadeira... Jaz no pó... desfeita em sangue... (num último sopro no qual vibra numa insólita força e alegria) Ouçam!... Ouçam!... Todos os ventos o repetem... (CORREIA, 1983, p. 169).

A revelação da identidade da santa de Gal, partindo do discurso de Pupi, mostra-se irrelevante frente aos fiéis devotos, a posição de discurso da prostituta é, obviamente, inferior ao sistema hierárquico no qual estava inserida. Portanto, uma prostituta questionar a figura santificada não é uma opção válida aos que cresceram sob os dogmas religiosos.

Para que se atinja o terceiro comando de caracterização da personagem teatral, qual seja, o que os outros dizem a respeito, Prado (1976, p. 95) nos ensina:

Nada há de relevante a observar, exceto que o autor teatral, na medida em que se exprime através das personagens, não pode deixar de lhes atribuir um grau de consciência crítica que em circunstâncias diversas elas não teriam ou não precisariam ter.

A Pécora se constitui em diversas faces de uma mesma personagem, podendo ser compreendida como Melânia Sabini à Pupi, de santa à puta, de ingênua e doce à raivosa e vingativa, seu

universo subjetivo e complexo conduz o espectador ao estado purificação, capaz de despertar sentimento de revolta e piedade, e este fato se dá, exclusivamente, pela identificação da personagem, que se mostra tão humana.

Aos olhos do Sr. Sabini, a santificação da filha traria status e dinheiro à família: “Não há nada mais natural que essas almas aflitas queiram deixar uma lembrança àquelas que puserem no mundo quem por elas intercede” (CORREIA, 1983, p. 24). E a história dos pastorinhos é perpetuada pelo povo que, unido aos interesses econômicos de Teófilo Ardinelli e o Bispo, veem grande oportunidade para os seus próprios interesses financeiros.

Entre o povo galês há divergência quanto ao “milagre”. Há religiosos que acreditam na fé e na moral cristã, burgueses que buscam a redenção e progressistas que buscam na ciência a explicação de tais fatos:

Progresso é a palavra que define o nosso combate. Trata-se da ciência de curar os homens. Muitos benefícios lhes são devidos, desde o fuzil até os analgésicos, mas de todos, realçarei a guilhotina que tem livrado os oprimidos da cabeça de alguns poetas que se metem a governantes. Viva a revolução! (CORREIA, 1983, p. 109).

Quando da revelação da verdadeira identidade da santa de Gal, Pupi é acusada de bruxa, prostituta, blasfema e víbora, pelos populares, *A Pécora é*, por si só, a inquietação daqueles que desejam viver sob o cabresto religioso, conduzindo nosso pensamento a famosa frase de Umberto Eco: “[...] nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por uma alma piedosa” (ECO, 2021).

A revelação da verdadeira identidade da santa, mesmo sendo comprovada com a marca de nascença comum dos Sabiani, não a impede de seu trágico desfecho, sendo morta pelos devotos, que buscam o desagravamento pelas ofensas proferidas à santa.

MELÂNIA: Calem-se... Calem-se, desgraçados. Cada lamento que soltais vai encher a barriga das aves de rapina. Elas engordam com

as vossas chagas. O ar está empestado dos seus arrotos. (Aponta o ar) Cheirem! Cheirem! Que fedor a sonhos de futuro!

UMA ENFERMA: Cala-te, víbora!

UM ENFERMO: Deixa-nos lamentar as nossas dores!

MELÂNIA: Não haverá futuro! A teta da santa está seca. Para eles, é o fim do mundo. Oh, como todos vão rir! Como todos vão rir! (Abrindo os braços e exibindo-se canalhamente) Vejam-na! Vejam-na! Uma cadela das docas. Recrudescer o burburinho que se estabeleceu entre os Enfermos.

OUTRA ENFERMA: Blasfema!

OUTRO ENFERMO: Bruxa!

MELÂNIA: (que persiste pateticamente na exibição) Uma puta! A vossa santa é uma puta.

UM ALEIJADO: (erguendo-se nas muletas e sobrepondo a sua voz à algazarra) Companheiro de infortúnio! Arranquemos a língua a esta megera.

TODOS OS ENFERMOS: Sim, sim! Desagravemos a honra da santa! (CORREIA, 1983, p. 164 - 166)

Não à toa a peça permaneceu por um longo período guardada nas gavetas do “esquecimento”, pois, por meio da arte dramática, em especial *A Pécora*, existe o questionamento aos padrões religiosos e morais enraizados na comunidade. Colocar a santa de Gal em igualdade com Pupi não serve apenas como afrontamento aos que conduzem a vida nos moldes cristãos, mas, principalmente, ao modo como a população “absorve” tais ideias e estrutura a vida social.

Colocar em xeque a santificação da igreja católica leva-nos a indagar o que de fato vem a ser real e o que é fictício. A personagem de ficção atua como esse ser paradoxo, capaz de prolongar a obra e produzir efeito de sentido para além dela, mostrando as suas múltiplas e complexas identidades e, justamente por isso, mostra-se cheia de sentido, parecendo-nos real. Da ingênua Melânia Sabini à prostituta Pupi; da passiva e submissa mulher à furiosa; nesse sentido, Prado (1976) esclarece que no teatro a personagem adquire essência artística quando se liberta das rubricas, considerando que os atores e cenários intervêm para assumir o texto:

A personagem constitui, portanto, um paradoxo, porque essa criatura nascida da imaginação do romancista ou do dramaturgo só começa a viver, só adquire existência artística, quando se liberta de qualquer tutela, quando toma em mãos as rédeas do seu próprio destino: o espantoso de toda criação dramática - em oposição à lírica - é que o autêntico criador não se reconhece na personagem a que deu origem. Em tal direção o teatro vai ainda mais longe do que o romance porque, no palco, a personagem está só, tendo cortado de vez o fio narrativo que a deveria prender ao autor. (PRADO, 1976, p. 101)

Prado explica que Brecht remodelou a relação autor-personagem, ao instituir um teatro político, atuante, que não permanecesse neutro perante a realidade social, buscando uma dramaturgia que incite à ação e não à contemplação, despertando o espírito crítico do espectador, instigando-o, de alguma forma, a reagir, a procurar a verdade.

A trajetória da dramaturgia universal confirma que os verdadeiros artistas sempre recusam as tradições e buscam novas formas de expressão, “num permanente ato de questionamento, sensíveis às necessidades de seu tempo e também às raízes culturais de seus povos. Não para passivamente cultivá-las ou sacralizá-las, mas justamente para transformá-las e desenvolvê-las”. (PALLOTTINI, 1988, p. 43); não obstante, Natália Correia, em *A Pécora*, rompe com os padrões até então estabelecidos, não apresentando respostas, mas deixando questionamentos.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução e notas de Ana Maria Valente; Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. 3.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.

CANDIDO, Antônio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Décio de Almeida Prado & GOMES, Paulo Emílio Salles. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

CORREIA, Natália. **A Pécora**. 2. ed. Lisboa: O jornal, 1983.

ECO, Umberto. Aforismos e excertos. **Revista Prosa Verso e Arte**. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/umberto-eco-aforismos-e-excertos/>. Acesso em: 10 maio 2021.

PALLOTTINI, Renata. **Introdução ao Teatro**. São Paulo: Ática, 1988.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 2015.

RAMPINELLI, W. J. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, ano 18, n. 32, 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25696>. Acesso em: 28 de fev. 2021.

ESTUDO SOBRE A ORIGEM DO ROMANCE NO *SATYRICON* DE PETRÔNIO

Aldinéia Cardoso Arantes¹

Conhecer o romance antigo é recuperar a pré-história do romance moderno e a própria continuidade da sua trajetória. Porém, romance e antiguidade não costumam ser tratados juntos, uma vez que ele é pensado como o gênero que melhor traduz a modernidade em seu conflito entre o sujeito e o mundo. Desse modo, de acordo com a crítica moderna, o marco inicial do romance seria o início do século XVII, com a publicação de *Dom Quixote* de Cervantes. Apesar do descrédito que o romance antigo teve no passado, há uma vertente em ascensão que defende uma continuidade na tradição narrativa da Antiguidade até os dias de hoje, propondo que o romance moderno, de alguma forma, deve à tradição antiga do romance. Há evidências de que o romance grego antigo já era lido na Espanha no renascimento século XVI em traduções vernáculas. Assim corrobora Reuter (2004, p. 11):

Durante muito tempo o romance foi considerado um gênero menor, pouco legitimado... Será preciso esperar pela segunda metade do século XVII para que o romance se torne realmente um objeto de debate. Mas será somente no século XVIII que a discussão se desenvolverá realmente sob diversas formas [...].

O próprio Cervantes testemunha a importância do romance antigo, no prefácio das suas *Novelas Exemplares*, depois de afirmar ter sido o primeiro a compor novelas (histórias curtas em

¹ Doutoranda em História no programa de pós-graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá e Professora no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: acasilva@uem.br

espanhol), afirma que iria compor um livro que ousasse competir ou emular com o romancista grego Heliodoro (IV d. C.), autor das *Efesíacas*. Notadamente, foi leitor do romance antigo e elegeu Heliodoro, como modelo na arte de compor novelas e romances. De fato, existe uma continuidade na trajetória do romance moderno, atestada pelo próprio Cervantes, que conduz ao romance antigo. Pode-se inferir que a lentidão no processo de legitimação do romance ocorreu porque a sua origem emerge de um contexto de bastardia em todos os sentidos: social, linguístico, político, canônico. Nesse contexto Reuter (2004, p. 10) destaca que, concernente aos textos romanescos:

Os teóricos clássicos os condenavam por ter sido pouco praticado pelos Antigos (estava ausente dos grandes tratados como por exemplo a *Poética* de Aristóteles), por não se submeter a regras estritas, por favorecer a imoralidade, dar livre curso à inverossimilhança (no século XVII a idéia de romance está associada a aventuras extraordinárias ou a deformação de fatos reais).

Para tornar mais clara as motivações da relutância, no âmbito literário, em aceitar o romance como genuína obra de valor literário é preciso perscrutar o cerne da origem desse gênero: o romance grego. Quando se pensa em literatura grega, o que vem à mente são os textos dos períodos arcaico e clássico: a épica de Homero, a lírica arcaica de Safo, Alceu e Arquíloco; as tragédias gregas; os diálogos platônicos são de fato os gêneros que nos remetem à literatura grega. O romance surgiu como um gênero tardio, autores como Brandão (2006) o retratam como pós-clássico ou ainda pós-antigo, pois foram todos compostos já no período Imperial. Pelo fato de terem sido escritos tardiamente e serem pouco estudados nos programas universitários que os outros gêneros, fazem, de certa forma, com que esses textos sejam pouco conhecidos. Outro motivo que leva a essa posição marginal do gênero no cânone, seria o fato de ter sido composto no período imperial, sendo, portanto, possível imaginar que as questões de geopolítica tenham certo peso na sua

repercussão. A maioria dos textos desse *corpus* foi composta em cidades gregas ou de influência grega, mas desde o período helenístico e, principalmente imperial, estavam sob o domínio romano, assim sendo, o espaço do romance grego vai se situar nas cidades da periferia do Império. Nesse contexto, apresenta-se como um gênero tardio, marginal com relação ao cânone e esses fatores geopolíticos, tornam-no pouco conhecido pelos leitores.

A recepção antiga do romance também não foi das mais efusivas, não houve sequer uma predisposição imediata em atribuir-lhe um termo comum, recebendo algumas designações diferentes: *plasma* (ficção, qualquer coisa que possa ser moldada); *diegema* (narração), drama (ação), *pathos eroticon* (ficção erótica: história de amor). A ausência de um nome específico para denominar esse gênero denota que os antigos talvez não percebessem uma unidade ou não estivessem interessados em teorizar esse gênero, foram poucos os autores que trataram do romance antigo e esse tratamento nem sempre foi lisonjeiro. O vocábulo romance é, portanto, uma designação anacrônica utilizada para esses textos narrativos em prosa, devido ao paralelismo existente com o romance moderno: são textos narrativos, compostos em prosa que apresentam certa extensão e com caráter ficcional. O primeiro exemplar conhecido do romance grego data do século I d. C. – *Quéreas e Calírroe* de Cáriton – de modo geral, todos os exemplares do gênero apresentam um corpus diminuto: são histórias de amor idealizado que começa com uma paixão arrebatadora à primeira vista e correspondida entre dois jovens adolescentes da elite, de uma beleza extrema que, uma vez apaixonados, devem enfrentar uma série de obstáculos até que se reencontram e retornam a seu lugar de origem, onde viveriam felizes “para sempre”. A vertente latina do romance constitui-se a cômico-realista, ao contrário do romance grego, estas apresentam romances de amor não idealizados: o *Satyricon* de Petrônio e o *Asno de Ouro* de Apuleio. Todo o corpus do romance antigo só passou a ser estudado a partir da segunda metade do século passado, por isso, para muitos leitores, a junção entre romance e Antiguidade

não é muito confortável. Há ainda muitos teóricos que pensam na evolução do romance como parte da epopeia de Homero, a *Odisseia*. Embora forneça um enredo típico para grande parte das histórias, que se contam nesses textos romanescos, tornando-se um texto arquetípico do romance, não é possível apagar a influência do romance antigo em favor das epopeias homéricas.

Para este trabalho, o romance de Petrônio interessa particularmente, pois dialoga com o romance moderno não só na estrutura, mas em antecipar o caráter realista que se tornará a tônica do romance moderno. Bakhtin (1988, p. 413) o considera como representante da primeira etapa para a evolução do romance.

[...] os chamados gêneros sérios-cômicos... anteciparam as etapas mais essenciais da evolução do romance dos tempos modernos. Isto concerne aos diálogos socráticos... incluindo o *Satyricon* de Petrônio, cujo papel foi enorme na história do romance e que está longe de ser devidamente apreciado pela ciência. Todos esses gêneros sério-cômicos representam a primeira etapa, legítima e essencial, para a evolução do romance enquanto gênero em devir.

O *Satyricon* descortina uma história de amor “desidealizado”: um casal em uma relação amorosa homoerótica, em uma evidente relação paródica dos romances gregos de amor idealizado. O personagem protagonista é Encólpio que conta no livro suas aventuras, vividas em viagens pela Itália, bem como suas peripécias amorosas com outros dois jovens mancebos Ascilto e Gítão. Juntos, o trio de errantes passa por situações de perigo, episódios picantes e outros de muita comicidade, como é o caso do famoso capítulo do banquete de Trimalquião. Em toda a narrativa, flerta, frequentemente, com os lugares comuns do romance de amor grego: viagens, provações, passionalidade na relação entre os amantes. O *Satyricon* questiona, em todos os sentidos, o gosto literário de sua época, expurgando-se de toda a temática clássica, Petrônio não escolheu como tema os assuntos mitológicos, as façanhas de algum glorioso herói grego ou troiano, nem mesmo

celebrar as virtudes de Roma – como o poeta Virgílio, na *Eneida*. Esse é outro aspecto peculiar de sua obra que retrata temas relacionados ao cotidiano, escrevendo um romance popularista e, portanto, sem maior prestígio. Petrônio perscruta o que há de mais dissoluto na sociedade romana - seus personagens são desprovidos de pudor ou qualquer comprometimento com a moral e as virtudes apreciadas pelos romanos tradicionalistas. Petrônio não se sentia atraído pelo estilo literário contemporâneo, aquele “gosto novo” adotado por Sêneca e Lucano. Na verdade, Petrônio parece sentir eminente necessidade de criar uma nova obra, que atendesse, efetivamente, aos novos anseios de uma época em efervescência.

Petrônio labora com um processo de inversão de toda a matéria consagrada e canonizada pela tradição homérica e, sobretudo, revela o principal elemento subvertido: o herói épico. Desse modo, observa-se que o poema épico projeta-se no “romance ideal”; enquanto o “romance cômico”, que burla a ação do romance ideal, “molda sua personagem central dentro de uma contraversão de um herói épico” (AQUATI, 1997, p. 35). Logo, entende-se que o romance petroniano subverte as especificidades que caracterizam o gênero épico – o conteúdo, foco narrativo, representação da mitologia, caracterização das personagens, o tempo. Para Petrônio, parece haver uma percepção nítida de que, na realidade social e moral em que se encontrava Roma, era impossível a representação desse tipo de herói – tal percepção reafirma o caráter realista do seu romance. Não podia conceber a figura heroica alicerçada no “romano típico, fundado nos cânones tradicionais romanos, *pietas et uirtus, dignitas et pudicitia*”. Tão diferente dos heróis representados nos gêneros elevados, todos nascidos da épica grega, o herói-personagem do *Satyricon*, nesse contexto inovador, aparece como um notável exemplo de heroicização prosaica.

Nesse contexto, evidencia-se que a base da elaboração do romance petroniano consiste na paródia de outros gêneros, bem como, da própria sociedade a ele contemporânea e, sobretudo, na subversão do modelo heroico que foi inaugurado em Homero. A representação do herói, seguindo a tradição homérica, ficou

condicionada a alguns traços constitutivos como: nobreza; figura exemplar, coragem implacável, beleza excepcional, eloquência, coletividade e objetividade. No entanto, no *Satyricon*, não se observa apenas uma sátira das figuras heroicas; mas há sempre a intenção de subverter o gênero épico, rebaixando seus temas, peripécias, personagens, ações, motivações e sentimentos. No tempo de Petrônio, eram amplamente conhecidas nos círculos literários da corte as epopeias de Homero: *Ilíada* e *Odisseia*; e a de Virgílio: *Eneida*. Dentre essas, Petrônio parece devotar particular atenção, em sua sátira, a *Odisseia*. É possível reconhecer na trajetória de Encólpio um dialogismo parodístico com a do próprio Ulisses. É intrigante pensar que Petrônio, fazendo parte da elite da sociedade romana, e, portanto, conhecedor de seus gostos literários, tenha preferido escrever de maneira tão avessa aos estilos predominantes, como a epopeia e a tragédia – viver sob o principado de Nero talvez explique determinadas predileções do poeta. Nesse aspecto, nada mais oportuno do que registrar as palavras de Paratore (1987, p. 644):

Fica-se impressionado ao verificar tal falta de escrúpulos em relação aos cânones da literatura áulica, tal audácia em aderir a um mundo fechado quase inteiramente ao interesse dos literatos, tal modernismo, tal felicidade e imediatez de criação, num campo em que não existiam precedentes, a não ser restritamente episódicos e ocasionais. A aura do modernismo, que o estilo e o decadentismo de Séneca e de Lucano já nos fizeram entrever na Roma neroniana, atinge a sua expansão mais ampla e cristalina nesta surpreendente obra de poesia.

O *Satyricon* labora com um processo de subversão de todo o cânone literário, *illo tempore*, é possível compreender porque o romance só foi aceito como gênero literário tardiamente. Lucano ainda escolhe, para escrever o seu poema, o gênero, do qual os gregos foram os grandes mestres, por excelência: a epopeia. Petrônio, todavia, descarta o gênero épico ficando, pois, fora do limiar da literatura tradicional, preferindo escrever em um estilo próprio, assumindo uma clara postura anti-canônica que permeará todo o seu gênio inventivo. Eis a raiz do romance ocidental. E se

torna originalíssimo quando descreve uma trama completamente inventada com personagens ficcionadas, o que não era comum na literatura antiga, cujo compromisso era com o passado mitológico. De fato, identifica-se, no *Satyricon*, uma grande paródia não só da sociedade de Nero, mas também do próprio gosto literário contemporâneo, sugerindo uma teoria epicurista da literatura em oposição à doutrina estoica. Dessa forma, sua crítica perpassa desde alvos literários até filosóficos satirizando o tom declamatório e, muitas vezes, artificial de Lucano e sua obra *Pharsalia*, chegando mesmo a reproduzir seus versos, no *Satyricon*. Não escapa também à crítica a oratória que havia se tornado a arte de convencer não importando a veracidade do conteúdo. E mesmo os discursos vazios e pomposos que não diziam nada e apenas confundiam. Observe-se na fala de Encólpio:

Alimentados com essas tolices, como poderão os jovens formar seu gosto? Um cozinheiro tem sempre o cheiro da cozinha. Não vos ofendais, ó retóricos, mas é de vós que vem a decadência da eloquência! Reduzindo o discurso a uma harmonia pueril, a meros jogos vazios de palavras, vós o tornastes um corpo sem alma, um esqueleto apenas. [...] Pedantes cobertos pela poeira das salas de aula (...) a verdadeira eloquência não conhece o exagero. Simples e modesta, eleva-se com naturalidade, tornando-se bela graças apenas a seus próprios encantos. (SATYRICON, II)

Aquati (1997) revela que Petrônio não se sentia atraído pelo estilo literário contemporâneo, aquele “gosto novo” adotado por Sêneca e Lucano. Ao contrário, o autor identifica uma certa simpatia do *arbiter* pela épica virgiliana, ainda que não seja seu seguidor mais fiel, o que denota certo ressentimento às obras clássicas, veneradas à exaustão. É necessário ressaltar que, em todo o contexto cômico-parodístico que marca a obra, pode-se ler uma crítica sutil, porém mordaz, à sociedade neroniana. Desse modo, é possível apontar o *Satyricon* como pertencente à essa literatura que se opunha aos costumes da corte de Nero, ainda que de modo bem

diferente de Sêneca e de Lucano. Paratore (1987, p. 549), sobre Petrônio, declara:

Aberto quer às reevocações fascinantes da grande arte augustal, quer ao gosto do humano e do confuso, aos movimentos modernistas do asianismo contemporâneo, ele preferia, como verdadeiro e grande artista, representar, com impressionante poder e precisão de sinal e com maravilhosa capacidade de penetração, o mundo novo que fermentava sob o invólucro agora corroído das instituições tradicionais: aquele mundo variegado e pletórico, interesseiro e triste, de libertos e negociantes, de gente de traficâncias, de prazeres e de vícios, que representava, infelizmente, a maior e mais verdadeira reserva de energia do Império declinante.

O *Satyricon* ainda é inovador à medida que se insurge em um tempo em que não havia lugar para obras que apresentassem um presente, em constante mutação, e não o passado acabado – característico nos poemas épicos e inerentes aos outros gêneros elevados da Antiguidade Clássica. Assim o atesta Bakhtin (1988, p. 411):

Em seu conjunto, o mundo da grande literatura da época clássica é projetado no passado, no longínquo plano da memória, não dentro de um passado real e relativo, que está ligado ao presente por constantes transições temporais, mas no passado dos valores dos começos e dos fastígios. Este passado está distanciado, acabado e fechado como um círculo. Conseqüentemente, todos os gêneros elevados da época clássica, isto é, toda a grande literatura, era construída na área de uma representação distante, fora de qualquer possível contato com o presente em seu caráter inacabado.

Por conseguinte, a representação da contemporaneidade era considerada inferior, ou melhor, era objeto somente dos gêneros inferiores. A vida atual permite uma desconfortável contemplação de sua própria época que ainda está se fazendo - devido a isso, se sujeita à reinterpretação e à reavaliação. Bakhtin (1988, p. 412) considera que o presente “vulgar”, “instável” e “transitório” é o principal objeto de representação parodística e ainda afirma que,

nessa peculiaridade, se encontram as “autênticas raízes folclóricas do romance”. Logo, relaciona o tempo presente, no contexto literário, ao aparecimento da paródia, pois propicia a ridicularização de todos os gêneros elevados e das grandes figuras mitológicas, dos costumes e da própria sociedade. Isso seria uma espécie de rebaixamento que passa pelo processo de dessacralização, desmitificação e, ainda, suscita possíveis indagações no contexto sócio-político. Evidencia-se que o *Satyricon* jamais seria uma obra reconhecida e consagrada em seu próprio tempo, parodiar e contrariar padrões, caros à alma romana, não o fariam figurar junto aos nomes canonizados na literatura clássica e mesmo ser reconhecido como ilustre escritor em sua própria época. Paratore (1987, p. 545) expressa que:

Sêneca era figura que havia dominado demasiadamente em política e na literatura; Lucano tinha a auréola de mártir em combate aberto contra a tirania e escolhera um assunto que apaixonava ainda a alma romana; Petrónio, autor de uma obra demasiado alheia à tradição áulica dos rétores, não podia aspirar a suplantar os dois grandes cordoveses na função de máximo representante da sua época.

É importante ressaltar que o representar da atualidade propicia uma familiarização que desnuda o mundo para que se possa examiná-lo livremente, bem como as pessoas da época e suas opiniões. Distante dos grandes temas, busca-se a representação do que existe de mais desprezível, tomados das baixas esferas da vida cotidiana – no *Satyricon*, qualquer situação fútil ou fortuita torna-se motivo para a representação. Mesmo a linguagem utilizada por Petrónio se apresenta multifacetada e se aproxima ao máximo da linguagem coloquial popular. Nos diálogos, Petrónio dá voz àqueles que, claramente, não dominam o Latim Clássico (consagrado pelos grandes poetas). E todo o discurso é reproduzido na linguagem própria das cortesãs de ínfimo grau, dos taberneiros e dos libertos; desse modo, pode-se reconhecer a origem social da qual são provenientes através das suas próprias

falas. Por isso, no *Satyricon*, através da fala das personagens, identifica-se desde o latim com todas as suas correções formais, até aquele Latim Vulgar com vocabulário limitado, simples e prático.

Outra questão relevante é o foco narrativo presente nesse romance, sabe-se que, nos gêneros elevados, a narrativa realizava-se em terceira pessoa, particularidade herdada da poesia épica. No gênero épico, sobretudo, o narrador era um ser divino (a musa), o que oferecia uma áurea de total credibilidade às narrativas e ainda preservava a distância necessária para narrar fatos acontecidos em tempos remotos. Todavia, eis que todas as filhas de Mnemosine são dispensadas, a musa não serve mais para contar os fatos sob diversas perspectivas através da sua onisciência e onipresença. Assim, no *Satyricon*, toda a história é narrada sob um único ponto-de-vista, o cenário descortina-se através da visão de Encólpio, ao mesmo tempo narrador e personagem, em torno do qual se passam todas as ações. Consequência disso é que se pode representar um narrador que não é onisciente, uma vez que se refere aos fatos apenas a partir de seu ponto de vista e, praticamente, se atém ao presente dos acontecimentos, no ritmo em que acontecem. Portanto, não há perspectivas múltiplas, o mundo é sentido e vivido de acordo com as emoções e vivências do próprio protagonista “Há muito vos prometo o relato das minhas aventuras, e quero, hoje, cumprir a palavra. ” Apesar disso, Petrónio não se vale de momentos de magnas descrições ou expõe excessivos julgamentos com relação às personagens com os quais o jovem narrador se depara. Para tanto, utiliza-se do discurso direto em que as personagens provenientes das camadas populares de Roma falam com seu próprio estilo, em uma linguagem coloquial. E o discurso de cada personagem passa também a caracterizá-la (classe social, profissão). Assim, Petrónio adequou a linguagem à situação e à personagem, possibilitando, de forma inovadora, que o povo comum assumisse o protagonismo em muitos momentos da narrativa. Na esteira de Aquati (1997, p. 77):

o *Satíricon* é o primeiro escrito latino em que a prosa substitui o verso como veículo da linguagem amorosa e das brincadeiras eróticas. [...] No fim das contas, tudo se passa como se o romance, tomando por objeto *quod facit populus*, invertia por sua conta a matéria épico-histórica: é a história de pessoas sem dignitas possível, a história de pessoas que não interessavam à História e que o historiador, como o poeta épico, rejeita deliberadamente na sombra da inutilidade e da insignificância. Em face da epopéia e da história, o surgimento do romance na Roma do I séc. aparecia como um evento subversivo.

Convém lembrar que, no tempo em que o *Satyricon* foi escrito, a representação do herói já tinha, em Homero, o modelo consagrado. Por conseguinte, o protagonista do romance petroniano constitui uma deturpação desse modo homérico de celebração de grandes heróis, que se distinguem, entre outros predicados, pela origem (sempre semidivina) e pela posição social (pertencentes à classe dominante). Embora em diferentes planos históricos, o herói homérico tornou-se o herói de todos os tempos; divergindo pela fala, pela indumentária, pelas armas e pela religião que professam, mas os processos mentais e os valores morais, a que se sacrificam, são muito semelhantes porque assentam sobre a mesma base psicológica. Encólpio, o herói de Petronio, se aproxima em muitos aspectos do herói retratado no romance moderno, pois não se apresenta rígido, mas sujeito a constantes mutações. A representação de um herói, que conservava uma essência acabada e perfeita, começou a revelar certa irrealidade nas novas condições da existência humana (BAKHTIN, 1988, p. 424).

Nesse aspecto, Petronio, ao escrever seu romance, já se antecipava, desconsiderando a existência de uma relação do homem, na sociedade de Nero, com a natureza do herói épico, pois pratica a expressão de um caráter mais verista do homem e da sociedade, corroborando com o processo de destruição da distância épica. Para representação de um sujeito mais próximo da realidade, é necessário resgatá-lo para o presente de eventos inacabados, isso constitui, segundo Bakhtin (1988, p. 424), o principal motivo para reestruturação da representação do homem no romance. Nesse

processo, exerceram um papel relevante as representações cômicas, pois “o cômico destruiu a distância épica e pôs-se a explorar o homem com liberdade e de maneira familiar, a virá-lo do avesso, a denunciar a disparidade entre a sua aparência e o seu fundo” (BAKHTIN, 1988, P. 425).

Pode-se concluir que o *Satyricon* preconiza todos os aspectos do romance que, até a segunda metade do século XVII, será considerado um gênero menor, sem prestígio. Isso porque, como observamos no texto de Petrónio, essa obra subverteu todos os valores caros à tradição literária de Roma, e, no entanto, na modernidade, tornou-se um gênero tão prestigiado. Nesse ínterim, acredita-se ter elucidado questões relativas à natureza prototípica do romance. Consciente, porém, de que a questão não foi esgotada, nem de longe, não podemos nos furtar de verificar até a que ponto chegou a influência da obra de Petrónio na formação do gênero romanesco.

Referências

AQUATI, Cláudio. **O Grotesco no Satíricon**. Tese de Doutorado: Letras Clássicas e Vernáculas, FLCH, USP, 1997.

_____. **Linguagem e caracterização na ‘Cena Trimalchionis’**: Hemerote Glotta. UNESP/ São José do Rio Preto, 1994-1995.

_____. **O narrador na ‘Cena Trimalchionis’: ironia e omissão**. SBEC. UNESP/ São José do Rio Preto, 1995, 10 pp.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1988.

BRANDÃO, Jacynto Lins. **A invenção do romance**. UNB, 2006.

PARATORE, Ettore. **História da Literatura Latina**. Tradução de Manuel Loss, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

PINHEIRO, M. P. F. Origens gregas do género. In: FEDELLI, P.; LEÃO, D.; OLIVEIRA, F. (coords.) **O romance antigo: origens de um género literário**. Coimbra: 2005, p. 9-32.

PETRÔNIO, Caio. **Satíricon**. Tradução e posfácio Cláudio Aquati. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

REUTER, YVES. **Introdução à análise do romance**. Tradução de Ângela Bergamini et al. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 157-8.

CARLOTA RAINHA, DE ROBERTO ATHAYDE: A HISTÓRIA PORTUGUESA NA DRAMATURGIA BRASILEIRA

Edson Santos Silva¹

Mariana Dittert²

Roberto José Austregésilo de Athayde é um dramaturgo carioca, nascido em 1949, filho do célebre jornalista Austregésilo de Athayde, que ocupou a presidência da Academia Brasileira de Letras. O jovem Athayde tinha dificuldade com a escola e fora expulso diversas vezes; com isso, passou a estudar em casa, mas ainda tendo acesso a um bom letramento. Aos 17 anos retornou ao ambiente escolar, ingressando em uma escola em Michigan, nos Estados Unidos. Com a sua volta ao Brasil, escreveu e estreou sua primeira peça, *Apareceu a Margarida*, aos 23 anos, em 1973, com a representação feita por Marília Pêra e a direção por Aderbal Freire-Filho. Essa peça foi censurada devido à ditadura no Brasil, embora tenha sido maior sucesso de sua carreira, revelando-o como uma aparição grandiosa para o panorama do teatro mundial.

Além dessa peça, o dramaturgo escreveu outros textos dramáticos; em 1971, *O Reacionário*, *Um Visitante do Alto* e *Manual de Sobrevivência na Selva*, que integram, juntamente com *Apareceu a Margarida* e *No fundo do sítio*, a coletânea *As peças precoces*, publicada pela Nova Fronteira (2003). Em 1983, escreveu *Os Desinibidos e Crime e Impunidade*, e em 1986 a famosa adaptação de *O Mistério de Irma Vap*. O autor produziu, além dos textos dramáticos, romances históricos e ficções em língua estrangeira. *Carlota Rainha*, obra publicada em 1994, se encaixa no gênero drama histórico e faz parte

¹ Professor Associado de Literatura Portuguesa na UNICENTRO/I. E-mail: jeremoabo21@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Letras/PPGL/UNICENTRO/G. E-mail: marianadittert16@gmail.com

das obras que compõem as figuras da Casa de Bragança, junto da peça *D. Miguel Rei de Portugal*, cuja temática é resgatar o nascimento da democracia no Brasil, em meados do século XIX.

“A corte de Portugal sã e salva na linda Baía de Guanabara!”

Carlota Rainha é uma peça filtrada pela realidade, que apresenta em dois atos figuras reais e importantes do cenário constitucional do Brasil, dentro do espaço Brasil-Colônia. A peça é narrada pelo ex-secretário da Rainha, José Presas, que, exilado na França, sem receber pelos serviços prestados, resolve denunciá-la a todo o povo como a Rainha caloteira. Na voz de Athayde, Carlota foi escolhida como a personagem principal, pois ela é “adequada para simbolizar o que veio antes, o absolutismo consagrado pelo direito divino dos reis. Optei por um conteúdo autêntico, apesar de tendencioso [...]” (Ciclo de Leituras Dramatizadas - Academia Brasileira de Letras, 2008).

José Pressas, nosso narrador, inicia a história da Corte com a vinda da Família Real às terras coloniais, o Brasil, que se deu com a guerra e a impetuosa invasão de Napoleão à Península Ibérica, e a ideia do Rei D. João em sair fugido para uma terra desconhecida. É nesse momento que Presas é designado secretário da Princesa Regente.

Perturbada pelas notícias, em 1808, na casa em Botafogo, onde a Rainha tinha sua própria corte, Carlota Joaquina percebe a situação em que se encontra sua família, com a regência de Napoleão, e nesse momento declara sua intenção de ser aclamada Princesa Regente da América do Sul; e a missão de preparar o terreno para esse acontecimento é dada ao seu secretário. Nessa primeira missão, há o primeiro nó da peça, ou seja, a primeira busca da personagem por seu desejo; a partir daí, as demais personagens agem no sentido de desatar esse nó.

O primeiro problema ocorre ainda nos preparativos, quando D. João, que antes havia apoiado os planos de sua esposa, agora já não os via com bons olhos, retirando a permissão dada a ela para que fosse até Buenos Aires para ser aclamada, o que aponta a tensão da ação.

Nesse momento da peça nota-se um jogo de interesses a favor e contrários à vontade da Rainha. Repentinamente, Montevideu clamou por ajuda da Princesa Regente Carlota Joaquina; o problema maior estava no pedido monetário do Governador, o que demandou da Princesa lançar mão de mais alianças e negociações, ainda que seu secretário a fizesse dispor de diversas joias suas em prol dessa ajuda, porém, não sendo suficiente, teve de recorrer a outras fontes.

Enraivecida, Carlota recebe mais notícias das ações de seu esposo. Ele havia feito uma trégua entre Montevideu e Buenos Aires, trazendo seu exército brasileiro novamente para terras brasileiras, dando adeus Carlota ao seu Vice-Reinado. Mas ela, cada vez mais ferrenha, busca ser Regente da Espanha, tarefa que ela despacha a seu secretário. Causando um verdadeiro incômodo aos aliados do Rei, como a Inglaterra, D. João decide, ouvindo o Embaixador da Inglaterra, mandar o secretário da Rainha para fora do Brasil, e Carlota, não tendo nada a contradizer, o que perturba e resente seu secretário. Mas ela não o perde de vista, demandando mais serviços na Espanha, para que ela suba ao trono espanhol como regente.

As indicações cênicas ou as didascálicas são essenciais dentro do texto teatral, pois mostram as verdadeiras facetas das personagens. No primeiro ato, algumas indicações se fazem mais presentes quando está em cena Carlota Joaquina, como vê-la irritada e provocante, principalmente em momentos em que surgem os conflitos e a busca pela resolução, o que o narrador acentua bem em suas falas, quando se vale da ironia. Nota-se sua irritação toda vez em que não consegue o que procura, o poder; no entanto, como sua postura é sempre buscar novas ideias e novas alianças, Carlota não cede e negocia sua vontade, mas leva as outras personagens a quererem o mesmo.

Carlota e o estigma da Rainha má

Com o poder de Carlota aumentando, devido a sua passagem de Princesa para Rainha, ela buscava cada vez mais imposição ao seu poder, segunda ela, “respeito”, desde os mais baixos, como o

povo que morava no Brasil, como o corpo diplomático, que era a favor do Rei, seu marido; “[...] apenas para intimidar a população diante do seu poderio e sobretudo humilhar o corpo diplomático com a sua incontrolável xenofobia.” (ATHAYDE, 1994, p.100). Nesse momento, seu ex-secretário já se encontrava exilado, e Carlota o substituiu, colocando seu escravo favorito na função, Filisbino. Nota-se que a imposição de poder da Rainha desencadeará as demais ações das outras personagens.

Entra Carlota. Em passos rápidos, dirige-se ao Rei, estende sua mão a ele, mas puxa-a ligeiramente, beijando seu rosto, assustando-o. Carlota mostra-se íntima ao Rei, tratando-o carinhosamente, mas ele é direto, deixando-a perplexa. Há uma clara discordância de interesses no diálogo, ficando ambos furiosos: “Chega! [...] Basta de contrariar a vontade de cima, do Rei que já disse e do céu que em lugar de dengosa Princesa me deu megera vituperante!” (ATHAYDE, 1994, p.117). Com isso, entra o Intendente, para controlar a situação; o Rei coloca sobre a mesa o decreto e ordena que ela se retire. Nesse momento, Carlota volta-se ao Rei, “odienta” – “Ah, mil vezes Infanta de Espanha pra não me rebaixar ao boçal, desprezível vizinho! Cuspo Eu, Carlota Bourbon...” (ATHAYDE, 1994, p.119). Depois dessa cena, cai por terra a cobrança de Presas a Carlota, ele havia perdido as esperanças, mas, exilado, sem receber e sem medo, continua a contar os atos de Carlota.

Desse momento em diante são apresentadas novas peripécias no caminho. Enquanto as terras brasileiras iam ganhando atenção, Portugal ia sendo abandonado e deixado em mãos estrangeiras, o que fez com que o Povo se revoltasse. A junta que estava governando Portugal exigia a volta do Rei, mas ele não estava querendo voltar: “Preferia mil vezes sua sesta tropical de São Cristóvão a enfrentar de novo o oceano e, pior ainda, revoltosos em Lisboa [...]” (ATHAYDE, 1994, p.121).

O Rei, no entanto, continua tentando achar solução para Portugal, sabendo que era impopular a ida de seu filho, D. Pedro, para Portugal; o que não constava ao Rei, era seu filho não acatar suas ordens. “Mas Dom Pedro não é feito da mesma massa que o

Rei. É do tipo impulsivo: não quis se conformar com as ordens do pai e... resolveu pela primeira vez botar as manguinhas de fora: *preparou um golpe*, gente! Contra a própria vontade do Rei de Portugal...!” (ATHAYDE, 1994, p.134).

Dom Pedro “aderiu” aos revolucionários que estavam no Brasil; estava o Rei nas mãos de seu filho primogênito, sem saber desses seus planos. Carlota, indignada com as atitudes de seu esposo, escondido por de trás de seu filho, estava ciente de que Dom Pedro tinha planos. Dom Pedro surge diante de seu pai exigindo uma constituição para Portugal e para o Brasil, dizendo que os revoltosos naquele momento clamavam pela oficialização do Rei, mas o Rei diz não existir, porém, o filho ferrenho ressalta que era a única solução, e ele conseguiu.

O príncipe Dom Pedro volta-se ao povo e anuncia sua permanência no Brasil, e os gritos bradam ao novo Regente, que mais tarde aclamou a Independência dessas terras. A cena treze é emblemática. A ultrajante despedida da Família Real, e principalmente da polêmica Rainha, que saía em meio aos gritos do povo: “Viva a Rainha Nossa Senhora! Piedade da gente, Madame Rainha! Puta! Puta! Vai que é mole! Té Logo, Carlota! Pega ladrão! E ela, delirante, retribui “Até nunca, macacada! [...]” (ATHAYDE, 1994, p. 172).

A última cena é do narrador, que, sem receber e até mesmo sem esperar mais por isso, faz seu discurso final, dizendo em suas últimas palavras: “A política, enfim, que precede o relato: são as mil aventuras da vaca no brejo! Entende tudo, povo, goza e aprende a sofrer a Imperatriz-Rainha ou *então se revolta e destrona*: ela que deu o brilho e apresentou para vocês.” (ATHAYDE, 1994, p.175); mais do que a vontade realizada de seu filho, foi mais uma dissimulação de Carlota Joaquina.

Um ponto importante que rodeará nossa análise é compreender o espaço que permeia a Literatura e a História, como se comprometem com o texto de forma diferente, ainda que uma possa servir à outra como forma de subsídio. A História compromete-se assiduamente em retratar os fatos realmente ocorridos, ou seja, tem a função de falar a verdade, enquanto a

Literatura, sendo uma arte, tem a liberdade que falta à História, pois pode contar uma história como também interpretá-la, pode criar verdades, tendo existido ou não; o texto literário não exerce comprometimento com a História. Ao tratarmos de um drama histórico, passaremos por essa didática.

A literatura enquanto arte vem desmistificar esse passado histórico, possibilitando apontar respostas para muitas dúvidas acerca da história que foi imposta, mas que nunca passou a ser convincente; pelo contrário, deixou sempre lacunas, espaços vazios que alimentaram a curiosidade histórica do homem [...]. No entanto, é importante lembrar que a ficção com olhos para a história não deixa de ser antes de tudo ficção, e, por isso se permeia [...] pela invenção, pela subjetividade, ela não é história. Porém, há uma diluição de fronteiras que separam a literatura e a história, e essa diluição tem como resultado os gêneros híbridos, como a biografia, o romance histórico, o drama histórico ou teatro histórico. (BARAUSSE, 2021, p.40)

Nosso trabalho se valerá de uma prudente análise da peça, atendendo ao olhar da narrativa dado ao leitor por Dr. Presas. O narrador deve ser creditado até mesmo segundo Carlota, mas ele não será aqui uma verdade unificada.

O depoimento de Presas é apaixonado e injusto, sem dúvida, em muitos passos. Isso, porém, não invalida a larga soma de informações que o livro possui sobre uma série de fatos e episódios que interessam à história. Para outros, porém, o testemunho de Presas é “digno de fé, merecedor de crédito”. A julgar pela opinião da própria Carlota Joaquina, seu secretário “deve merecer inteira fé”, diz. (Edições do Senado Federal – V. 130 -Brasília, 2013; Tradução revista, anotada e prefaciada por R. Magalhães J.)

A pesquisa seguirá o viés da análise teatral presente no texto “A personagem do teatro”, de Prado (2009), que propõe analisar a personagem de teatro de três formas, o que nos guiará a pensar os passos da personagem Carlota, esquematicamente: o que ela faz, o que as outras personagens dizem ao seu respeito e o que a

personagem fala de si. São três possibilidades de análise, mas nos deteremos, pertinentemente, ao que a personagem Carlota Joaquina, dentro da peça *Carlota Rainha*, de Roberto Athayde, revela a respeito de si mesma.

Décio de Almeida Prado afirma que o que a personagem revela acerca de si mesma só oferece algum interesse ou alguma dificuldade técnica quando se trata de trazer à tona esse mundo semi-submerso de sentimentos e reflexões mal formuladas, dos quais mal chegamos a ter plena consciência; o autor explana que é possível chegar a esse fluxo de consciência, no entanto, pelo romance. Com isso, o autor entende que o teatro não é o meio mais adequado para investigar as *zonas obscuras do ser*.

[...] torna-se necessário, não só traduzir em palavras, tornar consciente o que deveria permanecer em semiconsciência, mas ainda comunicá-lo de algum modo através do diálogo, já que o espectador, ao contrário do leitor do romance, não tem acesso direto a consciência moral ou psicológica da personagem. (PRADO, 2009, p.88)

Apesar dessa constatação, o teatro conseguiu ultrapassar essas restrições, criando alguns elementos capazes de executar esse papel de prospecção; Prado elege-nos três: o confidente, o aparte e o monólogo. O confidente é, de acordo com Prado, o desdobramento do herói, é um amigo, empregado, é um personagem no qual deixamos cair nossas defesas, confessando até o inconfessável. Já no aparte o confidente somos nós mesmos, só o público ouve as maquinações da personagem; surgiu, no entanto, inserido pelo Realismo, a *quarta parede*, que é um recurso imaginário para separar público do personagem, o que Prado diz que é *ridículo*, mas “[...] de resto, o aparte jamais exerceu funções de grande transcendência [...]” (PRADO, 2009, p.89). O monólogo, como já diz a palavra, partindo do realismo moderno, é a personagem que está efetivamente sozinha, em conversa consigo mesma, o que o autor vai dizer que só é admitida em casos especiais; ele cita, por exemplo, *A Morte do Caixeiro-Viajante*, de Arthur Miller, em que os

desvanecios solitários do personagem são sintomas de sua desagregação mental.

Ao pensarmos o que a personagem faz, entramos no âmbito da ação, e isso, para algumas correntes, como a realista, legitima o teatro. “Drama, em grego, significa etimologicamente ação: se quisermos delinear dramaticamente a personagem devemos ater-nos, pois, a esfera do comportamento [...]” (PRADO, 2009, p.91). O termo ação não é equivalente apenas a movimento, pois, no teatro, o silêncio, a omissão, a recusa a agir, dentro do contexto da peça, também funcionam dramaticamente.

O terceiro modo de conhecimento da personagem é o que os outros dizem a seu respeito. Prado destaca nesse tópico o papel que o autor atribui à personagem, o grau de consciência crítica, que em certas circunstâncias não precisariam ter ou não teriam. Isso se fortificou no século XIX, dado que antes dessa época não se fechavam por completo as ideias do autor. Shakespeare não hesitava em carregar suas personagens com suas próprias *meditações*; o realismo moderno condenava a personagem a ser unicamente ela mesma, tirando o autor de cena. Brecht reformulou a relação autor-personagem. Seu pensamento era instaurar um teatro político, que não fosse neutro perante a sociedade, incitando a ação e não à contemplação.

A presença do autor em seus espetáculos faz-se sentir clara mas indiretamente, através do espetáculo propositadamente teatral, dos cenários não realistas, ilustrados com dísticos explicativos sobre a peça, das canções que desfazem a ilusão cênica e põem o autor em comunicação imediata com o público. (PRADO, 2009, p.97)

“Do Brasil não levarei nem o pó”

No primeiro ato da peça, Carlota nega seu próprio sobrenome, Bragança, aliás, vindo do marido; desde o começo de suas falas, a personagem mostra sua repulsa pelos Bragança; para a rainha, eles são uma corte covarde, que foge às guerras. E ela estende isso ao

Brasil: “Não me fala, criado, nessa terra de nego com que Deus é servido castigar esse Meu sangue! [...] Esconderijo infeliz para uma corte da Europa...” (ATHAYDE, 1994, p.26).

Já nas três primeiras cenas, a Rainha Carlota aspira às suas principais cartadas. Em um diálogo com seu secretário Presas, ela fala de si, alegando sua obrigação como Infanta da Espanha, na falta de seus antecessores, que estavam presos por Napoleão: “Pela graça de Deus, Infanta de Espanha, eu tenho obrigações que vou saber cumprir. Na falta de meus pais e irmãos sou eu que detenho o direito divino Bourbon. [...] Eu sim devo tomar alguma providência e que seja da mais radical possível, porque a situação pede isso. [...]” (ATHAYDE, 1994, p.29). Aqui há a primeira visão dela a respeito de si mesma, de que apenas ela era capaz de salvar a corte espanhola: “Devo ir a Buenos Aires, doutor, me fazer aclamar Princesa Regente da América do Sul, pelo menos até que a matriz se defina.” (ATHAYDE, 1994, p.29).

Buscando a aliança com a Inglaterra, há uma segunda afirmação de si; Carlota, com *certa ironia*, diz: “Vossa senhoria é um homem esperto. Eu sou mesmo antes de tudo uma Infanta de Espanha porque nasci isso pela graça de Deus. Mas sou também muito ciosa das minhas obrigações como Princesa do Brasil.” (ATHAYDE, 1994, p.35). No mesmo diálogo, ela ainda afirma e chama para si a responsabilidade de ser a esperança espanhola; define-se como herdeira do trono da Espanha e redondezas: “[...] sou Eu a herdeira do trono de Espanha com todo seu império ultramarino!” (ATHAYDE, 1994, p.36), e ainda: “É Minha intenção Me fazer transportar até Buenos Aires para ser lá aclamada Princesa Regente da América do Sul.” (ATHAYDE, 1994, p.37).

Na cena seis, a raiva de Carlota pelo marido fica ainda mais assídua, quando ele resolve ir contra sua vontade, retirando seu apoio para a ida dela até o Rio da Prata. É então que ela se define pelo cansaço, por carregar o marido nas costas:

Quem pode acreditar que é um príncipe da Europa esse otário bundão? João burro e glutão nessa bárbara roça que é o Brasil

colonial! Estou cansada sim de viver empurrando essa cavalgada patética e mansa, cego, gordo e bobalhão, mariquinhas chifrudo, pai mas só no papel de Bourbons que nunca foram Bragança! Coisa chata e pouca esse infante fugido e carola, filho errado e senil da Rainha Maluca! Quem vai me prometer de aturar a cilada constante que ele é? (ATHAYDE, 1994, p.41)

Em seguida, ela declara e se define novamente como a herdeira: “[...] Pois não recebo Eu, herdeira presuntiva do trono de Espanha, os parabéns de todo lado por essa mesma aliança? Nem tenho Eu por acaso a aliança pessoal e provada do próprio comandante da esquadra britânica no Atlântico Sul, o indomável Sir Sidney Smith? [...]” (ATHAYDE, 1994, p.43). Na incessante busca pelo seu reinado, Carlota faz suas preces e se sagra como a futura Rainha: “[...] aqui estou a futura Rainha pronta a lutar por vós! Me dai forças sem par que liquide o inimigo, a asquerosa serpente francesa e seu veneno liberal. [...]” (ATHAYDE, 1994, p.49).

Na cena em que Carlota encontra o banqueiro, para conseguir dinheiro para seus negócios, temos acesso ao joguete de cintura que a Rainha tem para com seu marido. D. João restringe as informações do Banco para ela, ou seja, o banqueiro não passa nada a Carlota, a mando do Rei. No entanto, ela resolve encontrar seu esposo, a fim de que ele atuasse por Montevidéu, além de sondar mais opções. Nessa mesma conversa com Presas, Carlota Joaquina recebe mais um pedido desesperado de Montevidéu; episódica, ela responde: “Por que desesperado se a esperança é a Princesa e a Princesa é a esperança dos fiéis espanhóis? [...]” (ATHAYDE, 1994, p.68).

No encenado encontro com Huidobro, para ser aclamada Princesa Regente, ela age e se prosta com autoridade:

Por isso Eu Carlota Joaquina de Bourbon, pela Graça de Deus Infanta de Espanha e, na falta de Meus Augustos Pai e Irmãos, herdeira de trono de São Fernando e do imortal Carlos III, tomo em Minhas mãos ordenar medidas coerentes com a atual circunstância política. (ATHAYDE, 1994, p.85)

No segundo ato, há o encontro de Carlota e D. João; ela falará do seu lado genetriz, quando ela é afrontada pelo seu marido: “Nem falar dos Meus Filhos admito, que crescem Bourbons, que são livres e fortes e as Princesas ainda menos, que uma delas é pela graça de Deus Rainha da Espanha, pois cada por Mim com meu Irmão El-Rei!” (ATHAYDE, 1994, p.118). Ainda nesse encontro, ela mostra sua engenhosa forma de se sobrepôr: “*Cuspi* na ridícula Casa de Bragança!” (ATHAYDE, 1994, p. 120). E dos mal dizeres que rodeiam a pessoa de Carlota, depois de seu caso com o banqueiro, ela se coloca como vingativa: “A *vingança* vai ser o manjar da Rainha. E chega.” (ATHAYDE, 1994, p. 132).

No diálogo com seus dois filhos, D. Miguel e D. Pedro, Carlota Joaquina fala estar bem em suas presenças. E adiante, ao saber dos desejos do seu filho D. Pedro, declara: “Só assim posso Eu afinal sair desse buraco que se chama Brasil...” (ATHAYDE, 1994, p.145). Antes do fim dessa cena, depois de ficar a sós novamente com D. Miguel, a Rainha fala de si como mãe: “Tomo entre Minhas mãos tua cabeça, filho querido, e esqueço tudo mais. Quem há que não esqueça a vida, as coisas vãs, convencionais, tendo entre as duas mãos a cabeça querida de um filho que nasceu da Nossa vida...” (ATHAYDE, 1994, p.150).

Da ação de D. Pedro, sua mãe espera, junto dos demais filhos e de seu esposo, que a ideia vai dar certo. Ao ligeiro passo em que D. Pedro vai ao encontro de sua família, Carlota vai à sua frente e declara: “Meu Filho varonil, a Rainha obedece orgulhosa do Príncipe que tem: e com muita confiança que tudo vai melhorar se a sua voz prevalece...” (ATHAYDE, 1994, p.163). Na última declaração de Carlota ao povo, ela não apenas fala de si, mas também do sentimento que carrega pelo Brasil, na cena de sua despedida: “Do Brasil nem poeira em levo: adeus, adeusinho! Nem lembrança do pó nem sufoco do mato, que *nada* de bom fica aí!” (ATHAYDE, 1994, p.173).

Carlota Joaquina foi, sem dúvida, uma mulher avassaladora, que marcou a história com sua personalidade; infelizmente, há

pouco material que a retrate elogiosamente, até a obra em análise não pondera esse lado da Rainha.

Até este momento, buscamos mostrar como ela se descrevia, em especial suas falas. Notamos que a relação de Carlota consigo mesma e com as demais personagens sempre foi de sagacidade; ela se interessava, tomava para si os problemas, era perspicaz. Ela era além do seu tempo, um completo *peixe fora d'água* para a época, em que as mulheres pouco estavam no poder ou buscavam por ele, como ela fazia.

Muito há a desenvolver ainda com essa história. Este artigo é uma apresentação da Rainha e, secundariamente, dos demais membros da Família Real, além de trazer a voz de Carlota para além das descrições masculinas feitas a respeito de sua figura. Nessa mistura de realidade e ficção, a peça *Carlota Rainha*, de Roberto Athayde, nos faz pensar acerca da formação de um país. Segundo Hermilo Borba Filho, no prefácio da obra *Carlota Joaquina, A rainha devassa*, de João Felício dos Santos (2008): “... nessa história fantástica bastante real...”, aprende-se a lição de como acontecimentos exatos podem formar um país e de como figuras humanas com fraquezas humanas podem acelerar ou retardar a marcha de um povo [...]”

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian. 2004.

ATHAYDE, Roberto. **Carlota Rainha**. (A casa de Bragança); Rio de Janeiro: Agir, 1994.

BARAUSSE, Sibele. **A face camoniana em Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente, de Natália Correia**. Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro, Guarapuava, 2021.

CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A personagem de ficção**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CORREIA, Fabiana Prudente. **O desabrochar de uma flor em tempos de repressão**: edição e crítica filológica de *Apareceu a Margarida* de Roberto Athayde. Salvador, 2013.

PASCHOLATI, Sonia Aparecida Vido. Operadores de leitura do texto dramático. In: ZOLIN, Lúcia Osana; BONNICI, Thomas. (orgs). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

PRADO, Décio de Almeida. A personagem no teatro. In: CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A personagem de ficção**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SANTOS, João Felício dos. **Carlota Joaquina A rainha devassa**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina. Edições do Senado Federal – Vol. 130 -Brasília, 2013; Tradução revista, anotada e prefaciada por R. Magalhães Júnior.

Reapareceu o Athayde. A vida na montanha-russa do autor de *Apareceu a Margarida*, do sucesso milionário ao ostracismo e vice-versa em poucos anos. Alfredo Riberio. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/reapareceu-o-athayde/> Acesso em: 13 abr.2021.

MÚSICA, MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Roberta Miglioli¹

Partindo-se da análise da música brasileira como suporte para a identidade nacional no campo sociológico, se desenvolverá discussão a respeito deste elemento cultural em meio a visões nacionalistas e miscigenadas, a fim de elaborar-se reflexão a cerca do que seria uma música tida como "genuinamente brasileira". A escolha pelo termo "Tropicalismo musical" remete-se ao recorte específico da pesquisa no âmbito musical do movimento, concentrando-se no recorte histórico entre os anos de 1967 a 1969. O enfoque situa-se nas experiências e produções musicais de seus líderes, Gilberto Gil e Caetano Veloso, buscando-se assim entender a sociedade através do elemento individual. Esta pesquisa visa abordar a importância de discutir-se a identidade brasileira em contraste a visão imperialista, debatendo-se a questão entre o universalismo e o nacionalismo. Tenciona-se também trazer a necessidade de aprofundar teoricamente as relações entre música e identidade nacional.

Consoante a Jessé Souza, houve, inicialmente, dificuldades para a criação de uma identidade brasileira, necessidade esta que emergia em um país recém independente, "de dimensões continentais e sem grande comunicação entre suas diversas regiões" (SOUZA, 2009, p. 35). Ao tornar-se independente, no ano de 1822, o Brasil encontrava-se em urgência para criação de uma identidade própria, confrontando-se, simultaneamente, a um sentimento de inferioridade (movido, sobretudo, por questões econômicas), em relação às nações europeias mais "desenvolvidas". Jessé afirma que, a partir de 1933, com a publicação de Casa-grande & Senzala, por

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: robertalouisemiglioli@gmail.com

Gilberto Freyre, é que se encontra uma verdadeira "virada culturalista" brasileira, já que esta seria a primeira obra em que um autor teria notado, no país, uma relação de "cultura", e não mais a "raça", percebida como um processo histórico de entrelaçamento e interinfluência de hábitos e costumes de vida, como o fundamento da singularidade social e cultural brasileira" (SOUZA, 2009, p. 36). Estas ideias encontram respaldo nos interesses políticos de Getúlio Vargas, na década de 30, que, em meio à construção de um Estado Reformista, firmava-se no alicerce de utilização de energia simbólica do brasileiro para promoção de união nacional. Após instauração de uma política industrial no país, era necessária criação de ideais comuns a fim de promover união e harmonia aos brasileiros, propiciando através do "mito da brasilidade", importante sustentáculo para a nação (SOUZA, 2009, p. 39).

É relevante salientar que, antes mesmo ao estado Varguista, surge uma preocupação, por parte dos artistas do Movimento Modernista, com a elaboração de uma identidade genuinamente nacional, a qual englobasse todos os elementos concomitantes ao povo brasileiro para a construção de algo novo. Estes esforços destacaram-se, principalmente, com a Semana de Arte Moderna de 22. Em "O Movimento Modernista", Mário de Andrade, um dos grandes nomes do movimento, frisa os principais objetivos do grupo, que consistiriam no "direito permanente a pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional" (ANDRADE, 1942, p. 45), para, desta maneira, construir uma nova consciência coletiva ao país. Para Andrade, o Modernismo teria sido "o primeiro movimento de independência da inteligência brasileira" (ANDRADE, 1942, p. 64), salientando, ainda, a necessidade de reverificação do "instrumento de trabalho" para que, desta forma, o brasileiro pudesse se expressar com identidade. Acreditava também no grande avanço da música e pintura como instrumentos de expressão nacional (ANDRADE, 1942, p. 59).

A Música, por sua vez, obteve grande destaque nas pesquisas de Mário de Andrade, encontrando em "Ensaio sobre a música

brasileira" uma detalhada análise sobre no que consistiria, de fato, uma música efetivamente brasileira, já que esta era "a mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação da nossa raça até agora" (ANDRADE, 1972, p. 7). Andrade demonstra inquietação em relação aqueles que caracterizavam como brasileira apenas a música de origem autóctone, já que só estes seriam "legitimamente brasileiros". Para o autor, tal afirmação consistiria em "ignorância dos problemas sociológicos, étnicos psicológicos e estéticos" (ANDRADE, 1972, p. 3), já que a arte nacional proveria da inconsciência do povo, e não de seleção arbitrária de seus componentes. A música brasileira seria feita, consoante a Andrade, de fontes estranhas: "a ameríndia em porcentagem pequena; a africana em porcentagem bem maior; a portuguesa em porcentagem vasta" (ANDRADE, 1972, p. 7), além de ritmos de Cuba, Uruguai, e outras vertentes musicais europeias, como as danças polca, valsa e mazurca. Afirmava, desta maneira, que a relação do brasileiro com a arte estrangeira não deveria ser de repúdio, mas sim de adaptação, considerando como "preconceito prejudicial repudiar como estrangeiro o documento não apresentando um grau objetivamente reconhecível de brasilidade". (ANDRADE, 1972, p. 7)

Para Marcos Napolitano, a música popular seria produto do século XX, ou "ao menos sua fonográfica, com seu padrão de 32 compassos, adaptada a um mercado urbano e intimamente ligada à busca de excitação corporal (...) e emocional" (NAPOLITANO, 2002, p. 12). Conforme o autor, sua origem estaria vinculada ao processo de urbanização e também ao aparecimento das classes sociais, concepção esta que se assemelha a adotada por José Tinhorão. Em conformidade a este, a música também poderia ser analisada, no plano social, como expectativas das classes sociais brasileiras que, a partir do Brasil República, "começaria a ser produzida com caráter de artigo destinado ao consumo cultural da sociedade urbana" (TINHORÃO, 2013, p. 219). Para José Ramos Tinhorão, havia uma característica, presente nas classes mais altas brasileiras, em buscar entretenimento na arte produzida na Europa,

através de poetas, moda e principalmente por meio da música. Já a camada mais popular, concentrava-se nos ritmos de senzala e no que futuramente se conheceria como choro, unindo por meio da sonoridade baianos, negros, cariocas, e quaisquer outros que quisessem juntar-se a miscelânea cultural promovida pela música. Estes, em sua grande maioria, vindos da zona rural, suscitaram esta "consequência cultural" através da "coexistência de tais comunidades culturais", agregando-se, na condição de trabalhadores livres, em um Rio de Janeiro que na época já abrigava mais de 500 mil habitantes (TINHORÃO, 2013, p. 278). Para o autor, dessa maneira, fazia-se entender a cultura popular urbana; "assim dividida em classes - reservava para o povo miúdo as criações autênticas, e para as classes média e alta o mero consumo das modas importadas" (TINHORÃO, 2013, p. 221). Observava-se, na recém surgida classe média brasileira, um "desejo de superar a realidade desagradável da sua pobreza de origem", procurando não apenas disfarçá-la, mas também "adotar os modelos criados para o equivalente de sua classe nos países mais desenvolvidos". (TINHORÃO, 2019, p. 222)

A análise de Tinhorão, da construção de uma musicalidade através das classes sociais, aponta para uma singular situação a qual as classes mais baixas se encontravam; um processo de fortalecimento criativo intenso, em contra partida à busca da classe média pela cultura importada. Em meados de 1900, o Rio de Janeiro abrigaria duas das maiores criações culturais populares do país; o carnaval e também o samba. O Rio "figurava deste o século XVIII como um dos maiores redutos de população negra do Brasil" (TINHORÃO, 2013, p. 277), fato este que, consoante a Tinhorão, era resultado da condição portuária da cidade, operando como notável centro distribuidor de mão de obra, primeiramente direcionada a exploração de ouro na região mineira e, posteriormente, para trabalho nas grandes lavouras cafeeiras paulistas. O samba teve sua largada sob o título de "samba carnavalesco" (TINHORÃO, 2013, p. 295) e, o que a princípio concentrava-se em uma arte gratuita, teve na criação do registro das canções na "Seção de direitos autorais da

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, o que José Ramos Tinhorão definiria como "o início do processo de profissionalização dos músicos com talento criador saídos das partes populares". É relevante salientar que, esta mistura promovida pelo samba carnavalesco, concentrava migrados nordestinos, mas, principalmente negros, estes que predominavam a classe baixa do Rio de Janeiro (TINHORÃO, 2019, p. 279). Stuart Hall traz em “A Diáspora: identidades e mediações culturais”, a questão da etnicidade negra na pós-modernidade que, a partir to mundo global, passou a admitir uma postura de "profunda e ambivalente fascinação [...] pelas diferenças sexuais, raciais, culturais e, sobretudo, étnicas” (HALL, 2019, p. 337). Hall enfatiza que, independente do "quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular", as pessoas continuam a observar, nesta compilação e nestes semblantes, as experiências responsáveis por sua constituição, figuras estas as quais a cultura popular perscruta (HALL, 2003, p. 337). Através da musicalidade, vocabulário, transvios e locais, a cultura popular negra proporciona um atributo heterogêneo e novo, possibilitando, desta maneira, originalidade de existência e também de representação.

Tinhorão também expõe reflexão a respeito do movimento da Bossa Nova, edificada durante a década de 1940, obtendo ascensão no ano de 1958. Enxergado de maneira negativa pelo autor, esta primeira onda da Bossa Nova, produzida pela classe média carioca no pós-guerra, seria composta por uma "camada de jovens completamente desligados da tradição musical [...], ante a ausência daquela espécie de promiscuidade social que havia permitido [...] uma rica troca de informação entre classes diferentes" (TINHORÃO, 2013, p. 326). Para Tinhorão, estes jovens músicos da zona sul, que constituíam a nova vertente musical brasileira, acabaram por descontinuar a herança do samba popular e transfigurar o ritmo já existente (TINHORÃO, 2013, p. 326). O autor acredita que, ao exaurir-se da música importada norte-americana,

os jovens da Bossa Nova optaram por trazer ao samba elementos estrangeiros do jazz e da música clássica, tornando a canção nacional mais "próxima do gosto internacional" e passando a assemelhar-se até mesmo na forma de cantar, aos cantores estrangeiros, por meio de vocalizações.

Tinhorão enxergava, de maneira semelhante, o movimento musical Tropicalista - surgido no final da década de 60, em São Paulo, tendo como líderes Gilberto Gil e Caetano Veloso (TINHORÃO, 2013, p. 339). Definido por seus representantes como uma tentativa de "retomada a linha evolutiva da tradição da música brasileira na medida em que João Gilberto fez", o movimento emerge, como uma experiência de representação do "universal". Para Tinhorão, todavia, os artistas tropicalistas rendiam-se a dominação norte-americana ao utilizar-se de elementos como a guitarra elétrica, "chegando à tese que repetia no plano cultural a do governo militar de 1964 no plano político-econômico" (TINHORÃO, 2013, p. 341). Ao não se preocuparem com a "invasão do internacionalismo programado pelas multinacionais", os tropicalistas estavam deixando de lado a chance de posicionar-se ideologicamente a fim de promover resistência política em meio a um ambiente ditatorial. Ideias como estas, promovidas por Tinhorão, representam uma ruptura com autores como Stuart Hall, que se utilizou da identidade na pós-modernidade como objeto de estudo. Para Hall, há este pressuposto de que identidade cultural seja "fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior" (HALL, 2003, p. 24), sendo assim impenetrável a fatores terrenos, como migrações "temporárias", por exemplo. Consoante ao autor, as identidades culturais na pós-modernidade não devem ser encaradas desta maneira fundamentalista, já que "nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas, ascendendo dos "quatro cantos do globo" (HALL, 2003, p. 30). Hall salienta o fenômeno da globalização e seu desdobramento em desconsolidar os modelos identitários homogêneos. Estes passam a apresentar

um caráter estável; diversificando sua composição e desenlaçando limites, trazendo verdadeira pluralidade para aquelas antigas identidades vinculadas aos Estados-nação dominantes (HALL, 2009, p. 46). Ademais, o autor manifesta inquietude em relação a postura das culturas emergentes em sentirem-se ameaçadas com a supracitada tendência mundial à integração cultural. Há uma propensão destes em, de maneira defensiva, construir barreiras regionais em nome do nacionalismo. O medo da hibridização teve ser superado e comutado pela compreensão de que esta miscigenação está sendo responsável por transformar não apenas nações específicas, mas o mundo como um todo, executando desta forma papel de agente renovador de uma ampla cultura moderna (HALL, 2003, p. 85).

Nota-se, portanto, uma descontinuidade, por meio de José Ramos Tinhorão, das teorias de Stuart Hall e Mário de Andrade, os quais acreditavam que a assimilação de vários elementos constituintes da etnicidade de um povo colaborariam para a construção de uma identidade híbrida. Seria necessário também ter consciência a respeito do contexto político global, "e a noção de que o significado não é fixo, de que não existe uma lógica determinante global que nos permita decifrar o significado ou o sentido ideológico da mensagem contra alguma grade" (HALL, 2019, p. 334). Para Hall, a cultura global seria "desterritorializante em seus efeitos", consoante também, desta maneira, a Andrade, que salienta a importância de não nos restringirmos a utilizar-nos apenas elementos nacionais para a construção de uma música genuinamente brasileira, já que "se fosse nacional só o que é ameríndio, também os italianos não podiam empregar o órgão que é egípcio, o violino que é árabe, o cantochão que é grecoebraico" (ANDRADE, 1972, p. 3), constatando, por fim, a situação dos povos europeus serem consequência de migrações pré-históricas, não existindo assim nem mesmo uma arte puramente europeia.

Referências

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. 3a ed. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ctrom/mantrate/mantrate.ptf>.

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**: conferencia lida no Salão de Conferencias da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 30 de abril te 1942. Disponível em: <http://www.bibliotecatigital.unicamp.br/tocument/?cote=64439&opt=1>.

CAMPOS, Augusto de. Cf. Entrevista de Gilberto Gil a Augusto de Campos, **Balanço da Bossa e outras bossas**, 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1974, pg. 193. Disponível em: https://monoskop.org/images/5/58/De_Campos_Augusto_Balanco_ta_bossa_e_outras_bossas.ptf.

CÂNDIDO, Weslei; SILVESTRE, Nelci A. Coelho. **O Discurso da Antropofagia como estratégia de construção da identidade cultural brasileira**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/tisplaG/90055427>.

GUIMARÃES, V. A passeata contra a guitarra e a “autêntica” música brasileira. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., ant GUIMARÃES, V. (orgs) **Identities brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 159. Disponível em: <http://books.scielo.org/it/h5jt2/ptf/rodrigues-9788579835155-07.ptf>. Acesso em: 10/09/2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. (Liv Sovik, org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003. Disponível em: http://www.grupotec.net.br/wpcontent/uploads/2015/10/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall-book.ptf.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos**

anos 1970. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/ptf/ea/v28n80/06.ptf>.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**, quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MOVIMENTO LUMPA: REGISTROS ÉTNICO-RACIAIS DE COMPORTAMENTOS SOCIAIS

Jefferson Olivatto da Silva¹

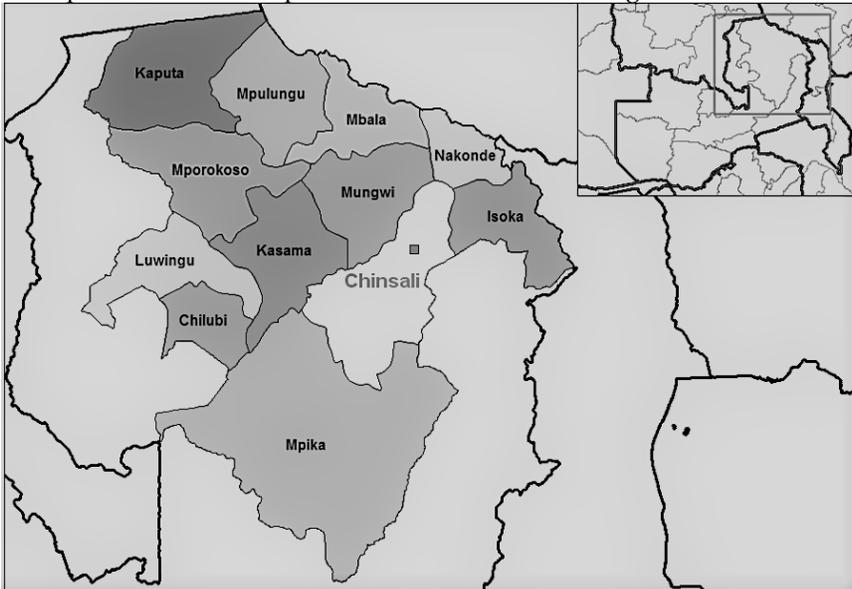
As resistências africanas frente ao colonialismo europeu precisam ser observadas por uma perspectiva distinta. A falta de compreensão das práticas culturais trouxe ao solo africano demonstrações de racismo na forma de desprezo, por outro lado, esta mesma atitude possibilitou às populações locais se reorganizarem e estabeleceram relações distantes dos parâmetros epistemológicos, mesmo cognitivos, dos estrangeiros. Nesse ínterim é que discorreremos sobre as ações do Movimento Lumpa (ou Lumpa Church, Igreja Superior), que africanizou o cristianismo em torno da figura de sua fundadora: Alice Mulenga Lenshina Lubusha (1920-1978). Podemos corroborar a noção de formação de novas matrizes da consciência africana moderna, como apontaram Comaroff e Comaroff (1991), devido ao capitalismo na África Austral ser potencializado pela introdução de organizações cristãs na região central do continente desde a década de 1870, pela nascente medicina tropical ocidental, pela exploração em larga escala de minérios, pela convergência com os anseios políticos e econômicos de uma elite zambiana em busca de independência e a militarização dos africanos em decorrência das duas grandes guerras mundiais.

Alice Lenshina apresentou uma trajetória religiosa significativa a respeito de respostas africanas às aflições comunitárias do norte da Zâmbia e do Malauí e sul da República Democrática do Congo (RDC) entre 1955 a 1964. Alice Lenshina foi

¹ Doutorado em Ciências Sociais (UNESP/Marília); Pós-Doutorado em História (UFPR), Pós-Doutorado em Educação (UFPR). Docente Depto. Psicologia Social e Institucional – UEL. E-mail: jeffolivattosilva@uel.br

responsável pelo Movimento Lumpa que reinterpretava o cristianismo, como também fez o Kabanguismo (RDC), Igreja Etíope (África do Sul) e Watchtower/Kitawala (Malawi e Zâmbia), para citar alguns da primeira metade de 1900 na África Austral. Vale lembrar com Rotberg (1991) que as práticas e apelos cristãos, correspondentes aos interesses do capitalismo exploratório (COMAROFF; COMAROFF, 1991), inseriram no interior da África subsaariana o germe da noção de agregação moderna de nação (DA SILVA, 2019; 2015a; 2015b). No entanto, o poder ascendente do Movimento Lumpa foi entendido como refratário aos poderes políticos da nascente elite zambiana, na figura da *United National Independence Party* (UNIP) com Kennedy Kaunda (primeiro presidente), bem como ao grupo dos líderes masculinos católicos do instituto do Cardeal Lavignerie, Missionários da África (ou Padres Brancos por seu hábito de linho branco) e dos da *United Free Church of Scotland* (Livingstonia Mission), principais grupos em disputas simbólicas no Distrito de Chinsali, desde 1905 – quando os missionários da Livingstonia começaram suas ações sob protestos de Mgr. Joseph Dupont a Codrington embora os missionários católicos teriam presença efetiva a partir de 1926 (OGER, 1991) - onde o Movimento nasceu e se desenvolveu (IPENBURG, 1992; CALMETTES, 1978; 1972). As práticas religiosas, como da batalha contra a feitiçaria, foram potencializadas por Alice Lenshina a partir do antagonismo criado em Chinsali. Ademais, a introdução da escolarização foi outro elemento desagregador entre os adeptos católicos e protestantes, visto que a adesão a fé seria elemento basal para os filhos estudarem em determinada escola (DA SILVA, 2015a; IPENBURG, 1992; OGER, 1991; CALMETTES, 1978).

Mapa 1 – Chinsali: Capital da Província de Muchinga – NE - Zâmbia



Fonte: Rarelibra (domínio público), 2021.

Nesses termos, procuraremos demonstrar de que maneira a trajetória do Movimento Lumpa pode oportunizar a interpretação de aprendizagens de longa duração matricentral na região denominada por Audrey Richard (1957) de cinturão do matriarcado, por atualizar tais aprendizagens em uma doutrina cristã a partir da vida comunitária do distrito de Chinsali. Para tanto, estamos realizando uma revisão bibliográfica, que será interpretada pela concepção de constelações de aprendizagens, que dialoga com a Antropologia de Educação e Psicologia Social Comunitária (DA SILVA, 2016), mediante os efeitos de processos de aprendizagem de longa duração por comportamentos sociais compartilhados em resposta às demandas locais. As constelações de aprendizagens oportunizam compreender quais interações sócio-históricas fizeram-se presentes na trajetória do Movimento, que caracterizam uma identidade religiosa específica.

Hastings (1979) aponta três linhas de experiência que demarcaram o Movimento: o cristianismo missionário, as ações de

erradicação de feitiçaria que ganharam força no século XX com os grupos cristãos e a frustração política dos primeiros anos da Federação da Rodésia (Northern Rhodesia, Southern Rhodesia and Nyasaland – correspondendo a Zâmbia, Zimbábue e Malauí). Segundo os registros, a jovem Alice Lenshina que havia sido batizada por um grupo protestante, teria ficado em um estado de coma (ou transe) devido à malária em 1953. Esse momento é caracterizado por ela, e reiterado em seus cânticos (HINFELAAR, 2004; CALMETTES, 1978), como uma epifania: deus lhe havia dado a oportunidade de conhecer Jesus e a incumbida de propagar sua palavra sagrada.

Havia um apreço pelas ações de Alice Lenshina devido a composição de cantos cristãos e princípios cristãos repetidos por ela (HASTINGS, 1979), como a proscrição de poligamia, adultério, rituais tradicionais, divórcio, uso de álcool e tabaco. Assim, em 1954, após ter sido batizada ela teve autorização de falar sobre o evangelho pelo missionário protestante e escocês, Rev. Fergus Macpherson (1921-2002).

Jean-Loup Calmettes (1938-1993), missionário católico do instituto dos Padres Brancos, que acompanhou de perto o Movimento, dedicou sua tese ao tema, apresentada em 1978, *The Lumpa Sect, Rural Reconstruction, and Conflict*. Ele descreve que Alice Lenshina introduziu bençãos e ritos que seriam facilmente legitimados pelas instituições cristãs – quer protestantes quer católicas. Além disso, refere-se ao trabalho de seu *confrères*, também missionário do mesmo instituto, Louis Oger (1991), ao relatar, que ela fez uso de práticas locais de bençãos para o aumento da durabilidade dos grãos de colheita, como da medicina tradicional *mutifu* para manter os grãos como se estivessem na planta antes da colheita.

Diferente de uma lógica de empreendimento religioso-econômico, Calmettes (1986) argumenta que ela não teria ido nesta direção, embora contrário aos argumentos de Oger (1960). Em carta enviada a seu tio, chefe Mubanga, Alice Lenshina pediu dinheiro a ele reclamando que seus diáconos estariam drenando o dinheiro do Movimento, neste caso, absorvendo para si o prestígio antes de chefes e/ou políticos. A vida comunitária do Movimento contava com o

apoio de seus mais de 70 diáconos de diferentes áreas. O Movimento teria insistido até contra a poligamia, inclusive, do casamento de viúvas como segunda esposa de alguém já casado, como aconteceu com a trajetória de Alice Lenshina (ROTBURG, 1961).

O advento da independência da Zâmbia na década de 1950 e 1960, após o enfraquecimento dos impérios em decorrência da Segunda Grande Guerra Mundial, trouxe uma aberta desconfiança contra os europeus, inclusive contra os missionários. De acordo com Oger (1991), eles passaram a ser denominados de *bacisanguka* (traidores), *bamwisa* (invasores) e *cisanguka* (aqueles que se transformam em feras, como leões, para devorar as pessoas). Até os padres africanos eram vistos com desconfiança, chamados de negros ocidentais.

Os rumores podem ser acompanhados por meio de vetores refratários, neste momento, direcionados contra os não locais. No entanto, isso não significou uma definitiva aproximação entre protestantes e católicos, visto que o Movimento Lumpa se despontou como uma via distinta; tais rumores otimizavam a adesão à igreja de Alice Lenshina como afirmação das identidades comunitárias locais para criar fronteiras à vida moderna – que pouco proporcionava acesso aos benefícios da modernidade. Parcialmente, a UNIP de Kennedy Kaunda – que desenharia o slogan “One Zambia, One Nation” - se interessou pela ideia desses vetores, já que a construção da nação zambiana precisaria romper com as fronteiras identitárias anteriores, por outro lado, esse interesse de unificação em prol da governança destoaria dos distanciamentos políticos e econômicos legitimados pelo Movimento.

Segundo o diário do posto missionário de Kayambi (18/03/1956), católicos compuseram um cântico contra Lenshina e o mal que ela estaria causando, posto que alguns de seus seguidores morreram por terem sido enfeitados por ela após visitá-la. Vale lembrar que os missionários no início da missionação em Zâmbia foram acusados de matarem as pessoas que abençoavam quando estas estavam em leito de morte até as primeiras décadas de 1900; pelos mesmos dispositivos, os

médicos foram acusados de se apossarem de seu sangue, órgãos e ossos durante as experimentações dos primeiros tratamentos contra a tripanossomíase africana até a década de 1930 (DA SILVA, 2015a; 2015b).

As práticas de feitiçaria e possessão eram refratárias ao cenário social, principalmente, na primeira metade do século XX – mas que até hoje as acusações de feitiçaria servem para combater instituições religiosas e pessoas. Nesse sentido, o primeiro pároco zambiano de Ilondola, Pascal Mwamba Kakokota, em abril de 1956 foi acusado de ser feiticeiro, o que era uma acusação grave. Seu acusador, Joseph Mumba do Movimento Lumpa, foi preso e em torno de 500 adeptos passaram a protestar por mais de 10 dias em frente a *boma* (administração local). Com efeito, 64 adeptos foram presos e o esposo de Alice Lenshina, Petros Chitankwa Mulenga, foi considerado o agitador e sentenciado a dois anos de prisão (IPENBURG, 1992; CALMETTES, 1972).

A acusação mútua de feitiçaria por parte de ambos grupos, teria sido o acervo cultural para que Alice Lenshina desenvolvesse práticas e rituais, além de reiterar sua luta. Como Calmettes (1978) assevera ter sido comum em seus cânticos encontrar o uso dos termos *mulwani* (inimigo), *mubi* (pessoa maléfica) e *fibi* (objetos maléficos).

A mudança de novos parâmetros socioeconômicos, como atestado por Richards (1970), pôde ser observada pelo itinerário de muitos vilarejos que ficavam um ou dois anos desolados na dependência de seus anciãos. Este efeito era provocado pelo crescente interesse de jovens que, em busca de dinheiro, iam em grupos trabalhar nas minas de prospecção nesses períodos. Vale ressaltar que a introdução da vida moderna na Zâmbia teve como um de seus pivôs as práticas e lógicas doutrinárias cristãs, até tendo que lidar com a greve de catequistas por melhores salários (DA SILVA, 2019).

Para Calmettes (1978), pela filiação de Lenshina aos protestantes, após seu coma (epifania), em dois meses ela já era encorajada a pregar, algo distante da prática católica do catecumenato e, ainda mais, tomar a oratória para si. O apreço de Alice Lenshina se alterou quando ela começou a batizar novos membros, já que era uma ação proscrita a ser

mulher e negra. Em 1955 funda sua igreja e consegue agrupar até 1964 aproximadamente 150.000 mil adeptos (*Leshinites*) na Zâmbia, República Democrática do Congo e Malauí.

Podemos dizer que de forma intercultural o Movimento Lumpa conseguiu atrair adeptos em vista do reposicionamento da mulher no cenário religioso e familiar, conforme já apontou Hastings (1979) e reiterado por Kangwa (2018), correspondendo às aprendizagens de longa duração do cinturão matriarcal (RICHARD, 1957): *nacimbusa wa chisungu* (mãe dos emblemas sagrados da iniciação feminina e do casamento), *cibinda wa ng'anda* (responsável familiar pelas obrigações religiosas), mulheres como geradoras e sacerdotisas das famílias, *kabunda wa mapepo* (condutora das orações em tempos de desastres e epidemias. Alice Lenshina, segundo Kangwa (2018), por meio da profecia e adivinhação conduzidas com hinos, práticas de cura e a justiça e equidade de gênero, teria conseguido reinterpretar e africanizar o cristianismo de forma mais eficiente que missionários cristãos católicos e protestantes.

As atitudes centrípetas do Movimento de afastamento da política e não pagamento de impostos transformaram-se em ameaças aos interesses da UNIP. Assim, aduzindo aos rumores contrários à Alice Lenshina de homens religiosos (pastores, diáconos, padres e catequistas cristãos) e de autoridades político-econômicas, sob a liderança de Kennedy Kaunda, as violências contra o Movimento intensificaram-se até seu massacre em 1964 – com registros de torturas, estupros e queimas de corpos - duas semanas antes da proclamação da independência do país, Alice Lenshina e seu marido foram conduzidos ao cárcere domiciliar sem julgamento até a morte da profetisa em 1978, quando o templo é destruído a mando do presidente Kaunda (KATULWENDE, 2018; HUDSON, 1999; ROTBERG, 1975). Podemos observar que o Movimento trazia à tona práticas ancestrais de cultos familiares e comunitários do protagonismo feminino, anterior à ênfase, por exemplo, da supremacia do Chitimukulu (chefe supremo Bemba) na segunda metade do século XIX (BINSBERGEN, 1983).

Outrossim, essa ascensão feminina era contrária aos esforços missionários cristãos em lapidar a figura do ser supremo, visto que esses líderes suprimiram os aspectos femininos de Lesa ou Lisa (deus supremo local convertido no deus cristão) para enfatizar o domínio e dependência masculina, conforme atestaram Richards (1957) e Hinfelaar (1997).

Tal sentimento de aversão hegemônica outorgou o banimento da igreja de Alice Lenshina e estendendo-se às suas ramificações. Até o momento, observamos a continuidade dessa aversão para resguardar a supremacia de gênero e interesses estrangeiros. Ora, a ameaça de perda do poder, ou de sua divisão, continua atuante no imaginário zambiano como um trauma à hegemonia político-religioso-econômica. Por isso que a Mutendere Church, ramificação da Jerusalem Church, considerada como vinculada aos ensinamentos do Movimento Lumpa, tentou se registrar como sociedade e foi rejeitada pela suprema corte do país em 1981 em nome da lei e ordem (SUPREME COURT, 1981), sendo a sentença mantida até o momento.

Podemos concluir por meio das constelações de aprendizagem, que a trajetória do Movimento Lumpa forneceu elementos para interpretarmos seus vetores de atração e refração. Mesmo que a ênfase seja dada a sua fundadora, Alice Lesnhina, devemos lembrar que seus diáconos foram fundamentais para a organização das ações na formação de uma nova comunidade cristã livre do jugo europeu. Para entendermos esses processos não-ditos pelos adeptos, mas pelos que fizeram os estudos sobre o Movimento, em sua maioria atores religiosos católicos (Calmettes, Oger, Hastings e Hinfelaar) e protestantes (Ipenburg), lançamos mão dos rumores como dispositivos sociais de aprendizagens aderidas pelo Movimento. Observamos que os rumores puderam otimizar fronteiras identitárias para convergirem interesses a favor do Movimento ou contrários à alteridade do Movimento. A partir do Movimento, os rumores atuavam como trajetórias das respostas locais às aflições comunitárias produzidas pela imposição de uma consciência estrangeira pautada no trabalho assalariado, movimentos grevistas,

apelos ao mercado de escolarização e tratamentos alopáticos. Além disso, inicialmente catalisou a concepção de unificação para além das identidades locais, que convergia os anseios nacionalistas da UNIP e Kennedy Kaunda (presidente de 1964-1991) em busca da independência. Nesse contexto, o Movimento conseguiu metabolizar práticas de cura e cuidado comunitário e um espaço social de protagonismo da mulher zambiana para reflorescer no cinturão matriarcal a ancestralidade dos cultos da terra e dos ancestrais. Por outro lado, os poderes masculinos e cristãos locais, e estrangeiros impulsionaram rumores refratários à Alice Lenshina, desmoralizando-a publicamente em púlpitos religiosos, políticos e acadêmicos e fomentando o ódio aos adeptos, o que provocou violências cotidianas para resultar no massacre em 1964 e sua prisão domiciliar sem julgamento por 14 anos. A partir dessa interpretação observamos que as forças de atração e refração do Movimento podem direcionar novas linhas de interpretação a partir dos dispositivos sociais e considerar que a independência não era um anseio social, unicamente, político, já que os trabalhos tangenciam de que maneira outras forças de refração, isto é, a atuação das empresas de prospecção, puderam ser atuantes contra o Movimento.

Referências

BINSBERGEN, Wim van (1983). **Religious change in Zambia: Exploratory Studies**. London: Keegan Paul.

CALMETTES, Jean-Loup. (1978). **The Lumpa Sect, Rural Reconstruction, and Conflict**, MSc (Econ). Tese, University of Wales.

_____. (1972). The Lumpa Church and witchcraft eradication. **Conference on the History of Central African Religions**, Lusaka, 30 August to 8 September 1972. 31 p.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. (1991). **Of revelation and revolution – Christianity, colonialism and consciousness in South Africa**. Vol. 1. Chicago: University of Chicago Press.

DA SILVA, Jefferson O. (2016). Aprendizagens comunitárias africanas de longa duração e em larga escala segundo a expansão banta. **Revista Thréskeia** 05(1): 84-107.

_____. (2019). A formação da consciência católica e os catequistas africanos. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 11(21): 253–269. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10808>>. Acesso em: 10/06/2021

_____. (2015a). **O expansionismo católico na Bembalândia**. Curitiba: Editora Prismas.

_____. (2015b). As resistências africanas diante das medidas preventivas coloniais contra a doença do sono na Zâmbia (1890-1920). **História: Questões & Debates**, 62 (1), jan./jun.:73-105. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/44148>>. Acesso em: 10/06/2021.

HASTINGS, Adrian. (1979). **A history of African Christianity (1950-1975)**. Cambridge: Cambridge Uni. Press.

HINFELAAR, Hugo F. (2004). **History of the Catholic Church in Zambia 1895-1995**. Lusaka: Bookworld Publishers.

_____. (1997). **Bemba-Speaking Women of Zambia in a Century of Religious Change (1892-1992)**. Leider: Brill Academic Publisher.

HUDSON, John. (1999). **A Time to Mourn: A Personal Account of the 1964 Lumpa Church Revolt in Zambia**. Lusaka: Gadsden Publishers.

IPENBURG, At. (1992) **All Good Men: The Development of Lubwa Mission, Chinsali, Zambia**. New York: Peter Lang.

KAUNDA, Mutale; Nadar, Sorijini. (2012). Remembering and resistance: Lenshina Mulenga's search for justice and peace. **The Ecumenical Review** 64(1): 346–56.

KATULWENDE, MALAMA. (2010). The Lumpa massacre. **Zambian Economist**. Disponível em: <<http://www.zambian-economist.com/2010/03/lumpa-massacre.html>>. Acesso em: 13/04/21.

KANGWA, Jonathan (2018). Prophecy, Divination and Gender Justice in the Lumpa Church in Zambia. **Feminist Theology** 27 (1):75-92.

OGER, Louis. (1991). **Where a scattered flock gathered – Ilondola (1934-1984)**. Zambia: Missionaries of Africa.

_____. (1960?). **Lumpa Church: The Lenshina Movement in Northern Rhodesia** – religious sect found by Alice Lenshina. Zambia: FENZA.

RICHARDS, Audrey. (1970). The Lumpa Church of Alice Lenshina. In ROTBERG, Robert & MAZRUI, Ali. **Protest and Power in Black Africa**. London: Oxford Uni. Press.

_____. (1957). **Chisungu: A girl's initiation ceremony among the Bemba of Zambia**. New York: Grove Press.

ROTBERG, Robert. (1965). **The rise of nationalism in Central Africa (1873-1964)**. Cambridge: Harvard Uni. Press

SUPREME COURT. LABSON ZIMBA v REGISTRAR of SOCIETIES and the ATTORNEY GENERAL (1981) Z.R. 335 (S.C.). Disponível em: <<https://zambialii.org/zm/judgment/1981//19.pdf>>. Acesso em: 13/04/21.

A NOVA DIREITA NO BRASIL E A UTILIZAÇÃO DE SÍMBOLOS JUDAICOS: UM ESTUDO RECENTE

Helena Ragusa¹

“Nasci aqui, bebi na fonte de sua cultura, fiz do seu passado o meu, só respiro bem sob seu céu e tenho me esforçado, por meu lado, para defendê-la o melhor que puder.” Marc Bloch (2011, p. 14).

Assim como a direita sempre esteve presente na arena política brasileira, a construção de um judeu imaginário também não é algo novo.

No Brasil, o período varguista retrata bem esse cenário – ambíguo é verdade, conforme mostra a historiografia. Maria Luiza Tucci Carneiro em sua obra *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*, fruto da tese de doutorado defendida no ano de 1987, publicada primeiramente em 1988 e depois reeditada em 2001, numa edição ampliada pela Editora Perspectiva, ganha destaque e repercussão na mídia e também entre a comunidade acadêmica de historiadores trazendo para a esfera pública questões, embora polêmicas, até então silenciadas, como o antissemitismo presente nas primeiras circulares secretas editadas pelo governo Vargas, as quais revelavam restrições para com os judeus que fugiam do nazismo no período que compreende a 2ª Grande Guerra.

Recentemente, Michel Gherman (2019) passou a investigar os usos políticos dos símbolos judaicos e israelenses nas manifestações políticas ocorridas principalmente na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos três anos do governo atual, e constatou que tais usos “faziam parte das atividades políticas, tanto nos Grupos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: helenaragusagranado@gmail.com

da chamada “Nova Direita” brasileira, como também nos protestos de setores da esquerda local” (GHERMAN, 2019, p. 1).

Foi no ano de 2008 – retornando de Israel – que Gherman afirma ter percebido o que considera “duas coisas paralelas nas manifestações públicas, um aumento da presença de bandeiras palestinas em manifestações, ao mesmo tempo em que havia um aumento das bandeiras de Israel nas manifestações” (GHERMAN, 2020b). As manifestações enquanto um “fenômeno político”, de acordo com Gherman, seriam aquelas ocorridas ao final do governo Lula, referentes às privatizações que no período se deram, e aí a identificação de muitas bandeiras palestinas, uma presença, segundo ele, diferente do que ocorria com as manifestações de direita², “maior do que o normal”.

A questão, que veio a se tornar tema de seu pós-doutorado, compreende o uso de tais bandeiras como uma forma de marcar presença, mas também o que considera um significado diferente, uma “relação mais de grupo e não só de indivíduo” (GHERMAN, 2020b).

A presença maior da direita nas manifestações vai ocorrer de acordo com o autor aproximadamente no ano de 2013 em diante, e aí Gherman diz ocorrer o que chamará de “transmigração de bandeiras israelenses de lugares de manifestação religiosa, cultos, rezas”, a exemplo de passeatas, como a *passeata com Jesus* (GHERMAN, 2020b).

Em seu relato, Gherman teria ido a uma das manifestações ocorridas no ano de 2013 e, segundo ele, esta contava com aproximadamente 1 milhão de pessoas. Naquele ano, enquanto morador de um bairro de classe média na cidade do Rio de Janeiro, o qual considera conservador, chamou sua atenção as filas que se formaram no metrô para as pessoas seguirem para o local da manifestação, e que, segundo ele, “nunca tinha visto isto antes, uma vez que em geral as manifestações saiam de lugares como a região central da cidade e não de um bairro de classe média” (GHERMAN, 2020b).

² De acordo com Gherman (2020b), essas eram muito poucas naquele momento.

Ao chegar na manifestação, Gherman afirma ter notado um grupo que dialogava com outros grupos de outros lugares, um “subterrâneo político” que parecia orientar a manifestação (GHERMAN, 2020b).

Por alguma razão que mais à frente Gherman parece desvendar, tratava-se ali de uma manifestação de direita com muitas bandeiras de Israel.³

Em 2019, num texto escrito para a *Revista Época*, intitulado *Israel Imaginário é usado politicamente pela direita e pela esquerda*, Gherman (2019) parece perceber a adesão dos símbolos judaicos em outros espaços:

De um tempo pra cá, parece haver mais interessados em adquirir o estandarte do Estado Judiciário. Nas periferias das metrópoles brasileiras, também é cada vez mais comum deparar com este e outros símbolos, por assim dizer, “judaicos”. Eles estão em casas simples, nas ruas e nas igrejas evangélicas, onde costumam dividir o altar com insígnias cristãs (GHERMAN, 2019, p. 1).

O assunto foi tema na Conferência ocorrida em Haifa, Israel, em janeiro de 2020, sob o título: Política e religião no Brasil e nas Américas: Igrejas evangélicas e suas relações com o judaísmo, sionismo, Israel e comunidades judaicas (IBI, 2020a), promovido pelo Instituto Brasil-Israel⁴ (IBI), pela Universidade de Haifa e pelo

³ Gherman afirma que não sabia dizer por que considerava essas manifestações de direita, por que não conhecia ninguém ao seu redor, “os grupos, as camisas, não eram conhecidas minhas, eram significados como, V de vingança, eram significantes com significados diferentes. Não conhecia as camisas, não conhecia as bandeiras, não conhecia as pessoas e não conhecia a dinâmica”. O autor estranha também o trajeto da passeata, que, segundo ele, foi diferente, pois comumente as passeatas começavam na Candelária e caminhavam para a Cinelândia, indo em direção ao Maracanã (GHERMAN, 2020b).

⁴ Em suas palavras, o IBI teria um papel fundamental, pois serviria como “um produtor, mediador, o idealizador de um fenômeno de reflexão sobre algo que afeta todos os judeus do mundo” (GHERMAN, 2020b).

Núcleo interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (Niej) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBI, 2020b).

Muito embora, meses antes, a discussão tenha surgido no encontro do Ciclo de Conversações Online do LABTECC – Conversações Contemporâneas Para Vidas Afirmativas Durante e Para Além do COVID⁵, é na conferência de Haifa que o tema ganha novos contornos.

Sobre o fato de que no Brasil haveria mais bandeiras de Israel nas manifestações evangélicas ou da nova direita do que nas manifestações israelenses, judaicas, Gherman explica que a utilização de símbolos judaicos por evangélicos é um debate que no Brasil ainda não começou; no entanto, compreende que “o fenômeno social antecipa a reflexão sobre ele”, um processo “complexo” admite o pesquisador (ROUBICEK, 2020).

Figura 1 - Manifestante bolsonarista em Brasília agita mastro com bandeiras de Brasil, Israel e EUA



Fonte: Roubicek (2020).

⁵ O encontro ocorrido de forma remota sob o título *Extrema-direita, Fascismos e o Judeu Imaginário no Brasil*, contou com a participação de Michel Gherman, que, numa proposta interdisciplinar, foi disponibilizado em algumas plataformas digitais, tais como o *Facebook*, transmitido ao vivo (IBI, 2020c).

A não percepção, ao menos não com a atenção devida, por parte da comunidade judaica brasileira sobre o significado do uso das bandeiras de Israel nesses lugares, levaria “em última instância à percepção de que o antissemitismo aumenta, facilita a aceitação dessas bandeiras em manifestações pró-Israel e a comunidade judaica em algum sentido percebe isso como aliados” (GHERMAN, 2020a).

O *Israel imaginário* sobre o qual esses grupos que estão, de certo modo, introspectando a judeidade falam é “religioso, armado e fanaticamente fundamentalista”, tendo pouca relação com o país que de fato existe e afirma:

O que a comunidade judaica precisa entender é que a sua identidade judaica tem a ver com ela e não com aqueles que a utilizam, uma dificuldade importante porque pode produzir reações muito graves, pode produzir um antissemitismo que ainda não se tem no Brasil. Mas é mais importante porque os jovens judeus que vêm para Israel fazer Shnat, conhecer o país, retornam com outra visão e passam a se tornar inimigos dessa perspectiva (GHERMAN, 2020a, p. 1).

O autor enfatiza ainda que “a comunidade judaica pode viver com sua pluralidade e tem que entender que o sionismo com sua pluralidade existe e não precisa ser colonizado pelos evangélicos” (GHERMAN, 2020a), afinal trata-se fenômeno judaico, portanto “produzido a partir de uma pluralidade imensa, uma diversidade imensa, e esse sionismo é o sionismo que existe. O sionismo da Igreja Evangélica é produzido a partir de perspectivas deles, e não do povo judeu” (GHERMAN, 2020a).

O que se verifica é uma comunidade ideológica do presente:

Na perspectiva da nova direita brasileira, Israel é visto como um “muro”, uma barreira de defesa contra como proteção mais prementes: em âmbito global, a expansão da cultura islâmica, que se irradia a partir do Oriente Médio; em âmbito local, um de grupos de esquerda, do movimento LGBT e de coletivos feministas, num cardápio que só aumenta no país. Nesse sentido, enquanto Israel é entendido como a ponta de lança do ocidente, os coletados são

considerados aliados locais. Não por acaso, a nova direita brasileira vê o judaísmo (ou Israel, não importa) como parte de uma civilização maior, uma “civilização judaico-cristã” (GHERMAN, 2019, p. 1).

O que percebemos então é o que o pesquisador chama de “conversão do passado brasileiro por parte dessa nova direita brasileira cristã”, a qual, a partir de “uma agenda conservadora muito específica”, adotou um judeu para chamar de seu, de tal modo que nele visse a salvação dos grupos presentes em seus devaneios conspiracionistas:

Por isso, para eles, é importante denunciar e confrontar a conspiração islâmica, a Conspiração Gay, a conspiração marxista e muitas outras formas de conspiração. Todas essas parcelas estão sempre relacionadas a “grupos perigosos”, como os apresentados acima. Se por um lado existe um senso de existência de “grupos negativos”, que são sempre vistos como corporações uniformes e homogêneas do mal, por outro lado, existem “coletivos positivos”. Se o mal é visto como grupos uniformes e homogêneos, as entidades “boas” também são vistas como grupos uniformes (GHERMAN, 2020a, p. 1).

Dos perigos que decorrem dos maus usos dos símbolos judaicos, principalmente aqueles voltados para fins políticos, Ghermann faz um alerta:

Perceber o sionismo de esquerda como inimigo, perceber pessoas que são a favor da solução de dois Estados como inimigos, é em última instância fortalecer perspectivas que em último lugar, lá no final desse processo, podem produzir um antissemitismo grave, podem produzir uma divisão na comunidade judaica” (GHERMAN, 2020a, p. 1).

Para toda ação uma reação: os judeus vão às redes

“[...] ‘as imagens e discursos não são exatamente o real’, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a ‘um outro ausente’”.

Sandra Jatahy Pesavento (1995, p. 15).

A onda conservadora que se abateu sobre o Ocidente de alguns anos para cá trouxe à tona antigos ressentimentos. Embora nunca adormecidos, o ódio, o preconceito e a intolerância parecem ter encontrado novas bases para se fortalecer e, neste caso,

[...] inegavelmente, a mídia se tornou uma ferramenta poderosa na formação da consciência coletiva, impregnando com imagens, gestos, performances e narrativas a construção ou a reconfiguração do que podemos chamar de Outro, aquela figura historicamente colocada como “inimigo”, “impuro” ou “detentor de pecados”, mormente o destoante da imagem ariana padrão: branca, cristã e europeia (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 362).

Mais uma vez o judeu surge em meio a um discurso – não exclusivo da direita, mas também da esquerda – que ora o tem “como um explorador das classes menos favorecidas, ao mesmo tempo como um cosmopolita que pretende dominar o mundo” (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 371).

No Brasil, no tocante àquilo que os estudos recentes realizados por Michel Gherman (2020a) mostram, a questão é ainda mais complexa, principalmente porque a virada no cenário político, a qual há pouco mencionei, afetou o modo como grupos ligados à esquerda e à nova direita brasileiras lidam com as questões relacionadas a Israel e às questões judaicas.

A ideia de uma Israel militarizada e conservadora como um exemplo a ser seguido e construída pela nova direita brasileira cristã só é possível se o judeu que nela estiver for aquele que

[...] vem direto de um suposto reino da Judeia, de um suposto reino de Davi, de um suposto reino de Salomão. E vem direto para essa agenda neofascista do bolsonarismo. É um judeu que não passa pela modernidade, pelo liberalismo, pelo socialismo; que não passa por perspectivas civilizatórias típicas da Europa. É um judeu absolutamente desconectado da história. É um judeu conectado a um tempo imaginário (GHERMAN *apud* ROUBICEK, 2020, p. 1).

Não há, portanto, espaço ou tolerância para com “os judeus seculares, para os judeus de esquerda ou para os judeus liberais. Se um judeu é secular ou ateu, não é um ‘judeu de verdade’” (GHERMAN, 2019, p. 1).

Não faz muito tempo os judeus chegaram à *web*.⁶ Andréa Kogan (2016), ao refletir sobre o judaísmo do século XXI, demonstra em seu estudo o quanto os judeus – ortodoxos ou não – estão inseridos neste contexto, uma fonte inesgotável de *sites* e redes – algumas abertas outras fechadas – redimensionando, portanto, a ideia de que “o judeu é o povo do livro” (KOGAN, 2016, p. 115).

No início de 2020, o coletivo *Judeus Pela Democracia* respondeu à manifestação ocorrida em Brasília, na qual esteve presente o presidente Jair Bolsonaro, que, ao subir a rampa do Palácio do Planalto, acenava para seus eleitores carregando consigo a bandeira de Israel junto com a dos EUA:

⁶ Desde o advento e a popularização da internet, o judeu vem ocupando esse espaço, as redes sociais, “o Facebook principalmente, como importantes plataformas para trocas de informações, mas também com seus grupos fechados de interesses diversos, como por exemplo, com vendas e trocas de objetos, relacionamentos, educação” (KOGAN, 2016, p. 118).

Figura 2 - Bandeira de Israel usada em ato que defendia o presidente Jair Bolsonaro



Fonte: Putti (2020).

O coletivo surgiu no final de 2018, no Rio de Janeiro, mais precisamente no contexto das eleições presidenciais que aconteciam no país, como movimento contrário à candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro.⁷ Com o aumento no número de pessoas que passaram a integrar o *Judeus pela Democracia*, a entidade passou a existir tanto no plano digital – em redes como *WhatsApp* (chegando a 100 membros no grupo criado), *Facebook* e *Instagram* – quanto físico, com encontros periódicos nos quais se promovem atividades ligadas fora e dentro da comunidade judaica (COHEN, 2020).

Há um esforço claro por parte de movimentos como o *Judeus pela Democracia*, e aqui refiro-me ao IBI, ao Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (2020) e à Associação Scholem Aleichem (ASA)⁸, que buscam desvincular a imagem do judeu, do governo brasileiro atual.

⁷Os líderes responsáveis pela criação do coletivo seriam, de acordo com Guilherme Cohen (2020), os mesmos que no ano de 2017 protestavam do lado de fora do Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, contrários à presença de – na época deputado federal – Jair Bolsonaro (PSC-RJ), convidado pelo clube para uma palestra.

⁸ Disponível em: <http://asa.org.br/wp/>. Acesso em: 06/12/2020.

O aumento dos casos de antissemitismo no Brasil preocupa. Helena Salem (1995), em seu estudo acerca do neonazismo no Brasil e no mundo, embora afirmasse que aqui viriam a tratar-se de pequenos grupos se comparado a outros países, admitia o fato de que nem por isso deixavam de ser perigosos, principalmente se, segundo ela, “levarmos em conta que constituem parte de uma realidade histórica e filosófica muito mais ampla. Uma realidade de intolerância, de rejeição às diferenças, talvez endêmica a própria história da humanidade” (SALEM, 1995, p. 37).

A palavra *judeu* é uma destas palavras que, quando mencionada, remete necessariamente às associações com o passado, pois ela traz um “passado encapsulado” (OAKESHOTT, 2003, p. 59). Mesmo que não se saiba muito sobre quem são, o que fizeram na História ou o que fizeram com eles, como resistiram, como sobreviveram, como vivem/pensam/agem, sabe-se que os judeus são sujeitos que marcaram a História e foram marcados por ela. Como se o próprio presente fosse resultado do que se acumulou do passado, que então incide sobre nós, “um passado composto por tudo o que nos aconteceu (muitas vezes sem que estivéssemos conscientes na ocasião)”; assim, nossos comportamentos e valores comportam “resíduos” desse passado (OAKESHOTT, 2003, p. 60). A ideia de sofrimento é um dos “resíduos” que a palavra *judeu* carrega e que é possível perceber a partir, por exemplo, das narrativas as quais comumente circulam nos diversos espaços onde a temática aparece.

Não propositalmente este texto foi escrito no ritmo do avanço da extrema direita brasileira. A velocidade e *viralidade*⁹ com a qual as *Fake News*, as apropriações do passado para fins políticos ideológicos, os

⁹ De acordo com Karine Nahon (2015), viralidade estaria associado a “um processo de fluxo de informações sociais em que muitas pessoas encaminham simultaneamente um item de informação específico, por um curto período de tempo, dentro de suas redes sociais e onde a mensagem se espalha além de suas próprias redes [sociais] para diferentes, frequentemente distantes, resultando em uma aceleração acentuada no número de pessoas expostas à mensagem” (NAHON, 2015, s/p).

discursos truculentos contaminados pelo ódio, racismo e pela xenofobia apoiados numa crescente tendência negacionista e revisionista incorporada pelos novos porta-vozes da história trouxeram novos elementos, desafios e, portanto, fôlego a pesquisa histórica¹⁰.

Referências

BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

COHEN, Guilherme. **E eu com isso? #52: Coletivo Judeus pela Democracia**. [Entrevista cedida a] Anita Efraim e Marília Neustein. São Paulo: Instituto Brasil-Israel, 12 fev. 2020. Podcast. Áudio (34 min). Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3IuZm0vcy85MDJjNWZjL3BvZGNhc3QvcnNz/episode/YjBiMDBmN2EtZmY3Ny00Mjk1LTk5OTEtN2U3YTk1NDYzYWYw?sa=X&ved=0CAcQuIEEahgKEwj43-TVwrrtAhUAAAAAQzA8>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FORSTER, Ricardo. **El exilio de la palabra**. En torno a lo judío. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1999.

GHERMAN, Michel. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado via Google Meet. Rio de Janeiro; Londrina, 7 out. 2020b. Vídeo (60 min).

GHERMAN, Michel. Israel imaginário é usado politicamente pela direita e pela esquerda. **Revista Época**, São Paulo, 20 jul. 2019, atualizado em 16 set. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo>.

¹⁰ Soma-se a isso o cenário pandêmico ao qual já fiz menção e que, devido às medidas de isolamento colocadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), me impediu de estar frente a frente com meus entrevistados, de modo que aquelas entrevistas a mim concedidas também tiveram que se ajustar – entre perdas e danos – à nova realidade.

com/mundo/israel-imaginario-usado-politicamente-pela-direita-pela-esquerda-23822015. Acesso em: 5 dez. 2020.

GHERMAN, Michel. **Quando a Nova Esquerda e a Nova Direita Encontram o Israel Imaginário, no Brasil**. São Paulo: IBI, nov. 2020. Disponível em: <http://institutobrasilisrael.org/colunistas/michel-gherman/geral/quando-a-nova-esquerda-e-a-nova-direita-encontram-o-israel-imaginario-no-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2020.

KOGAN, Andrea. Judeus: povo do livro, da informação e da internet. **Último andar**, v. 29, p. 115-126, 2016.

MOLINA, Ana Heloisa; RAGUSA, Helena. Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos Universidade Estadual de Londrina. **SÆCULUM – Revista de História**, v. 25, n. 43, p. 361-379, jul./dez. 2020.

NAHON, Karine. Political Viral Memetics: Challenging Institutions of power. **Culture Digitally**, 12 Nov. 2015. Disponível em: <http://culturedigitally.org/2015/11/memeology-festival-06-political-viral-memetics-challenging-institutions-of-power/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história & outros ensaios**. Tradução Renato Rezende. Rio de Janeiro: Liberty Fund; Topbooks, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PUTTI, Alexandre. Grupo judeu repudia Bolsonaro por usar bandeira de Israel em ato. **Carta Capital**. São Paulo, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/grupo-judeu-repudia-bolsonaro-por-usar-bandeira-de-israel-em-ato/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ROUBICEK, Marcelo. A Israel imaginária do bolsonarismo está longe da realidade. **Nexo**, São Paulo, 24 maio 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/05/24/%E2%80%99>

8A-Israel-imagin%C3%A1ria-do-bolsonarismo-est%C3%A1-longo-da-realidade%E2%80%99. Acesso em: 05 dez. 2020.

SALEM, Helena. **As tribos do mal:** o neonazismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Atual, 1995.

**SEGUINDO O TREM:
ANÁLISE DA MATÉRIA “ETENÍAS DA POPULAÇÃO DO
PARANÁ” NA REVISTA CORREIO DOS FERROVIÁRIOS**

Solange Aparecida de Oliveira Collares¹

Rodrigo dos Santos²

Este trabalho apresenta uma discussão em torno da Revista Correio dos Ferroviários (RCF), um material que circulou na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), cujos exemplares foram produzidos entre 1930 e 1973, com diversas temáticas, destinada tanto aos trabalhadores da referida ferrovia como a seus familiares.

O objeto de análise é a matéria escrita por Romário Martins, intitulada “Etenías da população do Paraná: fatores étnicos fundamentais”, Essa matéria, que está presente na edição nº 19, de dezembro de 1941, e que frisa a questão dos imigrantes portugueses, espanhóis, alemães, franceses, os indígenas guaranis e africanos, pontuando desde o descobrimento (invasão) do Brasil, o processo de imigração, aprisionamento indígena e africano, e os povos que habitaram o Estado do Paraná naquele período.

Para tanto, foram empregados os pressupostos tanto dos Estudos Culturais como da análise de periódicos. Entendemos a perspectiva cultural pela preocupação com o simbólico e suas representações, sendo as culturas, especialmente marcadas por práticas cotidianas, elementos centrais para os debates na construção das narrativas históricas. Percebemos que o processo

¹ Mestre em Educação e Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: solcollares@yahoo.com.br.

² Doutor em História pela UEM. E-mail: digao_santos9@hotmail.com / rodrigoguarapuava@gmail.com.

demonstrado na matéria não pode ser considerado harmonioso, mas um espaço de embate, assinalado por confrontos e disputas.

O capítulo está dividido em duas partes, além desta introdução, e considerações finais. Na primeira, intitulada “A ferrovia e a revista Correio dos Ferroviários”, discutimos o contexto de produção da Revista Correio dos Ferroviários demonstrando como isso influenciou no seu conteúdo. Já, na segunda, “A matéria ‘Etnias da população do Paraná: fatores étnicos fundamentais’ da Revista Correio dos Ferroviários”, especificamente, nos concentramos na análise da matéria específica, problematizando alguns trechos.

A ferrovia e a Revista Correio dos Ferroviários

Sczip (2009) menciona que a discussão sobre as ferrovias no sul do país, seguiu o mesmo aspecto das demais partes do território brasileiro, surgindo na segunda metade do século XIX. A pesquisadora apresenta como um ponto entre as pesquisas sobre a temática, o fato de se dedicarem ao período inicial da instalação delas, ou ainda, as narrativas sobre a Guerra do Contestado e seus agravamentos nas regiões, hoje, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Conforme Petuba (2011), a ferrovia chegou a Ponta Grossa, no final do século XIX, especificamente em 1893, conectando o interior à capital e ao litoral e, três anos depois, estendeu-se ao sul do país. A transformação em Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC) efetivou-se na década de 1940, com a fusão da Companhia São Paulo - Rio Grande, a Estrada de Ferro Paraná, a Estrada de Ferro do Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná. Além do que, em 1962, passou a compor a Rede Ferroviária Federal. Já no município de Guarapuava, a ferroviária possuía projetos desde a década de 1920, no entanto, só se efetivou em 1954 (SANTOS; SANTOS, 2015).

O trabalho de Petuba (2011, p. 32-33- grifo do original) também enfatiza a Revista Correio dos Ferroviários e aspectos sobre seu público:

Na Revista Correio dos ferroviários (RCF) foi possível visualizar parte da dinâmica dos trabalhadores dentro da ferrovia, bem como observar a produção e a divulgação a partir da ótica da empresa ferroviária. A RCF dirigia-se não só aos trabalhadores como às suas famílias, tendo diversas matérias dirigidas às esposas e aos filhos, realização de concursos de Crônicas: **Meu marido um ferroviário** ou **Meu Pai um Ferroviário**.

Essa prática da realização de concurso com a participação efetiva dos funcionários da RVPSC possibilitava a intenção de aproximar os familiares dos trabalhadores, ao contexto no qual o patriarca vivenciava, possibilitando o sustento, haja vista, como afirmamos em outro trabalho (COLLARES; SANTOS, 2020), que o periódico tinha como objetivo atingir todo o núcleo familiar, treinando os futuros funcionários, a partir dos filhos dos atuais funcionários.

Luca (2014) afirma que não há uma metodologia específica para o trabalho com a imprensa periódica, no entanto, alguns pressupostos podem ser levados em conta como materialidade, organização das matérias e distribuição. A RCF insere-se na categoria revista, sendo publicada, apesar de contar com imagens, totalmente em preto e branco para baratear seus custos.

Nesse sentido, Rabaça e Barbosa (2014) apresentam a diferença entre jornal e revista. A primeira publicação é marcada por edição diária ou semanal, com a maioria dos temas sendo de caráter geral, distribuídos em várias seções para agradar cada vez mais uma gama maior de público. Como segundo número, a revista, geralmente, é ilustrada e atinge um público específico, neste caso, os funcionários das ferrovias. Mesmo que siga uma linha editorial parecida com a dos jornais, com circulação mais espaçada, principalmente mensal, o tratamento da notícia não segue o mesmo rigor, sendo mais livre e com mais base de interpretação, devido as matérias ou reportagens possuírem maior espaço.

Ainda sobre a RCF, é relevante mencionar que a sua metodologia de distribuição era realizada de forma gratuita para seus funcionários e os de todas as ferrovias do país, atingindo,

conforme o slogan de sua capa, “todas as estações da Rede de V. P. S. C”. A sua tiragem, segundo Petuba (2011), variava entre 11,5 e 13 mil exemplares, propondo-se como um instrumento que não apenas noticiava, mas que também trazia atrativos considerados culturais e recreativos.

A chegada dos trilhos de uma ferroviária, como a RVPSC, significou adentrar o que, para o período, significava o progresso, a modernidade, além do que demarcava uma efervescência cultural, por meio da interligação de um município a outras regiões, um trânsito de ideias e de pessoas de outros espaços. Apesar disso, para atingir sua finalidade, ela precisava de um veículo da imprensa periódica, como a RCF, pois era a partir dela que se levavam seus pressupostos, na formação de novos funcionários, garantindo uma mão de obra futura, frente à invasão das rodovias.

A matéria “Etenías da população do Paraná: fatores étnicos fundamentais” da Revista Correio dos Ferroviários

Iniciamos a análise da matéria “Etenías da população do Paraná: fatores étnicos fundamentais” publicada na edição n. 19, de dezembro de 1941 da Revista Correio dos Ferroviários. A edição é comemorativa e, já na capa, afirma que deseja um Feliz Natal e próspero 1941.

Para compreendermos sobre o conteúdo, é necessário verificar os pressupostos da imprensa jornalística, primeiramente a definição de matéria e reportagem. Segundo Rabaça e Barbosa (2014), o que difere as duas, é que a matéria se torna uma publicação mais generalista, referindo-se a um tema sem os procedimentos de apuração, ida ao local do fato. Na RCF, a maioria dos escritos são relacionados à categoria matéria, nesse caso em específico, ainda pode ser atribuído à marcação de artigo: “texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação. Geralmente assinado [...]”

(RABAÇA; BARBOSA 2014, p. 17). Nesse caso, o artigo (de opinião) recebe a rubrica de Romário Martins.

Conforme Certeau (1982, p. 67), toda pesquisa e produção está articulada à um lugar social: “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. Corroborando com isso, precisamos conhecer alguns aspectos sobre Alfredo Romário Martins autor da matéria. De acordo com Iurkiv (2002), ele nasceu em 08 de setembro de 1874, filho de um tenente coronel e faleceu em 10 de setembro de 1948. Escreveu essa matéria com 67 anos. Além do que se desenvolveu na profissão de jornalista e político com oito legislaturas e Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, ensaiando o ofício de historiador, conhecido pelo seu trabalho “História do Paraná”, publicado, em primeira edição, em 1899 e, em segunda, em 1937, sendo um dos fundadores do movimento paranismo e, também, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

Na matéria em análise, o escritor Martins (1941, p.5), aponta, para

O Descobrimento do Brasil, no qual Portugal encerrou gloriosamente o ciclo das grandes navegações descobridoras em que tanto se notabilizara, mas iniciou o da renascença do espírito clássico que vinha se elaborando nos conventos e na universidade de Coimbra desde a independência de Porto Cale e a luta contra a literatura popular do lirismo provençal dos seus trovadores e inovadores, as páginas nas luminosas Lusíadas, padrão do gênio português, que com ele entrou na arena das conquistas intelectuais da humanidade³.

Nesse sentido, que a maioria dos estudantes do estado se dirigia para a Universidade de Coimbra,

³ Optamos pela grafia original da fonte.

As universidades europeias, sobretudo as portuguesas, ao reunir os estudantes desempenham papel importante no alargamento de horizontes. Desenvolvem o nascente sentimento nativista, cujas primeiras manifestações surgem no século XVII e se intensificam no século seguinte (ARANHA, 1996, p.116).

Não foi só o conhecimento que trouxe, de certa forma, transtorno ao paranaense nesse período, mas também no setor econômico, no caso brasileiro, o derramamento de sangue indígena que veio junto com a expropriação da identidade e prejuízos culturais que, na maioria das vezes, enfraqueceu o poder de manutenção do protagonismo das suas comunidades. Bem como os desastres naturais, exploração da matéria-prima, o corte de madeiras nobres como o pau brasil, trazendo prejuízos culturais, econômicos e ambientais. O processo de conservação esperado só se tornou possível pelos movimentos de resistência e luta pelo direito à terra tradicional, advindos a partir da Constituição de 1988.

É relevante mencionar, que Romário Martins foi um dos grandes incentivadores da unificação do Estado do Paraná, pois era contra a fragmentação do Território do Iguazu, e um defensor fiel dos indígenas, criando os projetos de lei das reservas indígenas de Palmas, Guarapuava, Tibagi e Rio Negro. No final dos anos de 1895, que trabalhou no periódico Diário do Comércio, que “desenvolve[u] uma intensa crítica para com os índios paranaenses, principalmente os Kaingang, de Palmas, na região Sul do Paraná” (IURKIV, 2002, p.124). A defesa que ele também faz nas páginas RCF, não é incoerente, já que está presente em toda sua trajetória.

Para Adam Smith (1776 *apud* GRANOVETTER, 2007), a manutenção do trabalho foi a única forma de se produzir na sociedade, no Brasil pelo trabalho indígena e negro. Os bens foram, inicialmente, trocados para, só depois, se estabelecer a moeda. Essas negociações foram alteradas, a partir de uma sociedade capitalista moderna, e nos confinamentos das empresas hierarquizadas, que determinam o valor – custo, independente das relações sociais existentes. Ou seja, os membros de cada segmento

do mercado de trabalho são caracterizados por diferentes estilos de tomada de decisões, sejam as quais: por escolha racional, costumes e controle nos mercados, seja esse primário ou secundário, correspondem devido às origens dos trabalhadores e suas classes.

Para Romário Martins, nessas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, originou-se uma outra etnia, oriunda de portugueses, espanhóis e indígenas, resultando no que foi denominado por ele de Mulato ou Mameluco.

[...] cruzados com os indígenas e depois também com os negros, que traficariam na costa d’Africa, desses cruzamentos resultaram o Mameluco e o Mulato, que alta e profusamente se representaram pelos seus tipos de seleção, na vida brasileira.

[...] esses dous novos tipos étnicos herdaram as qualidades mraes, intelectuais e físicas de suas respectivas procedências em proporções afirmadoras, em certas condições naturais e sociais do meio em que surgiram, de notáveis aptidões, principalmente da inteligência e vivacidade da ação (MARTINS, 1941, p. 5).

O Paraná a partir dessa discussão pode ser pensado dentro do hibridismo (BURKE, 2003) como uma fronteira cultural que origina outros sujeitos, não apenas como um espaço de encontro entre todos eles, mas de sobreposição, principalmente cultural, onde é imposta uma à outra, nas quais um grupo se transforma em outro, advindo da imposição. Um processo que ocorre em diversos locais e temporalidades, não é harmônico, mas marcado pela resistência.

Conforme o redator, esses traços dos africanos e dos aspectos indígenas ocorreram quando os portugueses e espanhóis obtiveram o contato e, por meio do seu trabalho e da língua, constataram a existência do Guarani. Os segundos a avistarem os Guarani foram os espanhóis que aprisionaram e venderam aproximadamente 100.000 indígenas.

Romário Martins é preocupado em enaltecer os grupos indígenas em seu discurso, mesmo que não desenvolva, na matéria, os 54 que habitavam o Estado, como descreveu na sua obra História

do Paraná (IURKIV, 2002)⁴, ele se concentra nas duas das três existentes, principalmente enaltecendo os Guarani, nas suas práticas culturais:

Entre os usos e costumes da família e da sociedade guaranis, contam-se os seguintes, dignos da mais alta civilização – a respeitosa comunidade de convivência de famílias aparentadas em uma mesma tába; o culto dos mortos, geral em todas as tribus; a hospitalidade praticada até mesmo com os inimigos [...]. (MARTINS, 1941, p. 5).

Apesar disso, é relevante mencionar que o discurso de Romário Martins está ancorado dentro do Instituto Histórico e Geográfico que, como afirma Santos (2016, p. 10), é de um Paraná de todos os povos: “O ufanismo e a busca constante por firmar uma identidade para o Estado que o destaque perante aos outros são características marcantes na escrita de Romário Martins”. Mesmo sendo defensor dos indígenas, ele encontra-se presente próximo de um discurso defendia o extermínio indígena, advindo do ideal de civilização. Ele aponta que todos viviam de forma harmoniosa nesse Paraná, entretanto, sabemos que a colonização foi um processo marcado pela brutalidade.

Sobre esse episódio, na matéria que ocupa uma página, o jornalista ainda afirma que “Quando os primeiros portugueses e espanhóis fundaram os primeiros sítios afazendados nos campos de Curitiba, já trouxeram ‘peças’ de índios ‘administrados’ e de africanos escravizados” (MARTINS, 1941, p. 5). Ele demonstra, em seu discurso, que os povos ibéricos contribuíram com a constituição do povo paranaense, no entanto, explorando outros povos.

O Estado do Paraná discutido por Romário Martins, na matéria da RCF, em 1941, surgiu de uma hibridização e com uma exploração da mão de obra, venda de indígenas e tráfico de africanos, pois ambos tinham força para o trabalho pesado e, conforme a matéria, eram

⁴ Iurkiv (2002) aponta como exemplo de grupo indígena desconhecido pelos historiadores os Tingui que habitavam, onde hoje é o município de Araucária, na região metropolitana de Curitiba.

considerados dóceis. Não deveriam ser exterminados, pois tinham indícios de civilização, mas poderiam desenvolver as práticas laborais para os colonizadores, de forma harmoniosa.

Considerações finais

A Revista Correio dos Ferroviários teve uma função extremamente relevante para a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC) levar seus pressupostos para formar a nova família de ferroviários, desde pai, esposa e filhos. Para fazer isso, ela propunha os mais variados temas dentro de suas páginas, discutindo assuntos, como a matéria analisada neste capítulo, de cunho nacional como a formação do povo brasileiro a partir dos diversos sujeitos que compõem o país. A proposta é interessante, mas não são fatores étnicos fundamentais, pois esbarram nos pressupostos de um apagamento da noção de grupo cultural.

Para findar, um questionamento pode ser realizado: Qual a representação do indígena proposta por Romário Martins? É um discurso possivelmente marcado por sua época, um Paraná marcado por muitos, mas guiados pelos colonizadores. Nesse sentido, o processo demonstrado pela matéria “Etenías da população do Paraná: fatores étnicos fundamentais” da Revista Correio dos Ferroviários e, como afirmamos anteriormente, não pode ser considerado harmonioso, mas um embate, marcado por confrontos e disputadas. No discurso dela, também é possível perceber que a proposição pela junção entre uma ou mais culturas, geralmente leva à sobreposição de uma à outra.

As etnias, Guarani, bem como Kaingang e Xetá, habitam ainda hoje as terras indígenas do Estado do Paraná, apesar da tentativa de etnocídio demonstrado por Romário Martins (1941) e do apagamento de sua etnia a partir dos anos de 1940. Esses indígenas, ainda hoje, preservam suas práticas culturais, trazendo elementos de suas culturas como a língua, no seio das suas comunidades, valorizando-as.

Assim, os Kaingang estão entre os povos tradicionais mais numerosos do país e têm trilhado uma jornada incansável pelo direito à terra e conservação de sua cultura. Essa luta nem sempre trouxe resultados favoráveis e, na atualidade, ocupam mais ou menos 30 pequenas áreas de terra distribuídas entre uma população de 50 mil indígenas. Ainda assim, são os mais numerosos representantes do tronco linguístico Jê, quase 50% deles. A propósito, sobre a língua, é importante destacar que ela é um elemento cultural imprescindível para definir a identidade de um povo indígena, pois, através dela é possível organizar as práticas sociais na aldeia e demarcar o sentimento de pertencimento.

Na revista, ainda encontramos dados mais específicos do ensino e seleção profissional na Rede, para o pessoal dos escritórios e das oficinas, em todo o Estado do Paraná, Santa Catarina, bem como assuntos gerais, destinados à própria companhia. Observamos que a revista é completa, pois traz assuntos específicos da ferrovia: os contratos, o caminho percorrido pelo trem por estados; traz assuntos relacionados à família e como devem economizar nos orçamentos domésticos.

Esta revista, que circulou entre os ferroviários e seus familiares, trouxe algumas inovações, pois tramitava em diversas áreas do contexto familiar: mãe, pai, filhos, trazendo desde sugestões dos papéis de cada um a ser desenvolvido na família, bem como as suas atribuições sociais, por exemplo a mulher é considerada a mãe, que cuida do bem estar da família e dos afazeres domésticos; para o homem coube a sua função de provedor, daquela pessoa que, além da família, tem as suas atribuições sociais e políticas; traz, ainda, inúmeras matérias de como cuidar dos filhos, tanto física, como socialmente.

Em termos da constituição das famílias, nestes Estados, traz algumas características marcantes de cada local, por meio da seção forno e fogão, trazendo os principais pratos, de cada região e cuidados necessários para cada preparo, bem como as tradições específicas de cada lugar, bem como dicas de saúde e compras.

Referências

- MARTINS, R. Etnias da população do Paraná: fatores étnicos fundamentais. **Correio dos Ferroviários**. n. 19, ano 8. Dezembro de 1941.
- ARANHA, M. L. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COLLARES, S. A. de O; SANTOS, R. Revista Correio dos Ferroviários: a função da mulher a partir do “a mãe, a eterna maestra” In: III Colóquio Gênero e Pesquisa Histórica. 2020. Irati. **Anais...** Disponível em: https://evento.unicentro.br/files/Submissaoarquivos/car_submissao/30_09_2020_car_submissao_2343065589.pdf Acesso em: 04 mar. 2021.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.
- IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. **Educare- Revista da Educação**, p. 123-132, v. 2, n. 2, jul./dez. 2002.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 111-153.
- PETUBA, R. M. Silva. **Na trama dos Trilhos: Cidade, Ferrovia e Trabalho Ponta Grossa – PR (1955-1997)**. 2011. 283 f. Tese (Doutorado em História), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2011.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário essencial de comunicação**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SANTOS, Paulo Ricardo dos; SANTOS, Rodrigo dos Santos. Aspectos políticos do processo de construção da estrada de ferro em Guarapuava-Pr (1937-1945). **Sobre ontens – Revista Eletrônica de História**, v1, 2015.

SANTOS, Raiane C. Ramirez dos. Discursos Identitários na obra História do Paraná de Romário Martins In: XV Encontro Regional de História. 2016. Curitiba. **Anais...** Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467308894_ARQUIVO_Artigo-RAIANE.pdf Acesso: 04 maio 2021.

SCZIP, Rossano Rafaelle “A consciência nítida dos direitos, eis o que se torna imprescindível! ” A luta por direitos na formação da classe trabalhadora: os ferroviários da estrada de ferro São Paulo Rio Grande – 1930-35. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 124 a 133, jul./dez. 2009.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS



RODRIGO DOS SANTOS

Graduação em História (UNICENTRO), e Sociologia (UNINTER). Especialização em Educação do Campo (ESAP) e Docência do Ensino Superior (UNOPAR). Mestrado em História (UNICENTRO). Doutorado em História (UEM). Tem experiência na área História e atua nos temas: Educação do Campo, Imigração do segundo pós-guerra e Patrimônio Cultural. Membro do Grupo de Pesquisa Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MOVECAMPO) e do Laboratório da Educação do Campo e Indígena (LAECI).



AUGUSTO BORGES

É mestre em história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2017), graduação em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (2017) e graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2012). Atualmente é professor - Colégio Estadual do Campo de Gonçalves Júnior. Tem experiência na área de Educação.



CÁSSIA MARIA POPOLIN

Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (PR) (Início 2018), mestranda em História pela Universidade Estadual de Londrina (início 2020). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Londrina (1989), Especialização em Fotografia pela Universidade Estadual de Londrina (2004), mestrado em

Comunicação Visual pela Universidade Estadual de Londrina (2010). Bolsista Capes. No campo da pesquisa atua principalmente nos seguintes temas: Fotografia, Fotografia como documento histórico e História de Rolândia.



TIAGO BORUCH

Doutorando em história pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2018). Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2014). Atualmente é Professor de ensino profissionalizante – Senac -PR e faz parte do Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural -CEAPAC.



ALDINÉIA CARDOSO ARANTES

Doutoranda em História no programa de pós-graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá e mestre em Estudos Literários pela mesma universidade. Professora no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual de Maringá, na área de Cultura Clássica, atuando, principalmente, no seguinte tema: a representação do povo comum na Literatura da Antiguidade.



EDSON SANTOS SILVA

Professor Associado da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, Paraná, campus Irati, onde atua na graduação do curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Irati e Guarapuava. Possui Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Literatura Portuguesa, pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua e Literatura

Portuguesa. Dedicar-se à pesquisa da dramaturgia portuguesa do século XIX. Membro da Academia de Letras, Artes e Ciência do Centro-Sul do Paraná - ALACS, cadeira número 19. Líder do Grupo de pesquisa: Estudos Literários: teoria, crítica e ensino e Membro do GT de Dramaturgia e Teatro da ANPOLL.



HELENA RAGUSA

Licenciada em História (1998), Especialista (2001) e Mestre (2012) em História Social com ênfase em História e ensino, sempre pela Universidade Estadual de Londrina. É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Maringá na linha de pesquisa História Política, bolsista CAPES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, História Pública, História e Ensino, Livros Didáticos, História dos Cristãos-Novos e História Judaica.



HENRIQUE VITCHMICHEN

SCHLUMBERGER

Graduado em Licenciatura História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma Universidade.



GIOVANA DE PAULA SANTOS

Bacharel em Direito pela Faculdade Guarapuava (2012). Licenciada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2020). Atualmente é advogada inscrita na OAB/PR sob o no. 87.119 e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da UNICENTRO/G.



GUSTAVO LEME DE SOUZA

Graduando em História-Licenciatura pela Universidade Estadual de Londrina. Participa do grupo de pesquisa "O regional/local e a experiência histórica em pequenas comunidades da Região Metropolitana de Londrina". Atuou como estagiário do Museu Histórico de Cambé. Tem experiência de pesquisa nas áreas de História Regional do Paraná, Política e Memória.



JEFFERSON OLIVATTO DA SILVA

Grad. Filosofia (USC-Bauru) e Psicologia (UNESP/Assis); Mestrado em Educação (UNESP/Marília); Doutorado em Ciências Sociais (UNESP/Marília); Pós-Doutorado em História (UFPR), Pós-Doutorado em Educação (UFPR). Docente Depto. Psicologia Social e Institucional - UEL; Pós-Graduação (Mestr/Dout) em Educação - UNICENTRO; Membro ABPN - GT-Saúde da Pop. Negra; Membro Comissão Universidade para os Índios (CUIA/UEL); Membro Comissão Étnico-Racial - Conselho Regional de Psicologia do Paraná.



JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (2019), Mestre em História pela mesma (2012), Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes-RJ (2015). Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, História do Paraná e Patrimônio Cultural. Atualmente é Secretário Municipal de Educação de Ivatuba.



MARIANA DITTERT

Paranaense de 22 anos, nascida em Guarapuava. Possui graduação em Letras e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); é discente do Mestrado, pelo Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Bolsista do programa pela CAPES. Adora ler e escrever poesia, além de se dedicar ao estudo de personagens femininas.



MARCO SOARES

Professor doutor em História na Universidade Estadual de Londrina onde é o diretor do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica - NDPH. É coordenador do grupo de pesquisa "O regional/local e a experiência histórica em pequenas comunidades da Região Metropolitana de Londrina" e investiga as experiências históricas desenvolvidas no Norte do Paraná.



RENAN RODRIGUES

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati/Paraná; Graduando em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa Ead; Pós-graduação *lato sensu* em Ensino de História e Geografia pela Faculdade Barão de Mauá Ead; Pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade Barão de Mauá Ead; Pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Barão de Mauá Ead; Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História *Stricto sensu* pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.



ROBERTA MIGLIOLI

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, Internacionalista e instrumentista, estuda a música brasileira como instrumento de identidade cultural, com enfoque no Tropicalismo musical.



SANDRA C. A. PELEGRINI

Natural de São Paulo (SP); Mestre em História e Sociedade, UNESP (1993); Doutora em História Social, USP (2000); Pós-Doutora em Patrimônio Cultural, UNICAMP (2007). Coordena o Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural (CEAPAC/UEM) Foi responsável pelo Museu da Bacia do Paraná entre 2011 e 2019 e pela Segunda Licenciatura em História (PARFOR-História/UEM) até 2017. Como docente do Departamento de História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) atuou no ensino de graduação em História, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais; e nos de pós-graduação em História Mestrado (2000) e Doutorado (2015), na linha de pesquisa "Cultura e Narrativas".



SIMONE APARECIDA QUIEZI

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/2020), Maringá-PR, doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR. Orientanda do Professor Dr. Gilmar Arruda. Professora de História da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná (SEED/PR), desde 1997. Integrante e pesquisadora do Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON/UEL). Área de pesquisa, História Ambiental, seu lugar de fala é Lidianópolis-Pr e o rio Ivaí, seu objeto de estudos.



**SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA
COLLARES**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, com experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação. Psicopedagoga Institucional e Clínica.

É mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integrante do grupo de pesquisa LAECI e MOVECAMPO. Vice coordenadora do Curso de Pedagogia Indígena.



WILSON DE CREDDO MAESTRO

Graduando em História pela Universidade Estadual de Londrina. Desenvolve pesquisas nas áreas de História Regional do Norte do Paraná, Memória e História Oral. Participa do grupo de pesquisa "O regional/local e a

experiência histórica em pequenas comunidades da Região Metropolitana de Londrina". Atualmente é estagiário do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL.

História

“Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

Cultura

“A função da cultura não é satisfazer necessidades existentes, mas criar outras – ao mesmo tempo que mantém as necessidades já entranhadas ou permanente irrealizadas” (BAUMAN, 2013, p. 21).

Memória

“Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada” (SARLO, 2007, p. 10).

